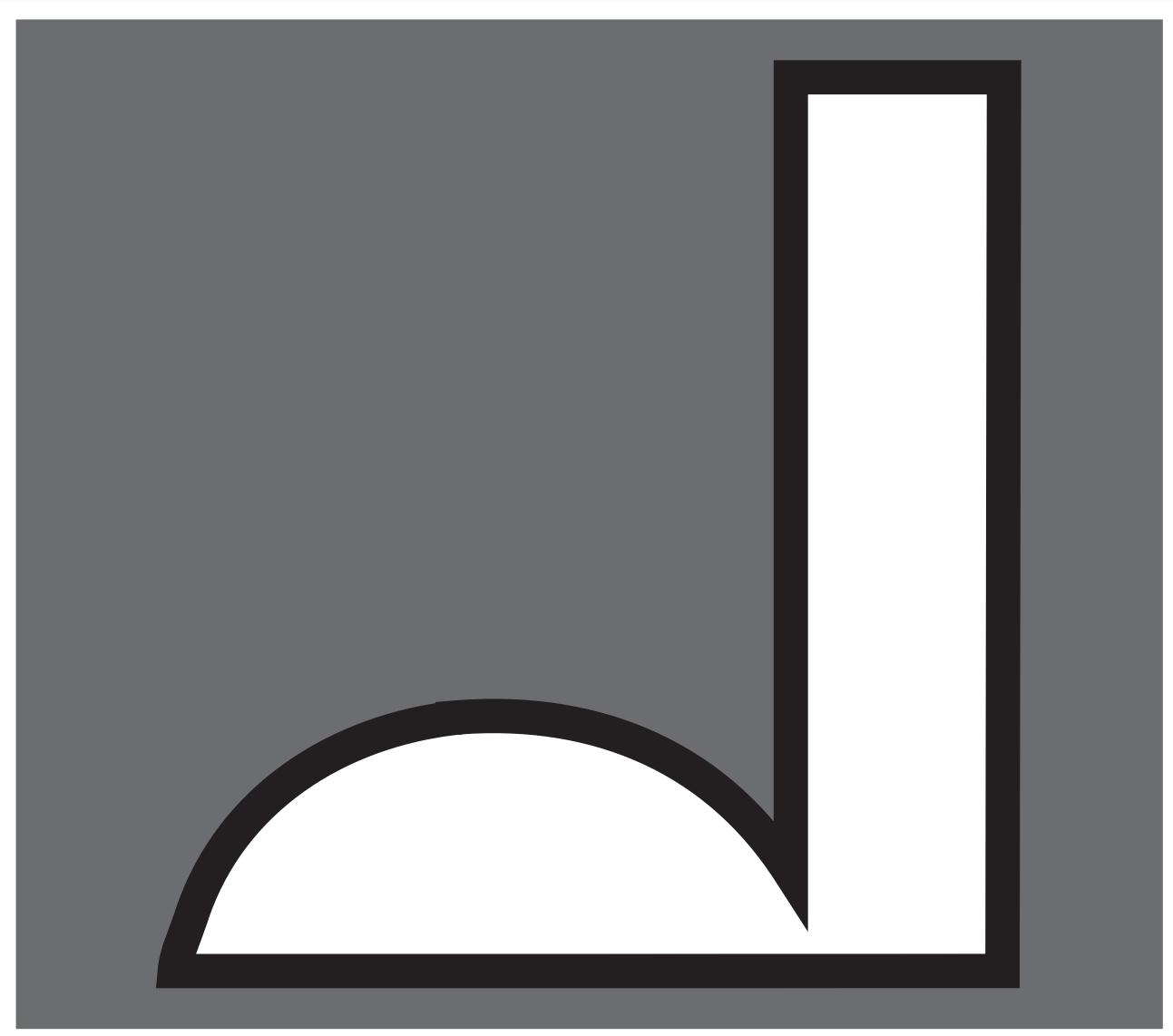




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 085 - TERÇA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota	LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB	LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 592, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eirunepé, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 842, de 24 de maio de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eirunepé, Estado do Amazonas, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 593, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas – Ceará – ASDUT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarrafas, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 850, de 24 de maio de 2002, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas – Ceará – ASDUT a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarrafas, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 594, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede de Radiodifusão Novidade Técnica Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.426, de 29 de julho de 2002, que renova, a partir de 25 de agosto de 1998, a permissão outorgada à Rede de Radiodifusão Novidade Técnica Ltda. para ex-

plorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 595, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária em Prol de Araguari – ACEPA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.362, de 6 de novembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária em Prol de Araguari – ACEPA a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 596, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa de Uberaba – FUREU para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.834, de 12 de setembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 12 de janeiro de 1998, a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa de Uberaba – FUREU para explorar, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 597, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 864, de 31 de maio de 2002, que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Interativa a executar, por 10 (dez) anos, sem

direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 598, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais de Chácara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chácara, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 213, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação dos Produtores Rurais de Chácara a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chácara, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 599, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de dezembro de 2002, que renova por dez anos, a partir de 8 de abril de 2000, a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda., autorizada originalmente à Rádio Difusora de Monte Alegre de Minas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 600, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Fundação Maria de Jesus Pessoa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.426, de 21 de novembro de 2002, que autoriza a Fundação Maria de Jesus Pessoa a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão com-

nitária na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 601, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária FJB FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo do Baixio, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.053, de 26 de junho de 2002, que autoriza a Rádio Comunitária FJB FM a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo do Baixio, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 602, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 55, de 4 de fevereiro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de março de 1993, a permissão outorgada à Rádio Rio Grande Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 603, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vitória de Divinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 172, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Vitória de Divinópolis a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 604, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Universo – ACOBEU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 865, de 31 de maio de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Universo – ACOBEU a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 605, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à EMBRACET – Empresa Brasileira de Comunicação, Educação e Turismo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.953, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão à EMBRACET – Empresa Brasileira de Comunicação, Educação e Turismo Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 606, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Iguaiense Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaí, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 14, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Iguaiense Novo Milênio a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaí, Estado da Bahia, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 607, DE 2005

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Prefeitura Municipal De Taquari para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de setembro de 1998, a autorização outorgada à Prefeitura Municipal de Taquari para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 608, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Evangelii Nuntiandi para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 373, de 11 de julho de 2001, que renova por dez anos, a partir de 24 de outubro de 1995, a permissão outorgada à Fundação Evangelii Nuntiandi, originariamente outorgada à Rádio Alvorada de Parintins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 609, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caraíbas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Irecê, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 514, de 23 de agosto de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Caraíbas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Irecê, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 610, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Sul Paraná Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de novembro de 2001, a concessão da Sul Paraná Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 611, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de abril de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 13 de dezembro de 1997, a concessão da Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 86^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE JUNHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Deferimento dos Requerimentos nºs 640 e 641, de 2005, dos Senadores Amir Lando e Valdir Raupp, lidos na sessão do dia 16 último.....

20326

Arquivamento, definitivo, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2005 (nº 444/2003, na Casa de origem), que estabelece a obrigatoriedade de as companhias teatrais ou de atores que tenham obtido financiamento público ou incentivos fiscais previstos na legislação cultural federal vigente realizarem apresentação gratuita para as escolas públicas do ensino fundamental e médio, tendo em vista o fim do prazo, sem interposição do recurso.

20326

Recebimento, no dia 16 do corrente, do Aviso nº 20, de 2005-CN (nº 809/2005, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2004, acompanhado das Declarações de Voto dos Ministros e dos Pareceres Prévios sobre as Contas do Poder Executivo, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Trabalhista, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e do Ministério Público da União, aprovados por aquele Tribunal na Sessão Extraordinária realizada no dia 14 do corrente mês. Remessa a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

20326

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 459, 513, 916, 1.009, 1.185, 1.214, 1.223, 1.247, 1.254, 1.256, 1.305, 1.311, 1.339, 1.395, 1.404, 1.430, 1.433, 1.443, 1.446, de 2004; e 15, 20, 27, 33, 38, 43, 48, 57, 58, 64, 65, 71, 74, 79, 90, 92, 93, 94, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 115, 119, 120, 121, 122, 141, 142, 143, 145, 150, 152 a 155, 159, 161 a 164, 166 a 173, 176,

178, 180, 182 a 185, 187 e 213, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação.....

20326

Término prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário do Congresso Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2005-CN, que exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o empreendimento Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Segunda Fase da Implantação do Centro Olímpico de Rio Branco – Estado do Acre, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 51.101. À promulgação.....

20332

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 647, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Brasília Super Rádio FM, pelo transcurso, hoje, de seu jubileu de prata.....

20332

Nº 648, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando à Ministra de Estado de Minas e Energia as informações que menciona....

20332

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre a corrupção que atinge o governo.

20333

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Denuncia disputa dos veículos de comunicação, no caso das denúncias de corrupção no governo.

20333

SENADOR PEDRO SIMON – Reflexão sobre o papel do parlamentar para a construção da cidadania positiva.

20344

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, como Líder – Considerações sobre a crise política no país.....

20347

SENADOR MARCO MACIEL – Relata o lançamento de documentos que marcam uma nova etapa do Partido da Frente Liberal-PFL, no encontro denominado “Congresso da re-fundação” realizado nos dias 16 e 17 de junho do corrente.

20349

SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Solicita transcrição de artigo publicado pela Revista **Veja**, edição desta semana, intitulado “Lula em seu labirinto”, do jornalista André Petry.

20352

SENADOR ALBERTO SILVA – Reflexões sobre a crise política no País.

20357

SENADOR TIÃO VIANA – Solicita políticas públicas e decisão política para a eliminação da hanseníase do cenário nacional.....	20359	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas ao Ministro da Saúde, Humberto Silva, pela demora na aprovação das normas criadas pela Câmara Técnica do Fígado, em março último, solicitando a prioridade para os transplantes de fígado em pacientes em casos de comprovada gravidade.....	20400
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Expectativa quanto à reassunção no mandato de deputado federal pelo ex-Chefe da Casa Civil, José Dirceu.....	20370	1.2.5 – Comunicação da Presidência	
SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Política do Banco do Brasil para o Estado de Goiás..	20371	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 21, terça-feira, às 14 horas com Ordem do Dia anteriormente designada.....	20400
SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao Governo do PT.....	20374	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Críticas à condução da política econômica quanto ao pagamento da dívida externa.....	20377	2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES	
SENADOR PAULO OCTÁVIO, como Líder – Apoio à realização do referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo.....	20378	Do Senador Aloizio Mercadante, proferidos nos dias 17 e 18 de maio de 2005.....	20402
SENADOR NEY SUASSUNA – Considerações sobre a atuação do PMDB no processo legislativo e, em especial, na CPI destinada a esclarecer denúncias de corrupção no atual governo.....	20379	Do Senador Alvaro Dias, proferido no dia 17 de junho de 2005.....	20406
SENADOR CÉSAR BORGES – Comentários à decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de afastamento do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu.....	20380	3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Importância, para a apuração das denúncias de corrupção nos Correios, da atuação do relator e do presidente da CPI.	20383	Nº 88, de 2005.	20409
1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação		4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Solicita transcrição nos Anais do Senado de várias matérias publicadas na imprensa nacional, tratando da turbulência no cenário político e de suas consequências no mercado econômico brasileiro.....	20384	Nºs 2.605 a 2.608, de 2005.	20410
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre matéria intitulada “Ao vencedor, os problemas”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 20 de maio do corrente.	20389	SENADE FEDERAL	
SENADOR LEONEL PAVAN – Registro de vários artigos publicados pela imprensa nacional, todos em edição de hoje, sobre a repercussão das denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson, referentes à existência do “Mensalão”.....	20390	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentário sobre artigo do colunista Clóvis Rossi, intitulado “Revelou-se?”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 31 de maio do corrente.	20399	– 52ª LEGISLATURA	
		6 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
		7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 86^a Sessão Não Deliberativa, em 20 de junho de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Morais, Alvaro Dias, Demóstenes Torres e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere os **Requerimentos nº 640 e 641, de 2005**, dos Senadores Amir Lando e Valdir Raupp, lidos na sessão do dia 16 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2005** (nº 444/2003, na Casa de origem), que estabelece a obrigatoriedade de as companhias teatrais ou de atores que tenham obtido financiamento público ou incentivos fiscais previstos na legislação cultural federal vigente realizarem apresentação gratuita para as escolas públicas do ensino fundamental e médio.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu no dia 16 do corrente o **Aviso nº 20, de 2005 – CN** (nº 89 – SGS – TCU – Plenário/2005, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2004, acompanhado das Declarações de Voto dos Ministros e dos Pareceres Prévios sobre as Contas do Poder Executivo, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Trabalhista, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e do Ministério Público da União, aprovados pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária realizada no dia 14 do cor-

rente mês, e será despachado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

até **30-8-2005** (40 dias) para apresentação, na Comissão, do relatório e dos projetos de decreto legislativo, a partir do recebimento do parecer prévio;

até **14-9-2005** (15 dias) para apresentação de emendas ao relatório e aos projetos apresentados, a partir do término do prazo anterior;

até **29-9-2005** (15 dias) para apresentação do parecer do Relator às emendas apresentadas ao relatório e aos projetos de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior;

até **6-10-2005** (7 dias) para discussão e votação do parecer do Relator, a partir do término do prazo anterior;

até **11-10-2005** (5 dias) a partir do término da votação do parecer da Comissão, para encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

até **14-10-2005** (3 dias) para sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração da redação final.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2004**

(nº 2.934/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pratápolis, Estado de Minas Gerais*;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2004**
(nº 3.085/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Lagoa, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 916, de 2004**
(nº 366/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitária, Educativa e Cultural de Alto Alegre do Maranhão – Acecaa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Maranhão, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.009, de 2004**
(nº 616/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Radiodifusão Comunitária de Bom Jesus dos Perdões – R.C.P. – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.185, de 2004**
(nº 896/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.214, de 2004**
(nº 1.004/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tropical de Três Corações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.223, de 2004**
(nº 2.729/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão do Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.247, de 2004**
(nº 564/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.254, de 2004**
(nº 621/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Vale de Camapuã S/C Ltda. para

explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.256, de 2004**
(nº 623/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.305, de 2004**
(nº 809/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.311, de 2004**
(nº 934/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.339, de 2004**
(nº 1.091/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Campo Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.395, de 2004**
(nº 1.140/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhamundá, Estado do Amazonas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.404, de 2004**
(nº 1.171/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Assistencial de São João Batista – SAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.430, de 2004**
(nº 1.200/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Dom Lino – ABDL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.433, de 2004**
(nº 1.253/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora do Nordeste e Correio da Semana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão so-

- nora em onda média na cidade de Sobral, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.443, de 2004** (nº 1.273/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Grupo Mutirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.446, de 2004** (nº 320/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Passagem Franca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2005** (nº 1.037/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Negra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2005** (nº 1.057/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV O Estado – Florianópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2005** (nº 1.182/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santa Tereza do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2005** (nº 1.239/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Contestado – Campus de Concórdia para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2005** (nº 1.245/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Joinville para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2005** (nº 1.258/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Artístico e Cultural de Fonte Boa – Ascomadafb a

- executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2005** (nº 1.285/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Rural de São João Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São João D'Aliança, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2005** (nº 1.311/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2005** (nº 1.319/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Centralinense de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centralina, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2005** (nº 1.222/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tupancy a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2005** (nº 1.225/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística “Joaquim Pereira Cruz” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2005** (nº 1.236/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Botelhense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2005** (nº 1.263/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Lagoa do Mato a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2005** (nº 1.287/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leandro Ferreira, Estado de Minas Gerais;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2005** (nº 1.327/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro de Itapeua a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Raposa, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2005** (nº 1.330/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Rolim de Moura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2005** (nº 1.331/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária N'Ativa FM de Tabuleiro do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2005** (nº 1.332/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Antônio Dias de Lima – FADL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2005** (nº 1.349/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antônio FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2005** (nº 1.254/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2005** (nº 797/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2005** (nº 1.071/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2005** (nº 2.320/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2005** (nº 510/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pérola FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bragança, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2005** (nº 869/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Alagoas Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2005** (nº 964/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Estrela D'Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela D'Oeste, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2005** (nº 969/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação União de Comunicação para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2005** (nº 3.235/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Santa Edwiges a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2005** (nº 1.232/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cadeado para o Desenvolvimento Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Pestana, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2005** (nº 1.291/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Benevente de Moradores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2005**
(nº 1.094/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Moreno Braga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vigia, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2005**
(nº 1.096/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal do Povo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2005**
(nº 1.365/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Rolim de Moura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2005**
(nº 1.367/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Grupo de Apoio Comunitário – GAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2005**
(nº 1.368/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Maior de Aracati Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aracati, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2005**
(nº 1.372/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracás, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2005**
(nº 866/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Comocim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2005**
(nº 1.020/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Antena 5 FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2005**
(nº 3.169/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio

Comunitária Voz do Povo – ARCPV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Alfredo, Estado de Pernambuco;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2005**
(nº 1.160/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Norte Paranaense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2005**
(nº 1.191/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2005**
(nº 1.234/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência Comunitária “José Belém” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vigia, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2005**
(nº 1.244/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Vale do Guaporé (AAVG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2005**
(nº 1.295/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguapitã, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2005**
(nº 1.305/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2005**
(nº 1.310/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Contemporânea Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2005**
(nº 1.333/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2005** (nº 1.338/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2005** (nº 1.345/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos para Sempre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2005** (nº 1.348/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2005** (nº 1.358/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Terra FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2005** (nº 1.344/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Pinhais a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2005** (nº 1.359/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Alto Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2005** (nº 2.462/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2005** (nº 1.237/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mauá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2005** (nº 1.363/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora Convenção de Itu S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itu, Estado de São Paulo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2005** (nº 1.373/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor – Proame a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2005** (nº 1.410/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Josué Pereira para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Lourenço da Mata, Estado do Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2005** (nº 1.411/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à E.F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2005** (nº 1.413/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Studio G Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Catalão, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2005** (nº 1.418/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Defensores da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2005** (nº 1.445/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural “Orlando do Carmo Arantes” de Edéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Edéia, Estado de Goiás; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2005** (nº 1.444/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que terminou sexta-feira, dia 17 do corrente, o prazo, sem interposição de recurso, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2005 – CN**, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos da Resolução nº 1, de 2003, do Congresso Nacional, adotada pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

O projeto vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 647, DE 2005**Requer voto de aplauso à Brasília Super Rádio FM, pelo transcurso de seu jubileu de prata.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Brasília Super Rádio FM, pelo transcurso, hoje, 20 de junho de 2005, do 25º aniversário de criação de uma iniciativa vitoriosa na área de comunicação no Brasil.

A Brasília Super Rádio FM nasceu de um sonho, mas também do trabalho, da perseverança e da dedicação de um notável jornalista, o saudoso Mário Garófalo, que, sendo pioneiro da comunicação social no Rio de Janeiro, veio para Brasília logo no começo da nova Capital e aqui trabalhou anos na Rádio Planalto. Mais tarde, ganhou um canal de FM, sem dúvida uma das poucas vezes em que uma concessão é conferida com total legitimidade. Afinal, foi contemplado um autêntico radialista, o próprio Mário, como o chamava Lúcia, sua esposa e dedicada força empreendida na montagem e consolidação da Super FM, uma estação que conquistou audiência pela qualidade, principalmente a musical. Também pudera, Mário Garófalo era possuidor da talvez mais rica coleção de discos, os velhos 78 rotações, sempre de música do agrado do povo.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento de Lúcia Garófalo e, por seu intermédio, a toda a equipe que fiz da Super FM o êxito que hoje desfruta.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do que representam a Brasília Super Rádio FM e seu fundador, o saudoso Mário Garófalo, e sua mulher, a batalhadora e incansável Lúcia, uma extraordinária mulher, uma extraordinária locutora, com sua voz serena, pausada, ajudando a fazer da sua emissora o que ela significa no panorama da radiofonia brasileira. Aqui vale

registrar o esforço de Mário e Lúcia na apresentação nos finais do dia do programa. Um Piano ao Cair da Tarde. A voz de Mário é ainda lembrada: Neste momento, a Brasília Super Rádio FM passa a transmitir diretamente de seu pato-auditório no Conjunto Nacional, para mais uma audição de Um piano ao cair da tarde... Sempre às 18h, sempre agradável, sempre um sucesso.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio** – Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 648, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado à Ministra de Minas e Energia, Exma. Srª Dilma Rousseff, o seguinte pedido de informações.

No balanço apresentado pelo Ministério de Minas e Energia – MME, no final do ano passado, em relação à expansão da infra-estrutura de transporte do gás natural o documento citava quatro empreendimentos o Projeto Malhas, o Gasoduto que integrará as regiões Sudeste e Nordeste, o Gasene, o Gasoduto Coari-Manaus e o Gasoduto Urucu-Porto Velho.

Mais especificamente em relação ao Gasene, o relatório do MME registrava que o projeto estava em processo de licenciamento ambiental e que o gasoduto era dividido em três trechos: Cabiúnas (RJ) – Vitória (ES), Vitória (ES) – Cacimbas (ES) e Cacimbas (ES) – Catu (BA), totalizando 1.335 quilômetro de extensão. Segundo o MME, em novembro de 2004, a Petrobrás assinou Protocolo de Intenções com o Eximbank da China, o BNDES e a Companhia Petroquímica da China (Sinopec) objetivando estruturar o financiamento desse empreendimento, para iniciá-lo em 2005 e colocá-lo em operação em setembro de 2006.

Com o intuito de subsidiar o Senado Federal com dados relativos ao andamento das obras de construção do Gasene, solicito as seguintes informações:

1) Como está o processo de licenciamento ambiental do empreendimento?

2) Em relação ao cronograma oficial anunciado pelo Ministério de Minas e Energia, a obra já foi iniciada?

3) Ainda de acordo com o cronograma oficial anunciado pelo MME o Gasene estará efetivamente em operação em setembro de 2006?

4) Em que medida a situação política da Bolívia, que poderá comprometer a oferta de gás natural nos estados das regiões Sul e Sudeste, relaciona-se com o andamento da construção do Gasene?

5) Qual é a avaliação real do Ministério de Minas e Energia em relação ao tempo necessário para conclusão do Gasene?

Sala das Sessões, 20 de junho de 2005. – Senador **Rodolfo Tourinho**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL – AC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, após o pedido de inscrição da Senadora Ideli Salvatti, que chegou primeiro, requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, mas gostaria de falar após o Senador Geraldo Mesquita, para que eu possa concluir meus apontamentos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, também peço a palavra para uma comunicação inadiável. Se não for possível, gostaria de ser inscrito para falar no tempo normal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Geraldo Mesquita, a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Paulo Paim estão inscritos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos de modo intercalado com os oradores regularmente inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com prorrogação de até cinco minutos, para o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AL)

– Agradeço ao Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por cinco minutos, com dois minutos de prorrogação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, as segundas-feiras são sempre aguardadas com muita expectativa, principalmente pela Oposição, para trazerem à tribuna as questões que vêm sendo apresentadas pela mídia nacional.

O final de semana passado foi muito intenso, Senador Tião Viana, desde a quinta-feira, quando acompanhamos muito atentamente a saída do Ministro José Dirceu, que fez um belíssimo pronunciamento que tive a oportunidade de registrar desta tribuna. José Dirceu volta à Câmara para defender a sua honra, o nosso partido e o nosso Governo com a competência e com a história de luta e de compromisso que o ex-ministro e Deputado Federal José Dirceu já demonstrou ao longo de toda a sua vida pública. Tivemos o ato em São Paulo, também muito emocionante, a reunião do diretório – peço, a propósito, que seja registrada, na íntegra, a nota que o diretório aprovou em defesa do PT, da ética e da democracia, para que fique registrado nos anais desta sessão.

Mas o que me traz a esta tribuna são as notícias, a forma pela qual a mídia tem trabalhado essa crise, essa tão falada e comentada crise.

Temos visto notícias, denúncias, ilações e tiros para todos os lados, os noticiários apontam para vários lados ao mesmo tempo. O que se quer é, efetivamente, investigar? Essa é a pergunta que tem de ser feita. A política adotada é a do diversionismo, a política de atirar para todos os lados, colocar tudo sob suspeita, focar tudo e, obviamente, nada focar. Essa tem sido uma ca-

racterística marcante do posicionamento, de como vêm se conduzindo setores importantes da mídia nacional.

A outra característica – e essa é gritante, escandalosa – é que as denúncias são apresentadas, mas não apresentam provas. Exemplo disso é aquela matéria escandalosa da **Veja** sobre a ex-Prefeita Marta Suplicy, que, além de ser escandalosa, é profundamente machista. Não terei tempo de registrar as matérias individualmente, mas em todas elas muitas coisas são afirmadas sem que provas sejam apresentadas.

Com esse processo de atirar para todos os lados, sem apresentar provas, começa, inclusive, a disputa nos meios de comunicação. Para ilustrar o que estou dizendo, cito reportagem da revista **IstoÉ Dinheiro**, que antecipou sua edição publicando uma entrevista que estava guardada há quase um ano. Não tinham provas, e a declaração foi desmentida pela tal secretaria, ainda no dia seguinte, no depoimento oficial, sob juramento. Está posta, está colocada a disputa na mídia para ver quem vai emplacar a capa mais contundente nas bancas.

Para subsidiar essa disputa, há a questão da ex-mulher do Deputado Valdemar Costa Neto. Sem nenhuma prova, foi veiculada no principal mecanismo de imprensa do domingo a notícia de que o PT teria recebido recursos do governo de Taiwan. Qualquer pessoa que junta um mais um sabe da posição e da disputa política e econômica que há entre o governo da China Popular e o de Taiwan. Então, fazer uma ilação dessas é algo primário. A troco de que haveria esse financiamento? Qual é a lógica? Além de não ter sido apresentada nenhuma prova, é algo que não se sustenta, que não tem cabimento político e econômico, para não mencionar o absurdo da ilegalidade que seria qualquer tipo de financiamento de um país para uma campanha dentro do Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que fosse incluído em meu pronunciamento, além da nota do PT, a íntegra do texto de Mino Carta, da **Carta Capital** desta semana. Lerei apenas um trecho: “A mídia quer desestabilizar o governo, demolir o PT e preparar o retorno dos tucanos. Esquece a conveniência da mediação com um povo tão injustiçado”. O artigo de Mino Carta, como sempre, é brilhante.

Por último, peço também que seja publicado, na íntegra, um artigo veiculado na revista **Fórum** deste mês, no dia 15 de junho, escrito por Renato Rovai. Lerei alguns trechos. Ele começa com “Há um cheiro estranho nas últimas notícias sobre o PT”, relata a sua ida à Venezuela e trata de algumas coisas parecidas.

Comparando com o que aconteceu com Hugo Chávez, ele assim se refere à posição da imprensa:

Com uma sutileza: ela não é personificada na figura do presidente da República,

como no caso venezuelano, mas no seu partido político, o PT.

É fato que há uma denúncia que precisa ser apurada e do bom jornalismo espera-se uma investigação com base em entrevistas e reunião de documentos. Faz bem à democracia que a imprensa assim atue. É isso o que dela se espera.

Em outros trechos, referindo-se ao famoso livro **Brasil Privatizado**, de Aloysio Biondi:

Seu livro, o **Brasil Privatizado**, repleto de provas escandalosas, vendeu mais de 100 mil exemplares e mereceu apenas registros pontuais nos veículos. Não impulsionou nenhum movimento anti-PSDB nos veículos de comunicação.

Mais à frente:

Sugere-se em editorias e opiniões de articulistas e parlamentares tucanos que Lula precisará se livrar do PT caso queira terminar o mandato. Justifica-se a pressão por conta de o tesoureiro do partido estar sendo acusado de comprar toda a bancada de deputados do PL e do PP. O curioso é que desses deputados acusados nada se fala. Alguns são bastante famosos (...). Mas nenhum foi emparedado por veículos de comunicação para dar explicações. Ao contrário, o presidente do PT, José Genoíno, tem sido acuado com ironias e grosserias em muitas de suas participações em programas de rádio e TV.

Falando sobre a matéria da **Veja**, “O mensalão da perua”, em que Marta Suplicy foi acusada:

A liberdade de imprensa de **Veja** nunca permitiria que um de seus funcionários escrevesse algo como “Picolé de chuchu repete as mesmas balelas em relação ao caos na Febem”.

(...) O fato de investigar o PT e seus dirigentes faz bem à democracia. Fiscalizar o governo também. A imprensa deve ter liberdade para isso. Precisa fazer o seu papel. Mas há um limite entre investigação, fiscalização e perseguição. Na sociedade contemporânea, onde a cidadania é garantida de certa forma pela informação que se recebe, quando o setor midiático – associado a um espectro da política – resolve fazer uma campanha persecutória contra um partido ou governo, sem tratar com rigor e responsabilidade o que publica, não há outro nome para designar tal movimento.

Busca-se nesse caso um golpe midiático.

E para que isso aconteça basta ao midiático poder brasileiro acompanhar o toque editorial da última edição de Veja. Estará desenhado o cenário. **E o cheiro podre que vem da Veja pode infestar a democracia brasileira.** E não será a primeira vez que a "liberdade de imprensa" participa de um golpe no Brasil. Com a diferença que, desta vez, nada indica que os quartéis serão acionados. Na atualidade é

mais aconselhável, para parecer democrático, que o midiático poder aja sozinho.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Peço a inclusão, na íntegra, das três matérias.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sra. Idele Salvatti
Trata-se material que deve ser lido (ou dado como lido) em Plenário. É consistente e de muito boa qualidade.

Revista Fórum – junho de 2005

Há um cheiro estranho nas últimas notícias sobre o PT

Por: Renato Rovai* - em: 15/06/2005

Fui à Venezuela duas vezes no último período. Ambas as visitas foram de aproximadamente quinze dias. A primeira foi na semana seguinte à tentativa de golpe. Estive lá com o fotógrafo Satoru Takaesu. Chegamos ao país com apenas um contato, o do secretário-geral do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Impresa, Gregório Salazar. Ele foi nosso guia. Gentil, prestativo e antichavista, nos apresentou tudo o que em sua opinião tornava a tentativa de golpe ao presidente de seu país, de certa forma, justificável.

Exatamente isso, um jornalista de postura solícita e que parecia de fato acreditar em valores democráticos defendia o movimento golpista. Apontava excessos por parte da turma de Pedro Carmona, o líder empresarial que fechou o Congresso, destituiu a Suprema Corte, rasgou a Constituição e durou 28 horas na presidência, mas entendia que aquelas posturas se justificavam, já que do outro lado estava Chávez.

Em todos os programas de televisão e nos jornais e revistas de maior circulação da Venezuela, as palavras de Salazar pareciam ter sentido. A mídia local veiculava em uníssono seu ódio antichavista.

A cobertura midiática dos últimos episódios que apontam para um suposto esquema de corrupção na formação da base do atual governo brasileiro está ganhando contornos muito semelhantes ao que ocorreu no país vizinho. Com uma sutileza: ela não é personalizada na figura do presidente da República, como no caso venezuelano, mas no seu partido político, o PT.

É fato que há uma denúncia que precisa ser apurada e do bom jornalismo espera-se uma investigação com base em entrevistas e reunião de documentos. Faz bem à democracia que a imprensa assim atue. É isso o que dela se espera.

Como se esperava também que assim fosse quando ocorreu o processo de privatização das telefônicas e de outras empresas públicas do país. Naquele momento, os escândalos não precisavam ser abafados pelo governo ou deputados governistas. O midiático

poder brasileiro se encarregava disso. O falecido **jornalista Aloysio Biondi**, de forma quixotesca, tentava "destampar a panela", mas seus artigos, publicados duas vezes por semana na Folha de S. Paulo, não recebiam sequer chamada de primeira página. Ao contrário, uma vez me confidenciou que quando recebeu convite para ir trabalhar no então Diário Popular, ganhando um pouco mais, mas tendo uma coluna diária, recebeu como contraproposta da Folha ganhar mais para escrever apenas uma única coluna semanal. Entendeu aquilo como um cala-boca e foi para o Diário.

Seu livro, o Brasil Privatizado, repleto de provas escandalosas, vendeu mais de 100 mil exemplares e mereceu apenas registros pontuais nos veículos. Não impulsionou nenhum movimento anti-PSDB nos veículos de comunicação.

É disso que se trata. Anuncia-se na mídia brasileira uma campanha sanguinolenta contra o PT. Se vier a acontecer em sua plenitude, será contra tudo o que partido representa. Ou mesmo o que um dia representou com mais firmeza. Não será uma campanha contra o que pode haver de podre na agremiação.

Sugere-se em editorias e opiniões de articulistas e parlamentares tucanos que Lula precisará se livrar do PT caso queira terminar o mandato. Justifica-se a pressão por conta de o tesoureiro do partido estar sendo acusado de comprar toda a bancada de deputados do PL e do PP. O curioso é que desses deputados acusados nada se fala.

Alguns são bastante famosos, como Delfim Neto e o próprio presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Mas nenhum foi emparedado por veículos de comunicação para dar explicações. Ao contrário, o presidente do PT, José Genoino, tem sido acuado com ironias e grosserias em muitas de suas participações em programas de rádio e TV.

Não se espera que o midiático poder brasileiro se comporte como em relação a Eduardo Jorge Caldas, secretário-geral da Presidência da República, que, entre outras coisas, foi acusado de participar de suposto esquema de liberação de verbas no valor de R\$ 169 milhões para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, e de criar caixa-dois para a reeleição de FHC. Naqueles dias, tudo era debatido via jornais e revistas com excesso de cuidado além da conta. Espera-se que se vá mais a fundo, como manda o bom jornalismo, no escândalo do suposto mensalão.

Mas é bom que se saiba que no ataque ao PT o que está na mira não

é só a sigla, mas algumas de suas bandeiras históricas e também de amplos setores da esquerda/A campanha para renovar o fôlego da onda das privatizações como maneira de diminuir a corrupção no Estado já começou/Porta-vozes do mercado têm tratado do assunto sem corar ou gaguejar. Atenção aos artigos e/ou comentários de rádio e TV de certos articulistas econômicos.

Ao mesmo tempo que ataca o PT por suposto envolvimento em corrupção, o midiático poder também joga contra sua credibilidade política. Mesmo sendo avalista da atual política econômica, nos últimos tempos passou a ampliar a voz daqueles que criticam o partido por ter traído princípios históricos e se rendido à lógica do capital. Há uma clara tentativa de misturar as coisas para que tudo pareça resultado de uma mesma confusão. Na Venezuela, o sangramento público midiático de Chávez durou quase dois anos até que se buscasse o golpe que a revista Fórum denominou de midiático-militar. A imagem de um Chávez autoritário e fanfarrão, como grifou a revista Veja na edição de 12 de setembro de 2002 ("A queda do presidente fanfarrão") foi cuidadosamente trabalhada. Aqui no Brasil algo começa a ser construído nesse sentido. Até a cartilha do Politicamente Correto, que de fato merece ser criticada pelo que representa de estapafúrdia, foi apontada como mais um lance do autoritarismo do atual governo petista, que pretenderia cercear até a língua portuguesa. Ignorou-se que ela em nenhum momento, mesmo sendo uma grande bobagem, tinha como único objetivo divulgar termos supostamente preconceituosos. Nada mais.

Em nome da liberdade de imprensa, a revista Veja desta semana faz uma matéria sem uma única fonte em on acusando a ex-prefeita Marta Suplicy de também comprar votos na Câmara Municipal. O título da matéria é sintomático da venezuelização do midiático poder brasileiro: "O mensalão da perua". A liberdade de imprensa de Veja nunca permitiria que um de seus funcionários escrevesse algo como "Picolé de chuchu repete as mesmas balelas em relação ao caos na Febem". Evidente que se trata de uma liberdade assistida, onde quem pode de fato exercê-la não são os jornalistas, mas os donos dos veículos e seus capitães do mato, que tratam repórteres à base da chibata, como bem sabem aqueles que vivem ou viveram experiências de dia-a-dia em redações. Que também sabem o quanto essas empresas, paladinas da moralidade, respeitam, por exemplo, as leis trabalhistas.

Ou mesmo o quanto não fazem de acordos comerciais que garantem espaços editoriais aos tais clientes. E ao mesmo tempo mantém uma relação sabuja com eles.

O fato de investigar o PT e seus dirigentes faz bem à democracia!

Fiscalizar o governo também. A imprensa deve ter liberdade para isso!

Precisa fazer o seu papel. Mas há um limite entre investigação, fiscalização e perseguição. Na sociedade contemporânea, onde a cidadania é garantida de certa forma pela informação que se recebe, quando o setor midiático - associado a um espectro da política - resolve fazer uma campanha persecutória contra um partido ou governo, sem tratar com rigor e responsabilidade o que publica, não há outro nome para designar tal movimento. **Busca-se nesse caso um golpe midiático.** E para que isso aconteça basta ao midiático poder brasileiro acompanhar o toque editorial da última edição de Veja. Estará desenhado o cenário. E o cheiro podre que vem da Veja pode infestar a democracia brasileira. E não será a primeira vez que a "liberdade de imprensa" participa de um golpe no Brasil. Com a diferença, que desta vez, nada indica que os quartéis serão acionados. Na atualidade é mais aconselhável, para parecer democrático, que o midiático poder aja sozinho.

A Semana

DE 11 DE JUNHO DE 2005

MINO CARTA

A mídia quer desestabilizar o governo, demolir o PT e preparar o retorno dos tucanos. Esquece a conveniência da mediação com um povo tão injustiçado

CONTRA LULA. Os donos do poder toparam o outsider atrabilírio e descobriram o homem do seu destino

Quando a esquerda é necessária

Os donos da mídia nativa não nutrem maior simpatia uns pelos outros, cultivam, porém, interesses comuns e se unem quando os consideram em xeque. Há décadas e décadas de exemplos destas alianças, logo desfeitas quando passa o perigo.

Não é que, encarada a ameaça, costumem sentar-se à mesma mesa para definir planos de batalha. De hábito agem como orquestra afinada sem precisar de pauta e maestro. Movem-se, automaticamente, em perfeita sintonia, porque todos prezam o *status quo*, o bem-bom do establishment, e não medem esforços para mantê-lo intocado.

Desta vez, diante das denúncias de um Jefferson nada jeffersoniano, parece esboçar-se alguma alteração nos comportamentos usuais. Correm rumores de encontros entre os senhores da comunicação, e até informações precisas sobre tertúlias de confraternização. Talvez novo capítulo esteja a ser escrito na história do jornalismo pátrio.

O risco tem origem antiga, nasce no fim da década de 70, nas greves do ABCD paulista, tempo em que Lula presidia o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Pioneiro, testou-se ali uma geração de líderes operários distantes da tradição petista. Depois, brotou a idéia de um partido de esquerda, autenticamente popular.

O projeto não desagrada o Richelieu do Planalto, o general Golbery do Couto e Silva, cuja reforma partidária visa a estilhaçar a oposição emedebista, cada vez mais eficaz sob a batuta de Ulysses Guimarães. Os mais radicais do MDB, calcula o general, irão para o PT. Os liberalões para o PP de Tancredo. Os iludidos para o PDT de Leonel Brizola. *No meio, linha auxiliar, o PTB, entregue de bandeja a Ivete Vargas.*

O plano não deu certo. Com as bombas do Rio-centro e a preponderância no governo Figueiredo do general Octávio Medeiros, Golbery demitiu-se e seu sucessor, Leitão de Abreu, introduziu na receita as suas trapalhadas. Tancredo voltou à casa paterna, agora PMDB, enquanto o PT crescia. A ponto de concorrer, com Lula candidato contra Fernando Collor, na reta final das primeiras diretas presidenciais pós-ditadura.

A mídia uniu-se contra o petista e não hesitou em apoiar o outsider atrabilírio. Contra Lula, resistente tenaz, cinco anos após o establishment aceitou Fernando Henrique Cardoso, que temia em odor de esquerdismo e descobriu ser o homem do seu destino. De sorte que na reeleição comprada com o "propinão", engoliu o maior engodo eleitoral de todos os tempos. Reeleito à sombra da bandeira da estabilidade, FHC desvalorizou o real exatos 12 dias depois da posse. E quebrou o País.

Em 2002, preces, contribuições e apoio foram para o candidato de FHC, apontado depois do pleito como primeiro responsável pela derrota, em virtude, dizia-se, de sua semelhança com o Conde Drácula e imitadores. Estranhamente, José Serra, hoje preleito de São Paulo, é apontado pelas pesquisas como o preferido dos eleitores entre os possíveis aspirantes tucanos à Presidência em 2006.

Quem perdeu há três anos foram mesmo o princípio dos sociólogos e sua desastrada política económica. O que não impedi, para tristeza dos sonhadores da mudança, a repetição da mesma rota por parte de Palocci e Cia.

Ecoa no panorama o aviso sinistro de FHC, pronunciado há dois meses: não sou candidato, declarou, mas poderia ser em caso de crise gravíssima. Profeta ou mensageiro? Estrategista? Titereiro? Certo é que a manobra desenvolvida nestes tristes dias pela mídia chega a ofuscar: trata-se de desestabilizar o governo e de preparar o terreno para a desforra tucana.

Trata-se de solapar a autoridade de Lula, como se, em vez de detubar a estátua, o objetivo fosse destruir-lhe o pedestal. No ataque há acondicionamento, embora temperado pela postura cautelosa de quem percebe a longa distância que ainda nos separa da próxima eleição. Os próprios vigias instalados no topo dos mastros da Praia dos sententes não têm olhos para outros riscos ameaçadores ao horizonte.

Uma crise gravíssima, além de atingir o mercado financeiro e o câmbio, com consequências imprevisíveis sobre a situação econômica e social, tende a favorecer o populismo. A promessa inesistânciada da redenção impossível. Digamos, candidaturas à la Garotinho.

Por outro lado, há o toque da irresponsabilidade,

de, a visão medieval, na campanha feroz. No País vice-campeão mundial em má distribuição de renda, um partido de esquerda (será mesmo o PT de hoje?) e uma CUT e um MST da vida representaram a mediação necessária junto ao povo infeliz, em larga parte privado da consciência da cidadania. Seja lamentável a perda de um intermediário tão atípico e pontual quanto o PT.

Não houve integração entre os setores da justiça social atingiu proporções alarmadoras. Os donos do poder sempre postaram na resignação do povo, que chamam de cordialidade. Apostaram na herança da escravidão. É verdade, não há sinais de fumaça, iguais àqueles que se erguem nas alturas rochosas dos domínios apaches dos filmes do Oeste selvagem. Mas vale perguntar: até quando? ■

A Semana

TRIBUTOS

O governo anuncia 26 medidas para aliviar a carga de impostos do setor produtivo

MP do Bem tenta compensar Selic

Antes tarde do que nunca. Em meio ao tiroteio de denúncias sobre o mensalão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou na quarta-feira 15 a Medida Provisória (MP) do Bem, que engloba 26 iniciativas – a esmagadora maioria para desonerar a economia real de tributos. Lula estava acompanhado do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. A contrapartida da bondade será uma perda de arrecadação estimada em R\$ 1,5 bilhão neste ano e em R\$ 3,3 bilhões em 2006. A oportunidade da MP é inquestionável, uma vez que vários setores produtivos estão perdendo o fôlego, em razão do câmbio apreciado e da Taxa Selic, mantida em 19,75% na reunião do Comitê de Política Monetária, decisão também anunciada na quarta-feira.

Para investimentos industriais a ser realizados de agora em diante, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) caiu de 2% para

BATALHA. O ministro Furlan atende a parte das demandas dos empresários

1%. Numa das empresas que vão exportar ao exterior 80% de sua produção terão isenção, na compra de máquinas, do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para o setor de construção civil, que invariavelmente puxa a atividade econômica, a MP permite o não-pagamento do Imposto de Renda (IR) sobre o ganho de capital, quando da venda do imóvel, desde que outro seja comprado em até seis meses. Numa remissão ao caso Encol, um prédio em construção vai precisar ter, a partir da MP, sua contabilidade expressa em separado da construtora.

Já os microempresários que haviam atrasado pagamentos, e por isso foram excluídos do Simples, terão o direito de voltar a esse sistema de tributação. Por fim, empresas das regiões Norte e Nordeste pagarião menos IR, PIS, Cofins e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). ■

A esmola do G 8 aos países mais pobres é uma forma de obrigar os a praticar as políticas de Banco Mundial e FMI

POBREZA

Uma caridade muito interessada

No sábado 11, os ministros da Fazenda do G 8 anunciarão um acordo em relação a uma proposta britânica de anulação de dívidas de 18 dos países mais pobres do mundo (na maioria africanos, mas também Bolívia, Guiana, Nicarágua e Honduras), somando US\$ 40 bilhões. A aprovação da medida só depende da reunião dos chefes de Estado, prevista para julho.

Parece bom demais para ser verdade, e é. O acordo refere-se só a créditos do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e FMI. A dívida com instituições privadas, comparável ou maior, não foi afetada. E o alívio está condicionado, conforme ressaltaram Bush júnior e Tony Blair, ao cumprimento das

receitas de austeridade e abertura econômica às transnacionais do G 8.

Ficaram de fora países em situação pior, mas que não atendem a essas condições, como o Haiti. A medida poderá ser estendida a mais nove países e US\$ 11 bilhões em 12 a 18 meses e, eventualmente, a outros 11 países, com dívida total de US\$ 4 bilhões, mas só se implantarem as políticas recomendadas pelo FMI e Banco Mundial. O total de US\$ 55 bilhões a ser eventualmente perdoado é só uma fração da dívida total dos 61 países mais pobres, da ordem de US\$ 600 bilhões.

Os ministros prometeram, por dez anos, reembolsar as instituições pelos pagamentos devidos pelos 18 beneficiados, cerca de US\$ 1,5 bilhão anual – ou 0,007% do PIB total do G 8, superior a US\$ 21 trilhões. Um preço muito baixo para melhorar a imagem dos países ricos e das instituições multilaterais e ainda agrilhar as nações mais pobres às políticas econômicas por eles exigidas. ■

Em defesa do PT, da ética e da democracia

1 - O PT enfrenta uma inescrupulosa campanha que visa desmoralizar o partido perante a opinião pública com acusações falsas e mentirosas. Trata-se de uma campanha patrocinada por setores da oposição e pela direita que se expressa numa tentativa de condenar política e moralmente o PT num processo sem fatos e sem provas. Procuram quebrar a espinha dorsal do PT e atingi-lo naquilo que mais o identifica com a sociedade, que é a defesa da ética na política e o combate à corrupção.

2 - O PT não aceitará essa campanha porque seu compromisso com a ética na política e com o combate à corrupção é irrenunciável. O PT não aceitará essa campanha porque sabe que o que esses setores pretendem é comprometer o governo Lula e a história do partido, desmoralizar a esquerda, seus valores e seu projeto histórico. O que está em jogo não é apenas a apuração da verdade sobre alguns fatos denunciados, mas também a continuidade de um projeto democrático de esquerda que promove avanços sociais e políticos e que busca superar anos e anos de injustiças e privilégios.

3 - Existe um evidente vínculo entre os agentes de falsas denúncias contra o PT com setores da oposição – especialmente do PSDB e do PFL. O depoimento do deputado Roberto Jefferson na Comissão de Ética da Câmara, além de disseminar uma grande mentira para todo o Brasil, serviu para produzir uma peça de propaganda do PSDB veiculada na televisão no programa do partido no último dia 16 de junho. Não contentes com as falsas acusações, setores da oposição,

escudados nas mentiras de Roberto Jefferson, começam a agir de forma desinibida para desestabilizar o governo de forma artificial e irresponsável. O PT irá denunciar com vigor esta tentativa desestabilizadora e antidemocrática, defendendo o governo Lula e as instituições democráticas.

4 - O PT quer e lutará para que todos os fatos sejam esclarecidos. Os dirigentes do PT não temem comparecer diante da CPI ou de qualquer outro órgão de investigação porque nada têm a esconder. O PT confia que as instituições democráticas restabeleçam a verdade, através de investigações isentas. Iremos até as últimas consequências legais para exigir a reparação dos danos e a punição dos responsáveis pela disseminação dessa campanha difamatória contra o partido. A militância do PT está pronta e mobilizada para defender o partido, o governo Lula e a democracia e impedir que a irresponsabilidade política destes setores da oposição e da direita prospere.

5 - A CPI mista do Congresso terá a oportunidade de investigar dez anos e meio de gestão da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, abrangendo os períodos do governo de Fernando Henrique Cardoso e do governo Lula. Dessa investigação poderão ser estabelecidas comparações dos métodos de gestão, das licitações e concorrências, da contratação de serviços e de possíveis irregularidades. Por iniciativa da base do governo também será instalada na Câmara dos Deputados a CPI para investigar as denúncias sobre o chamado mensalão. A CPI terá oportunidade de esclarecer a veracidade ou a mentira dessas denúncias. Como se vê, no governo Lula as CPIs podem funcionar sem pressão, desde que obedeçam as prerrogativas constitucionais de investigar fatos determinados. O governo FHC, ao contrário, abafou todas as investigações, mesmo quando as CPIs eram apoiadas por um milhão e meio de assinaturas e por manifestações populares na frente do Congresso. Convém lembrar que foram abafadas as CPIs da compra de votos para a reeleição, do caso Sivam, da privatização das telecomunicações, da pasta rosa etc.

6 - Setores da oposição conservadora, além de atingir o PT, querem também negar os avanços e as conquistas do governo Lula. Não é por acaso que quem fabrica as mentiras contra o PT e o governo são os mesmos que criticam todos os avanços sociais e democráticos do governo Lula. São os mesmos que atacam a política externaativa e ativa do governo. Tentam atacar o governo Lula nas questões da ética e da corrupção porque perceberam que não conseguirão derrotar o governo Lula na política econômica competente que resgatou o emprego e o desenvolvimento e garante a estabilidade; na política social, que resgatou a dignidade de milhões de brasileiros e que promove a inclusão social e o combate às desigualdades.

7 - Nas questões éticas esses setores da oposição também não terão êxito, pois o governo Lula já demonstrou seus compromissos no combate à corrupção. Das 77 operações especiais realizadas pela Polícia Federal, a partir da orientação direta do governo Lula, 40 (ou 52%) resultaram em prisões de servidores públicos e integrantes da própria PF – todos membros de organizações criminosas desmanteladas. Em 20 desses casos, foram desmontados esquemas de corrupção, extorsão e desvio de dinheiro público. Também houve prisões de servidores por prevaricação, concussão, formação de quadrilha e fraudes em geral, sobretudo contra a Previdência. Nestes 29 meses foram efetuadas 1.424 prisões de integrantes destas quadrilhas.

8 - O PT reafirma seu compromisso com os avanços sociais

promovidos pelo Governo Lula, e no PED aprofundará esta relação e estes vínculos. O PT deverá discutir neste processo a consolidação das políticas patrocinadas pelo nosso governo. O governo fez o Brasil voltar a crescer, depois de anos de estagnação; foram mais de 2,9 milhões de empregos gerados; é uma reforma agrária de qualidade que está sendo realizada; serão mais de 11 milhões de famílias incluídas no programa Bolsa Família; é a criação do FUNDEB, que provocará uma revolução no ensino fundamental; é o ProUni, 31 novos campus universitários e mais de 760 mil novas vagas no ensino superior; é o financiamento inédito da agricultura familiar que está permitindo a expansão do mercado interno e o governo acaba de criar o Fundo de Habitação Popular. Nossa parte também deixa claro seu compromisso com o avanço das políticas de crescimento e desenvolvimento econômico estreitamente sintonizadas com políticas sociais de inclusão e de combate à desigualdade e à miséria.

9 - O Diretório Nacional do PT conclama todos os militantes e todos os simpatizantes e eleitores petistas para que se mobilizem, dialoguem com a sociedade para defender o PT e o governo. As instâncias e lideranças do PT devem estreitar suas relações com a opinião pública democrática e com os movimentos sociais, alertá-los e mobilizá-los contra essa campanha da oposição e construir, através do diálogo com esses movimentos, pautas e agendas comuns de lutas, reivindicações e mobilizações. Cada vereador petista, cada deputado estadual e federal deve transformar sua tribuna num espaço de defesa dos valores e da história do PT e do governo Lula. Os Diretórios Municipais e Estaduais devem promover atos políticos e outras atividades para mobilizar a militância e os amigos do partido, informando e esclarecendo os filiados e opinião pública sobre os atos do governo e demonstrando todo o orgulho de fazer parte deste projeto e de ser um petista.

10 - O Diretório Nacional reafirma o roteiro da agenda legislativa e governamental aprovado na última reunião, mas destaca a necessidade e a urgência de encaminhar os seguintes pontos:

- apresentação de uma Proposta de Projeto de Lei que oriente instauração progressiva do controle público do Orçamento, através da definição de ações de desenvolvimento regional, orientadas com a participação direta da sociedade;
- reforma política, com a adoção do financiamento público das campanhas e fidelidade partidária;
- ampla divulgação das ações anticorrupção que o governo federal vem realizando, comparando-as com o que ocorreu no governo FHC;

11 - O Diretório Nacional manifesta sua integral solidariedade e confiança no deputado José Dirceu, entendendo que seu gesto de afastamento das funções de Ministro-Chefe da Casa Civil foi uma atitude corajosa. José Dirceu volta para a Câmara dos Deputados para defender o PT e o governo dos ataques e falsas acusações que ambos vêm sofrendo.

12 - Do ponto de vista interno do PT, o Diretório Nacional propõe que no contexto do movimento de defesa contra os ataques e as acusações e dos debates do PED se promova uma repactuação política do partido, envolvendo todas as correntes que estejam dispostas a participar do processo de renovação e fortalecimento partidário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, fora do violento debate ético e moral, mas entrando no debate social, que também é ético e moral, saio das manchetes e mudo de assunto.

Um dia desses, um amigo me contou uma história que me fez refletir sobre a situação do País dos nossos dias e que me proporcionou também uma profunda reflexão sobre o nosso papel de Parlamentares, eleitos pelo povo para representá-los num projeto coletivo de construção da democracia, da cidadania e da soberania.

Disse-me aquele meu amigo, que se encontrava no interior de uma loja especializada na venda de instrumentos musicais. Havia ali possibilidades de sons e acordes para todos os gostos e para todos os bolsos. Das flautas e das marimbas mais singelas aos mais sofisticados violinos, oboés, contrabaixos, harpas, pianos e vibrafones.

Ficou ele imaginando todos aqueles instrumentos tocados em conjunto, numa praça ao ar livre ou no palco mais requintado de uma sala de espetáculos. Sentisse transportar a uma outra dimensão da vida, ao som de uma orquestra, com suas partituras criadas sob a inspiração divina. Mas, ali, só havia a imaginação fértil de um amante da música e de seu poder de elevar os homens a patamares quase transcendentais, de levá-los às proximidades de Deus.

Aqueles instrumentos, entretanto, estavam ali, mudos, sem as mãos e o dom dos homens criados à Sua semelhança.

De repente, surge à porta da loja um menino maltrapilho: um pé descalço, outro arrastando uma sandália arrebentada, olhos fixos nos instrumentos de corda – violas, violões e bandolins.

Logo, os vendedores da loja transmutaram-se em verdadeiros seguranças, com os olhos fitos naquele menino que se vestia pobramente. O garoto permanecia, quase que hipnotizado, diante de um cavaquinho. Olhando-o, parecia transportar-se para outro mundo. Imaginava-se, talvez, num recital no mesmo ar livre que lhe servia de abrigo nessas noites frias de final de outono. Imaginava-se dedilhando aquele instrumento no meio de uma orquestra, uma orquestra que certamente incluiria seus amigos de relento. Talvez ele estivesse imaginando um solo ou um duo, ele e Deus,

para mostrar o quanto um é semelhante ao Outro: criatura e Criador.

De repente, o menino maltrapilho reuniu toda a sua coragem e apanhou, com as suas mãos sujas do asfalto, aquele pequeno instrumento, reluzente e afinado. Agora, não só todos os olhos, mas todos os passos dos vendedores-seguranças se dirigiram para aquele fiapo de gente. Sairia ele correndo pela porta? Não. Certamente, tropeçaria numa rasteira que o jogaria de volta à calçada, já em posição de mãos à cabeça. Perguntaria ele o preço do seu sonho e devolveria à prateleira fria, até que outras mãos “mais limpas” detalhassem as cordas de aço?

Não mais que de repente, aquele menino maltrapilho deslizou os dedos sujos pelas cordas esticadas do cavaquinho e, olhos fechados como que em transe, encheu o ambiente com os acordes de “Brasileirinho”.

As pernas apressadas dos vendedores travestidos de segurança quedaram trôpegas. Os olhos de lince ficaram marejados. Aquele menino maltrapilho, quem diria, era um verdadeiro brasileirinho. E “um brasileiro quando é do choro é entusiasmado, quando cai no samba não fica abafado, e é um desacato quando chega no salão”.

Fico eu, agora, imaginando o som daquele verdadeiro “hino nacional”, o “Brasileirinho”, dedilhado por um desses meninos para os quais fechamos, no nosso dia-a-dia excludente, os vidros dos nossos carros e as portas das nossas bem vigiadas casas. Quantos serão os brasileirinhos maltrapilhos, dedos sujos de terra, que saberiam – como diz o poeta – fazer “todo mundo dançar a noite inteira no terreiro até o sol raiar”?

São milhões os brasileirinhos excluídos do nosso carro, da nossa casa, do nosso coração, da nossa vida, do nosso País! E quem são os maestros dessa orquestra excludente, cuja batuta teima em não aceitar artistas de dedos sujos? Somos nós, que teimamos em tocar, apenas, para um público refinado, nas mais requintadas salas de espetáculo. Esquecemos o ar livre, democrático e cidadão.

O povo pode até servir como inspiração para as nossas partituras, as nossas orações e os nossos discursos, mas ele está longe da nossa prática. Ele é chamado, apenas, para montar os nossos palcos, mas não participa nem da nossa orquestra, nem de nosso público!

É essa cruel realidade que mostra o trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, chamado Radar Social 2005, recentemente divulgado. São quase 54 milhões de brasileiros em situação de pobreza, sobrevivendo de uma renda **per capita** que não passa de meio salário mínimo mensal. Imaginem: meio salário mínimo que, como se sabe, já

nem honra o termo, porque, mesmo quando é inteiro, é insuficiente para uma vida digna!

São quase 22 milhões de indigentes, sobrevivendo com menos de um quarto de um salário mínimo mensal. Quatro, em cada dez brasileiros, já podem ser considerados em situação de miséria absoluta.

O Brasil tem algo como 15 milhões de analfabetos acima de 15 anos! São cegos do saber. De cada mil crianças nascidas vivas, 25 não completam o primeiro aniversário, morrem principalmente por causas decorrentes da desnutrição. São 6,6 milhões de favelados, 17 milhões moram em casebres abarrotados com mais de três pessoas por dormitório.

Já falei, nesta tribuna, deste país de verdadeiros clandestinos. São milhões os que não existem oficialmente. Nascem em manjedouras, fogem do Herodes dos nossos tempos, que é a fome, e morrem crucificados pelo desdém. Sobrevivem num país anexo. Não têm nome de registro nem sobrenome de fato. Têm idade apenas de memória. Aparentam ter "tantos anos", embora o desgaste físico distancie o aparente do real. Na Região Norte, a metade das crianças nascidas, quando sobrevivem, não são registradas nos Cartórios de Registro Civil. Essa situação se repete em alguns Estados do Nordeste, a despeito de termos discutido aqui, anos a fio, um novo Código Civil, a despeito também da gratuidade dos registros de nascimento.

O grande sonho desses brasileiros é o de serem migrantes. Para onde? Para o Sudeste, para as grandes cidades, para as fronteiras da Amazônia? Não importa, desde que seja para o país oficial!

Todas as questões detectadas no documento do IPEA e nos últimos trabalhos sobre a pobreza no Brasil poderiam dizer respeito a um país pobre em recursos materiais, mas não ao Brasil, essa verdadeira obra-prima da natureza.

É inacreditável que se possa conviver ainda com situações e números tão lamentáveis, num país que ostenta todos os microclimas do planeta, onde se podem produzir, no verão, produtos de inverno e, no inverno, produtos de verão; onde as terras são consideradas mais produtivas; onde se estende o rio mais caudaloso e a maior floresta; onde estão as mais belas praias, a mais rica variedade de pássaros e de animais silvestres, plantas que a ciência já demonstra ser o futuro da medicina; onde estão recursos minerais dos mais nobres, indispensáveis na informática e na corrida espacial. Enfim, o Brasil é um paraíso terrestre aos moldes de uma loja de instrumentos de trabalho, prontos para a orquestração da produção, do emprego e da geração de renda.

Ocorre, meus irmãos, que todos esses instrumentos são tocados por poucos. Apenas 1,7 milhão de brasileiros abocanham 13,3% da renda nacional, percentual semelhante ao total correspondente aos 50% mais pobres, que somam 87 milhões de pessoas. Um milhão e setecentos mil brasileiros recebem o equivalente à renda de outros 87 milhões de brasileiros! Ou seja, os 10% mais ricos ficam com mais da metade de tudo o que é gerado no País.

Essa loja de instrumentos de trabalho e de produção chamada Brasil é excludente. Como o menino maltrapilho dos pés descalços, a população pobre do País não consegue ter acesso à terra, ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à renda, à vida, enfim.

Como aquele mesmo menino, os brasileiros pobres são vistos como um perigo à propriedade concentrada de tais instrumentos. Atribui-se à pobreza as causas da violência, e cria-se um verdadeiro muro da vergonha, a separar ricos e pobres, como que num *apartheid* social que a história mundial tão bem conhece de outras terras, plena de sofrimento e morte.

Quando essa mesma população pobre se organiza e tenta obter instrumentos de trabalho, de renda e de vida, igualmente recebe olhares e atitudes de repressão, como se praticasse, na verdade, arrastões que surrupiam o direito exclusivo dos ricos à propriedade privada dos meios de produção.

Os sem-terra são vistos como vândalos, a despeito do latifúndio. Os sem-casa são considerados como se fossem animais de rua, apesar da grilagem rural e urbana. Os sem-saúde morrem nas filas dos hospitais públicos, embora a Constituição lhes atribua o direito à vida, na sua plenitude. São, no entanto, todos, meninos maltrapilhos capazes de abalar a ordem constituída, com seus dedos sujos. Se tocarem em algum instrumento de trabalho, mesmo que para perguntar o preço, receberão a rasteira e a ordem da "mão na cabeça".

O que não se quer admitir é que essa mesma população pobre, tal e qual o menino maltrapilho, é capaz de tocar, com maestria, todos esses instrumentos. Sabem lavrar a terra, sabem deitar semente ao chão, sabem colher os frutos desta terra benfazeja, sabem produzir o tijolo e erguer as paredes da casa, mesmo que singela, sabem o que é o saber que liberta da escuridão do analfabetismo, sabem, enfim, que o conjunto de tais instrumentos formam a grande orquestra da cidadania. São pobres e analfabetos, não lêem partituras, mas a vida lhes ensinou a tocar de ouvido.

Quem são, afinal, os maestros dessa orquestra brasileira, hoje tão desafinada pela corrupção, pela fraude, pela dilapidação do patrimônio público, pela má

distribuição de renda, pelo desemprego, pela miséria e pela pobreza, em um País abundante de instrumentos capazes dos melhores acordes de desenvolvimento social e humano?

Somos nós, que decidimos pela vida política, exatamente para melhor distribuir tais instrumentos, em nome da sonoridade que rima cidadania com democracia e soberania.

Fico imaginando o engenheiro no acompanhamento de sua obra: andar por andar, ele se satisfaz profissionalmente com a sua construção. Imagino o cirurgião que extirpa um tumor, devolvendo ao paciente a esperança de vida.

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O agricultor vê a planta nascer, crescer, frutificar e alimentar seus semelhantes. O político, com seu trabalho honesto, provê, ao seu semelhante, a possibilidade de obter os meios necessários para a construção da cidadania coletiva.

Fico também imaginando o sentimento do engenheiro que observa sua obra sua ruir; o sentimento do cirurgião que assiste à morte do seu paciente; o sentimento do agricultor que não vê a sua semente prosperar e germinar; e, igualmente, o sentimento do político que vive num país mergulhado em índices de distribuição de renda no rodapé do planeta, pior que outras nações devastadas por sangrentas guerras civis e lutas genocidas.

É este o sentimento que deve povoar corações e mentes de políticos de trabalho honesto, frente aos números do documento do Ipea: uma sensação de inutilidade do discurso e da prática.

O Brasil buscou, para reger a sua grande orquestra, um maestro que, quando menino, era também maltrapilho, de pés descalços, que, certamente, quando entrava nas lojas de instrumentos de trabalho, no Recife, era visto como alguém que poderia causar danos à propriedade concentrada do Nordeste, terra de capitaniias e de coronéis, da indústria da seca e do latifúndio.

Pendurado num pau-de-arara, numa viagem torturante, foi para São Paulo à procura de outros instrumentos de trabalho e de vida. Mão suja de graxa, dedo decepado nas lâminas da lida, era tido como um exímio encantador de turbas. Sabia que, sozinho, jamais seria uma orquestra. Organizou sindicatos, comandou caminhadas da cidadania, fundou um Partido Político e foi eleito Presidente da República.

Portanto, como maestro, ele sabe do potencial de cada um dos instrumentistas dessa grande or-

questra chamada Brasil, que já foi chamada celeiro do mundo.

Pois bem, o Brasil é essa orquestra formada por tocadores exímios, de afinados instrumentos, e um maestro que conhece perfeitamente todos os acordes. Entretanto, os tais números do Radar Social 2005 não são assim tão musicais para os ouvidos da platéia, dos músicos e do maestro. Da população, da sua representação parlamentar e do Presidente da República. Há certamente um problema da escolha da partitura. A música que executamos nesse momento parece não ser a mais adequada para a apresentação da orquestra política brasileira.

Há que se tocar, de novo, o “Brasileirinho”. Um projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional, fundado em notas de autores brasileiros, que conhecem, como o Presidente da República, a nossa realidade, as nossas diferenças e os nossos potenciais de desenvolvimento econômico e social. Que todos os brasileiros tenham acesso a instrumentos de produção e de renda, para que possam desenvolver, plenamente, as suas habilidades. Acesso à terra, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à cidadania e à vida.

É preciso derrubar esse muro vergonhoso que divide o Brasil em dois. De um lado, o da platéia refinada, do requinte das salas de espetáculos. Do outro, como nas palavras do poeta, os ‘iguais em tudo na vida’, os que morrem ‘de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia’.

A partitura política dos últimos anos construiu um País a latere, na Sociologia, na Antropologia e na Economia. Pior: no Direito, à medida em que o conjunto de leis vale, em tese, para os dois lados de tal muro, mas a sua prática dependente das interpretações moldadas pela conveniência. Com esses dois países, um oficial, outro paralelo, criou-se, também, um Estado igualmente paralelo, marginal: o da corrupção, o da fraude, o do narcotráfico e o da violência.

Não é à toa, por exemplo, que, nas grandes favelas brasileiras, no país clandestino, a população, muitas vezes, dá mais valor ao traficante do que à polícia. É porque, ali, a educação, a saúde, a proteção e outros requerimentos de cidadania são fornecidos pelo tráfico, e não pelo Estado. O aparato policial é visto, deste lado do muro, como defensor do país da ribalta.

O Estado foi posto em segundo plano, também na economia. Houve um verdadeiro endeusamento mercadão. E esse Deus-mercado, como se sabe, é, também, discriminador em nome do lucro e da ganância. Do outro lado do muro, o que os economistas dizem ser ‘o lado escuro do mundo’, o que não consome, o que retira do mercado os recursos ‘necessários ao investi-

mento', em nome de gastos que o mercado considera algo assim como 'jogados fora', como o pagamento de aposentadorias e pensões para a população mais idosa, mas que, agora, 'não contribuem para o lucro', ou, para utilizar uma expressão marxista, deles não podem mais extrair a "mais-valia".

Exemplo típico desse poder do mercado são os comentários que se ouvem nesses momentos de turbulência política, quando a corrupção desfila pelo noticiário. Recentemente, comentarista de renome da maior rede de comunicação do País afirmou que tal turbulência não afetará o País enquanto não atingir o Ministro da Fazenda. Não importa até mesmo se o maestro, o Presidente, errou, ou não, na regência da sua orquestra, ou que ele tenha desafinado. O que importa é que tal erro não interfira na performance do *spalla*. Como se sabe, na ausência do maestro, é ele, o Ministro da Fazenda, quem rege. Isso comprova um País comandado pelo mercado, cada vez mais forte, reverenciado e endeusado. Outro, dirigido pelo Estado, cada vez mais frágil, desdenhado e demonizado.

Portanto, meus irmãos, para que se inicie a demolição de tal muro da vergonha, que separa os dois Brasis, tal como detectado pelo Radar Social, do IPEA, é necessário que se resgate o Estado brasileiro como formulador de políticas públicas. E isso passa também pela revisão de nossa atuação no Congresso Nacional.

Nesta Casa, as questões nacionais são tratadas de forma estanque, isolada, com um viés puramente vertical, sem uma contextualização mais abrangente, compreensiva e horizontal. Nós, raramente, discutimos a lógica que alinhava a seqüência das matérias que nos são enviadas pelo Poder Executivo.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Na nossa analogia musical, tratamos cada músico em sua apresentação isolada, cada um com uma partitura diferente, sem uma visão de conjunto, de orquestra.

E, convenhamos, nos últimos tempos, o Congresso tem atuado muito mais como agente do mercado do que como formulador de políticas públicas no seu verdadeiro sentido. Por exemplo, votamos a quebra do monopólio do petróleo, a propriedade do sub-solo, o conceito de empresa nacional e a lei de patentes, todos esses assuntos de forte interesse do mercado, sem levar em consideração a forte correlação que existe entre eles.

Um bom exemplo do que ainda virá é o caso da chamada reforma da Previdência Social. Fala-se em

uma terceira edição, atingindo, agora, o Regime Geral Público. Ora, não fora a Previdência Social nos moldes atuais, outros 18 milhões de brasileiros se somariam ao contingente revelado pelo IPEA, como sendo pobres absolutos.

Imagine-se, então, se a grande massa de aposentados e pensionistas rurais tiverem cortados os seus benefícios, o que acontecerá com a migração rural-urbana e o inchaço das grandes cidades. Hoje, em quase dois terços dos Municípios brasileiros, o total de recursos pagos a aposentados e pensionistas é maior do que o valor que esses mesmos Municípios recebem a título de repasse constitucional do fundo de participação. Esses custos e benefícios sociais têm, necessariamente, que ser discutidos por todos nós, quando votamos matérias de relevância para o País.

Como se vê, os instrumentos de produção, de emprego e renda no Brasil, tal qual a história da loja de instrumentos musicais, estão disponíveis, à espera de mãos hábeis que possam tocá-los. Há muitos meninos maltrapilhos e homens de mãos calejadas e sujas de terra que poderiam desenvolver o seu engenho e a sua arte nessa grande orquestra chamada Brasil.

O tal menino tocou "Brasileirinho" que, como se sabe, trata-se de um choro. Não sei se foi mera coincidência. Eu só sei que, lá pelas tantas, a obra musical de Waldyr Azevedo diz algo assim: "E quando o bai- le terminou/ a turma não se conformou/ Brasileirinho abafo".

Se não há falta de instrumento e se os músicos são hábeis, é preciso assumir a batuta!

Isso é que deveríamos pedir ao Presidente.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo referência à música que ontem ouvi na Igreja:

Quando o dia da paz renascer, quando o sol da esperança brilhar, eu vou cantar. Quando o povo nas ruas sorrir, e a roseira de novo florir, eu vou cantar./Quando as cercas caírem no chão, quando as mesas se encherem de pão, eu vou cantar. Quando os muros que cercam os jardins, destruídos, então, os jasmins vão perfumar. Refr.: Vai ser tão bonito se ouvir a canção cantada de novo. No olhar do homem a certeza do irmão. Reinado do Povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por cinco minutos.

A seguir, Senador Marco Maciel.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-Sol – AC. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a crise política que o País atravessa em função de denúncias de corrupção envolvendo dirigentes do PT e integrantes do Governo é grave e está apenas no começo. Ramificações e fatos novos deverão chegar ao conhecimento público, provocando indignação e revolta da sociedade, com os trabalhos a serem desenvolvidos pela CPMI dos Correios, sem impedimento da criação de outra CPI Mista, formada por Senadores e Deputados, para investigar o pagamento de propina a Parlamentares, no escabroso caso do “mensalão”.

Ambas as CPMIs contaram com o meu apoio, assim como qualquer iniciativa que vise a combater a corrupção.

Os Parlamentares não podem fugir de sua obrigação de esclarecer os escândalos, doa a quem doer, ou que não fique pedra sobre pedra, de acordo com expressões utilizadas pelo próprio Presidente Lula. O ex-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ex-Ministro José Dirceu, é citado em todas as denúncias, Senador Efraim. Informado sobre o pagamento do “mensalão”, foi incapaz de tomar uma atitude concreta para investigar os fatos, tal como acontecera anteriormente, em relação ao caso Waldomiro, ex-assessor de seu gabinete, também envolvido com propinas. Nada a respeito foi cabalmente esclarecido, barrada a pretensão de uma CPI para investigar o caso, muito menos punidos os envolvidos.

Outros Ministros foram avisados do famigerado “mensalão”, assim como o Presidente Lula, mas nada aconteceu. Neste caso, mais uma vez, o Presidente e seu ex-Chefe do Gabinete Civil tiveram comportamentos semelhantes, limitando-se a negativas verbais. O Presidente e o ex-Ministro Dirceu, amigos próximos e confidentes de longa data, não possuem segredos entre si, Senador Mão Santa. Dirceu costuma dizer que não tomava nenhuma iniciativa no Governo sem o consentimento do Presidente Lula, o que faz supor, na prática, que ambos estiveram de acordo, coincidentemente, pelo menos na tentativa de esquecimento do “mensalão”, quando o comportamento exigido pela responsabilidade dos cargos que ocupam deveria ter sido exatamente o contrário.

Até o denunciante oficial da falcatrua, Deputado Roberto Jefferson, fala sobre tudo e todos mas poupa a figura do Chefe do Governo, fazendo questão de destacar-lhe a inocência. “Mas o Presidente foi avisado e nada fez, assim como Dirceu”, devem estar questionando brasileiros e brasileiras. Mais uma coincidência de comportamento. O Presidente Lula, na realidade, foi omisso diante da vergonhosa compra de apoio político na Câmara. Com o respeito devido ao Chefe do

Governo, excluí-lo totalmente dos acontecimentos é prestar desserviço ao País e ao esclarecimento dos fatos, com serenidade e isenção, como requer uma democracia consolidada. Não se trata de acusá-lo indevidamente de nenhuma irregularidade, mas de avaliar precisamente o contexto dos fatos e os setores e personagens envolvidos.

O isolamento do Chefe do Governo, a pretexto de poupá-lo politicamente ou preservar sua imagem, distanciada do centro das investigações, corresponde a uma espécie de acordo verbal com a participação de quase todos os partidos. O resultado de tal estratégia seria o afastamento do Presidente do núcleo dos acontecimentos, quando Sua Excelência deveria ser o exemplo da disposição de nortear as investigações em busca do esclarecimento total das denúncias e posterior punição dos culpados. Como consequência, um Presidente enfraquecido e o Governo à deriva quando os resultados das investigações forem sendo levados ao conhecimento da opinião pública.

Nada pode obstar o trabalho da CPMI dos Correios e de outras que se venham a constituir. Lamentavelmente, não há falta de escândalos, neste País, e sim de vontade coletiva do Governo em proporcionar à sociedade o completo esclarecimento das denúncias de corrupção. O Presidente da República tem a obrigação de estar informado e tomar atitudes drásticas para eliminar as dúvidas sobre integrantes de seu partido e de seu Governo, sem que isso signifique incriminação ou desconfiança antecipada em relação ao seu comportamento. Isolado, aí sim, o Chefe do Governo perderia o rumo dos acontecimentos.

É preciso lembrar que após as primeiras notícias sobre o escândalo nos Correios e os “mensalões”, e quando dúvidas surgiam em relação ao comportamento do Deputado Roberto Jefferson, o Presidente Lula, precipitado ou não, fez declarações em defesa do Parlamentar, dando solidariedade ao parceiro da base política do Governo e afirmando que a ele passaria um cheque em branco. Se o Presidente da República não estava ciente de fatos de tal gravidade, falhou redondamente o ex-Ministro-Chefe do Gabinete Civil em sua responsabilidade de informá-lo e assessorá-lo.

É preciso desmistificar fatos e personagens, ainda que nesse conjunto esteja incluído o Presidente da República. O Brasil exige a verdade, do mais alto mandatário ao mais humilde servidor desta Nação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Tião Viana, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar acontecimento de grande significação para a vida do Partido do qual fui fundador – o PFL.

Realizamos, na semana passada, exatamente entre os dias 16 e 17 de junho, um congresso nacional que teve força de uma convenção, durante o qual aprovamos dois instrumentos extremamente importantes para a vida do Partido.

O primeiro foi um documento intitulado “Refundação do Partido – Compromissos Programáticos”. O segundo intitula-se “Plataforma Democrática de Mudanças”. Além disso, fizemos também a atualização dos nossos Estatutos e criamos o Fórum dos Deputados Estaduais, uma instituição que se volta também para se articular, nos Estados, com as Câmaras Municipais, isto é, com os Vereadores.

Antes de analisarmos esses dois documentos, em rápidas palavras, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de dizer que o PFL nasceu de um grande movimento histórico que tornou possível a eleição da chapa de Tancredo Neves e José Sarney, este como Vice-Presidente da República, mas que, sobretudo, viabilizou a transição do regime militar para a democracia, e redundou, é importante destacar, na convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que ofereceu ao País uma nova Constituição.

Devo dizer que essa nova Constituição representou, para nós, o fim de um processo de transição para a democracia ou, como se falava à época, um processo de distensão ou de abertura política.

É certo que, a partir de 1988, o País passou a viver num Estado Democrático de Direito, isto é, numa democracia sem adjetivos. Essa talvez tenha sido a primeira grande contribuição que o Partido ofereceu à sociedade brasileira.

Certamente, foi isso que levou o Presidente do Partido – aliás, excelente e competente Presidente –, o Senador Jorge Bornhausen, a dizer que “o PFL tem certificado democrático de origem. Nasceu com a Nova República e nunca desonrou os seus objetivos: a consolidação do regime de liberdade, de justiça e desenvolvimento. O PFL jamais traiu esse trinômio e quer agora, passados 20 anos, refundar-se, atualizar-se e modernizar o seu compromisso democrático”.

De fato, Sr. Presidente, o Partido se rejubila ao comemorar seus vinte anos de existência, que trans-

correm este ano, de ter dado uma grande contribuição à democracia, à estabilidade democrática, algo que nos leva a dizer que hoje dispomos de instituições robustas no Brasil. A democracia não é mais aquela planta tenra a que se referia Otávio Mangabeira, ela já deita raízes muito fundas no tecido social brasileiro.

E isso pode ser demonstrado não somente pelo amplo gozo da liberdade em todos os aspectos, mas também pela realização de eleições periódicas feitas com uma pluralidade partidária e a verdade eleitoral obtida pela consulta popular que se afere, inclusive usando os modernos meios eletrônicos, que são uma defesa contra a fraude, enfim, contra todo tipo de deturpação da vontade popular.

É certo que, passado esse episódio que levou à criação do PFL, não podemos também deixar de registrar algo ocorrido dez anos depois. Se o movimento que permitiu a eleição de Tancredo Neves e o Governo José Sarney ocorreu entre 1984 e 1985, do segundo grande movimento também participou o PFL, ocorrido entre 1994 e 1995: a eleição de uma chapa tendo à frente o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aí já não estava mais em jogo a democracia, mas algo não menos importante porque dizia respeito à estabilidade econômica.

Sabemos que a estabilidade econômica por si só não assegura o desenvolvimento, mas é um pré-requisito para que possamos obtê-lo. Com o Plano Real, que, para nós, é síntese desse plano de estabilidade econômica, o Brasil se livrou das taxas – para usar uma expressão do Ministro Simonsen – não-civilizadas de inflação. É de triste memória que tenhamos convivido com índices inflacionários de 85% a 87% ao mês. Isso tinha não somente grandes reflexos sobre a economia e sobre a percepção que se tinha do nosso País no exterior, como também provocava, como provocou, o empobrecimento de largas parcelas da população e – mais do que isso – contribuiu e muito para que se agravasse a concentração de renda. Isto é, os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, mais pobres.

O Plano Real, nome da nova moeda, além da sua significação econômica, teve também uma significação ética. Por quê? Porque, de alguma forma, com uma moeda estável, começamos a incorporar parcelas da sociedade ao que se chama “economia de mercado”. Conseguimos, também, reduzir ou começar a reduzir as enormes desigualdades de renda, não somente inter-regionais, mas também, e sobretudo, interpessoais.

Hoje, no Brasil, ainda temos problemas sociais graves e agudos, mas são menores do que o foram no passado. Há pobres, infelizmente, e miseráveis, o que é mais grave. Mas, de alguma forma, o processo de inclusão social foi deflagrado. Isso é muito impor-

tante para que possamos construir não somente uma sociedade democrática mais justa ou, pelo menos, marcada por menos desigualdades sociais.

Isso permitiu também, como subproduto – mas algo não menos importante –, que pudéssemos melhorar a percepção que se tem no exterior do nosso País. Hoje, somos vistos pelo olho externo de um modo mais favorável pelos progressos que conseguimos obter no campo da democracia, da estabilidade econômica, da inclusão social e, por que não dizer, da inserção internacional que se faz sob diferentes formas, inclusive por meio da integração regional, da qual o Mercosul é um bom exemplo. Infelizmente, o Mercosul não vive um bom momento. Por meio de instituições de integração regional – sobretudo dos países do Prata e de outros países que posteriormente ao Mercosul se agregaram –, começamos a ter possibilidades de enlace com outros blocos regionais, inclusive a União Européia e, por que não dizer – isso é um projeto iniciado no ano 2000 – na criação da chamada Comunidade Sul-Americana das Nações. E, dentro desse quadro, o Brasil tem um papel destacado, mercê dos progressos internos que conseguiu obter.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria também de dizer que essa nossa convenção, que se intitulou Congresso de Refundação, teve um significado para nós, que somos pefelistas, muito grande, porque partimos do pressuposto de que, como estamos celebrando vinte anos de existência, deveríamos fazer uma reflexão sobre o passado, porque, de alguma forma, o passado ajuda a iluminar o futuro. E verificamos que muitas das teses que defendímos há duas décadas, hoje já se materializaram, como, por exemplo, a democracia, a estabilidade econômica, a inserção internacional, busca de inclusão social –, mas que outros fenômenos que emergiram, por exemplo, das sociedades da informação e da tecnologia do conhecimento estavam a exigir de nós uma manifestação. Isto é, quando o Partido se constituiu, nos idos de 1984-85, ainda não ocorrera no mundo, por exemplo, a queda do Muro de Berlim, ainda não se tornaram tão visíveis essas últimas e grandes transformações científicas e tecnológicas. E o Partido, então, nesse processo de refundação, incorporou essas novas demandas da sociedade ao seu ideário programático.

Eu não diria que somos portadores de uma ideologia. De Gasperi, na Itália, disse certa feita que o democrata tem idéias, não necessariamente ideologia. E se olharmos a nossa legislação eleitoral-partidária, verificaremos que a lei não exige dos partidos que tenham uma ideologia; exige, sim, que tenhamos um manifesto, um programa.

É isso que o PFL fez: atualizou ao usar esta expressão de raiz galega, podemos dizer – talvez um espanholismo –, de refundação do seu programa. O ato de refundar retiramos, de alguma forma, daquilo que praticou o PP espanhol, sob a presidência de José María Aznar. Isto é, o esforço de refundar foi um esforço de atualizar. Nós, portanto, fizemos um processo de atualização da nossa proposta. Com isso, estamos concorrendo para melhorar o desfrute democrático e enriquecer o quadro partidário. Mais: não podemos deixar de lembrar que, na essência, somos um Partido social liberal. Quando se fala em liberalismo, falamos num grande movimento de idéias que ajudou a consolidar a democracia.

Citando um livro de Miguel Reale – penso que é *"Pluralismo e Liberdade"* –, ele chama atenção para as grandes contribuições que, ao longo da história, foram dadas à formação da democracia. A primeira foi a contribuição grega, a capacidade do homem de refletir sobre si mesmo e, mais que isso, de intercambiar reflexões – esse ato do livre pensar e de raciocinar conjuntamente. A segunda grande contribuição, não menos importante e especialmente foi a contribuição do Direito Romano, consolidando regras consuetudinárias, de possibilizar, consequentemente, que a convivência humana se fizesse sob regras claras, precisas, e que assim pudéssemos respeitar os valores fundamentais inerentes às pessoas. Ninguém pode deixar de reconhecer isso, na medida em que eles conseguiram consolidar regras jurídicas que ainda hoje marcam a vida dos povos. A terceira contribuição, não menos importante, foi certamente a trazida pelo Cristianismo, na medida em que se desenvolveu *"a cultura da personalidade"* e, mais do que isso, da alteridade, a idéia da fraternidade, da comunhão, da participação, enfim, aquela mensagem que Cristo deixou muito vincada em todo o mundo, e, de modo especial, a partir do desenvolvimento da doutrina social da Igreja.

Não podemos deixar de reconhecer a contribuição das idéias liberais, resultantes daquela concepção de que o homem nasceu livre e de que se deve assegurar-lhe a liberdade em todos campos. É lógico que a liberdade de cada cidadão termina kanteanamente onde começa a do outro.

Por isso, não posso deixar de reconhecer que o liberalismo que nosso Partido pratica expressa essa pensamento. Defendemos a liberdade como princípio, a igualdade de oportunidade como fim e a participação como base da ação política. Esse é, poderíamos dizer, o nosso trinômio. O PFL, portanto, define-se como um Partido social liberal; como tal é *"partido da cidadania"*, porque falar em liberalismo é falar no cidadão que convive e interage numa sociedade aberta e que,

consequêntemente, deseja realizar-se plenamente na comunidade em que vive.

Também desejo dizer, Sr. Presidente, que o nosso Partido aprovou, ao lado dessa atualização do seu programa, um documento intitulado “*Plataforma Democrática de Mudança*”, com vistas às eleições de 2006. É lógico que ainda não estamos com o processo sucessório aberto; ainda não é possível lançar candidaturas; mas pré-candidatos, sim. Nesse texto ofereceu um conjunto de medidas chamado “*Simplifica Brasil*”.

É necessário ter presente que não basta simplesmente haver democracia; é fundamental que ela se incorpore a uma componente não pouco importante, que é a governabilidade. Nosso esforço é o de sairmos de uma democracia procedural para uma democracia decisional, o que passa pela governabilidade, que pode ser traduzida, na semântica de nossos tempos, como habilitar as instituições a dar respostas adequadas às demandas da sociedade.

Então, nosso Partido também oferece para 2006 uma série de propostas no campo político, econômico, social, cultural e – como não poderia deixar de ser – da integração internacional. Cada vez mais, nesses tempos de mundialização da economia, devemos estar atentos à necessidade de uma crescente inserção do País no mundo; mais do que isso, devemos fazer com que a globalização, de que tanto se fala, seja menos assimétrica ou, como certa feita falou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mais solidária, a fim de que possa concorrer, para edificarmos uma sociedade internacional mais atenta aos valores que devem permeiar o planeta; a cultura da liberdade, da paz, da solidariedade, do desenvolvimento sinônimo de pão e justiça. Nossa Partido, portanto, consagrou esses objetivos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, rejubilo-me ao ver o PFL dar esses passos. Aproveito a ocasião para cumprimentar o Presidente do meu Partido, Jorge Bornhausen, um modelo de homem público, que realiza um trabalho notável à frente da nossa instituição partidária. Também estendo meus cumprimentos aos membros da Comissão Executiva, ao Diretório Nacional, aos diferentes Conselhos, às Bancadas na Câmara, através dos Deputados Rodrigo Maia, Líder do PFL e José Carlos Aleluia, Líder da Minoria, e no Senado, nas pessoas dos líderes José Agripino, do PFL, e José Jorge, da Minoria, nas Assembléias Legislativas, aos filiados de modo geral.

Gostaria de fazer referência que julgo indispensável sobre o trabalho desenvolvido por especialistas em

diferentes questões, ainda que sem vínculo partidário, e ao trabalho de síntese feito pelo ex-Ministro Gustavo Krause, que consolidou as sugestões oferecidas pelos comitês temáticos em textos que nos permitem, de forma sistemática, agora oferecermos ao País e, de modo especial, ao nosso Partido.

Devo dizer também que, durante a convenção, mais uma vez, definimos como nosso pré-candidato o culto e operoso Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que, na ocasião, manifestou-se, expondo como vê o País e as suas instituições.

O Partido fez também um exame de sua trajetória nesses dois anos em que se encontra em oposição ao Governo do Presidente Lula. O PFL...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente. Tão logo ocorreu o segundo turno – é bom lembrar – o nosso Partido se definiu em oposição ao Governo Federal. Se não estou equivocado, no dia 30 de outubro, o PFL, sob a Presidência do Senador Jorge Bornhausen, fez uma reunião da sua Comissão Executiva e aprovou moção ficando nossa conduta de oposicionistas ao governo do Presidente Lula, uma oposição responsável, fiscalizadora, mas preocupada com a governabilidade. Nesse caminho, nós prosperamos.

Nosso Partido também pôde, nesta última convenção, avaliar quanto está contribuindo, na oposição, para melhorar os rumos do País.

Ouço o nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Marco Maciel, agradeço a V. Ex^a o aparte. Em primeiro lugar, não poderia deixar de dizer que me congratulo com o PFL, por estar fazendo esse esforço; em segundo, ressalto que esse é um exemplo que, a meu ver, os demais Partidos deveriam seguir. Isso, porque precisamos refundar a República brasileira, ou melhor, completá-la, já que foi, de certa maneira, fundada, mas não completada. Desejo a V. Ex^a sucesso nesse trabalho. Não sei se é tarde ou não, mas quero dizer que os princípios republicanos precisam estar fortemente impregnados na alma desse novo PFL, que é diferente do meu Partido, obviamente: os valores republicanos da igualdade, do direito a uma educação de qualidade para todos, do fim da exclusão social, porque, enquanto houver exclusão, não haverá república. Gostaria de ver o PLF ressurgido, refundado – ressurgido, não, porque não desapareceu –, com um compromisso cada vez maior com a República brasileira.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Cristovam Buarque, agradeço muito sensibilizado o aparte de V. Ex^a e quero dizer, em rápidas palavras, duas coisas: em primeiro lugar, quando V. Ex^a fala em república, fala em cidadania. *Res publica*, como diziam os latinos, coisa pública, é naturalmente o primeiro valor da cidadania. Quando se fala em república, fala-se no cidadão e não no súdito.

Portanto, precisamos fazer um grande *aggiornamento** e um grande esforço para o fortalecimento da república em nosso País. E mais: com o fortalecimento da república, pensar também no fortalecimento da federação, porque a república pressupõe também desconcentração do poder e significa também descentralização.

É bom sempre ter presente que descentralizar é diferente de desconcentrar, e precisam ser praticadas em nosso País para que tenhamos de fato uma verdadeira República Federativa.

E a segunda questão a que V. Ex^a se referiu no seu substancioso aparte diz respeito aos partidos políticos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Entendo cada vez mais que a democracia reclama partidos. Houve um grande pensador austríaco, Hans Kelsen, que disse certa feita: “A democracia é o Estado partidário”. Isto é, não se pode pensar numa sociedade verdadeiramente democrática sem os partidos políticos, que são aqueles grandes canais de interlocução entre governo e sociedade.

Portanto, uma sociedade na qual a livre manifestação de pensamento se realiza e as aspirações da sociedade são realizadas pressupõe certamente que tenhamos partidos capazes de realizar essa tarefa de interlocução entre governo e sociedade. E isso requer – insisto mais uma vez – fazermos as chamadas reformas políticas. Ou, se quisermos, as reformas institucionais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Acho que esse é o nó não desatado da questão do desenvolvimento do País, porque, se fizermos as reformas políticas, vamos melhorar não somente o quadro eleitoral e partidário e as instituições republicanas, mas também a percepção que se tem, no exterior, do nosso País, melhorando também o desempenho da economia, porque a economia se ressente da falta de seguran-

ça jurídica, assim como vamos melhorar – e muito – a fruição dos direitos sociais.

Sr. Presidente, pedindo escusas pela demora e agradecendo pela generosidade do tempo concedido, mais uma vez, transmito meus cumprimentos à direção do meu Partido, que tem à sua frente o arguto Presidente Jorge Bornhausen – e aqui estão presentes alguns Parlamentares do Partido, inclusive o 1º Secretário, o Senador Efraim Moraes. Cumprimento ainda todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram da Convenção e, de modo particular, o ex-Ministro e ex-Governador Gustavo Krause, que coordenou os documentos a respeito dos quais fizemos referência nesta tarde.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes pela Liderança da Minoria, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno, por cinco minutos. A seguir, terá a palavra o Senador Alberto Silva.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ouvi alguns pronunciamentos há pouco. Parabenizo, inicialmente, o Senador Marco Maciel pelo retrato que traçou e que mostrou da nossa Convenção Nacional, quando tivemos a reconstrução do PFL, depois de amplamente discutida por todos os setores, por todas as executivas estaduais, com a participação de Parlamentares municipais, estaduais e federais.

Cumprimento, então, o Senador Marco Maciel e, em seu nome, a nossa executiva, o Presidente Jorge Bornhausen, bem como todos aqueles que participaram do documento que culminou com o encerramento da nossa convenção. Quero principalmente dar parabéns ao ex-Ministro Gustavo Krause pelo excelente trabalho. Em nome dele, saúdo também todos aqueles que fizeram um trabalho extraordinário.

Sr Presidente, ouvi outros discursos hoje e percebi que o próprio Partido dos Trabalhadores – nem todos os seus membros, mas alguns deles – tenta dizer que a culpa pelo que está acontecendo é da imprensa. Algumas declarações aqui nos deixaram apreensivos, porque são Parlamentares que não gostam quando a imprensa retrata os fatos reais.

Em função disso, venho aqui exatamente ler, e peço para que seja transscrito nos Anais da Casa, artigo da revista **Veja**, que traz na capa a seguinte manchete: “Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o governo e sua biografia. Tem conserto?” Essa é a pergunta que a revista **Veja** faz em sua capa.

Quero transcrever um artigo que transmite a realidade dos fatos, aquilo que pensa o povo brasileiro, depois de todos os episódios que vêm ocorrendo tanto no Congresso Nacional como no Poder Executivo.

Sr Presidente, trata-se do artigo do jornalista André Petry, cujo título é “Lula em seu labirinto”. Diz o seguinte:

O presidente Lula até pode superar a crise atual e, quem sabe, reeleger-se para um segundo mandato. Mas é hipocrisia esconder que foi definitivamente alvejado pelos estilhaços do escândalo – e no coração. Do labirinto em que foi jogado pelo mensalão, Lula tem só duas saídas, e nenhuma delas é boa. Ou o presidente sabia de tudo (e foi conivente) ou não sabia de nada (e foi inepto). Não há uma terceira alternativa. A situação é tão lamentável, mas tão lamentável, que existe uma torcida silenciosa para que a verdade esteja na segunda hipótese. Ou seja: force-se para que o presidente seja inepto, apenas isso...

É melancólico, mas a outra hipótese é ainda pior. Se a verdade estiver na primeira alternativa, a de que Lula foi conivente, o desdobramento inevitável é a instalação de um processo de **impeachment** por prevaricação, crime no qual uma autoridade incorre quando deixa de fazer o que a lei manda que faça – no caso, investigar.

É melancólico porque, tendo sido apenas inepto, então Lula pode permanecer presidente da República. Um Presidente da República que ignora o que acontece no núcleo de seu governo. Que desconhece o que seus principais auxiliares andam fazendo. Que vive alheio ao que se passa à sua volta. Mas, ainda assim, um presidente da República.

É melancólico porque, a esta altura, só farsantes são capazes de sustentar que não existia mensalão ou que jamais ouviram falar dele. E só quem faz da estupidez uma profissão de fé é capaz de acreditar, a esta altura, que o tremendo inchaço das bancadas de PL, PTB e PP se deu à base do convencimento político e ideológico.

É melancólico porque o Lula de hoje é o José Dirceu de ontem. Quando veio a público o caso de Waldomiro Diniz, José Dirceu levou um tiro no peito e, dali em diante, jamais re-

montaria sua autoridade, porque ficou patente que – na melhor das hipóteses – fora incompetente ao não saber o que fazia, nem quem era o assessor de sua plena confiança. Hoje, Lula está numa situação parecida. Na melhor das hipóteses.

É melancólico porque há um visível esforço coletivo para acreditar na versão presidencial – a de que foi informado do mensalão, mandou investigar, mas, sabendo que o caso fora arquivado numa sindicância da Câmara, deu-se por satisfeito. Algo não faz sentido. Roberto Jefferson, no embalo de inocentar o presidente, disse que ele ficou chocado quando soube do mensalão. Reagiu como quem é traído, como quem leva uma facada nas costas, como quem – nas palavras de Jefferson – flagra a esposa com outro. É curioso que o presidente, depois de receber notícia tão inédita e tão dramática, se tenha dado por satisfeito com tão pouco.

É melancólico porque, em trinta meses de governo, Lula apequenou sua figura pública, cuja nobre dimensão fazia tão bem ao país e, sobretudo, às camadas mais populares – que podiam ver em sua ascensão a possibilidade real de furar o hermético bloqueio político e social imposto aos de origem mais humilde.

É melancólico ver esse gigante da história brasileira agora apenas oscilando entre a espantosa hipótese de ter sido conivente e a mediocridade de ser inepto.

É melancólico.

Sr. Presidente, acredito ser exatamente isso o que pensa o povo brasileiro. Para tornar mais fácil a leitura desse artigo, pedi a um assessor meu que fizesse a sua transposição para o papel, tirando aqui da revista **Veja**. Dois, três ou quatro assessores que liam a matéria diziam: “Este é o quadro do Brasil, isto é o que nós pensamos, isto é o que pensa o Brasil”.

Sr. Presidente, V. Ex^a já me deu o suficiente, mas peço ainda um minuto para concluir.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Efraim Morais, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Escuto V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Gostaria de interrompê-lo por breve instante apenas para agradecer a referência ao que acabei de dizer antecedendo

o seu discurso e referendar o que V. Ex^a afirma com relação ao papel que cumpre o nosso partido. V. Ex^a é bem a expressão disso. V. Ex^a, que exercitou com muita competência e brilho a função de Líder da Minoria tem dado provas de sua preocupação para melhorar o País, sobretudo, denunciando os erros, os equívocos do atual Governo. Nossas bancadas, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados cumpre com muito destaque esse papel oposicionista. V. Ex^a tem razão quando homenageia também o Partido pela convenção realizada na semana passada.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim, atentamente ouvi o pronunciamento de V. Ex^a e do grande homem público Marco Maciel, intelectual da Academia Brasileira de Letras. A contribuição do PFL na democracia é reconhecida. Quando prefeito de minha cidade, tive como vice-prefeito um membro do PFL. Relembro a luta do PFL, que naquele tempo avançou – penso que houve um pouco de retrocesso, ressalvada a intenção de contribuir para a democracia. Sou do PMDB, de Ulysses, que no Piauí é dirigido pelo Senador Alberto Silva, nosso líder. Naquele tempo, houve prévia para o lançamento de candidato à Presidente da República. E eu, solicitado pelo vice-prefeito e por meu irmão, que hoje é deputado federal pelo PFL, entrei na luta e vi como era bela. Na cidade de Parnaíba houve uma prévia para saber quem seria candidato a Presidente da República. Disputavam Aureliano Chaves, aquele extraordinário homem público que foi vice-presidente, e Marco Maciel. E Marco Maciel foi o vencedor em nossa cidade. E eu, embora não tivesse voto, estava participando dessa luta. Penso que é hora de repetir a história. Se Marco Maciel, no início de 90, era cotado para Presidente da República, por que não agora, que S. Ex^a está mais experimentado, mais provado, mais querido e mais aceito e acreditado, não só no Nordeste, mas no Brasil todo? Além disso, não tem mais Aureliano Chaves, que está no céu, que foi um obstáculo àquele sonho. O PFL deve marcar posição e voltar ao que iniciou: às prévias para candidato a Presidente da República.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Marco Maciel pelo aparte e agradeço pelas referências feitas à minha atuação política nesta Casa.

Senador Marco Maciel, feliz é o partido que tem V. Ex^a como um dos seus filiados. Digo isso em razão

da história de V. Ex^a neste País, das ações de V. Ex^a para com o seu Estado, meu querido Pernambuco, vizinho lá da minha Paraíba. Sei da importância do cidadão Marco Maciel, do político Marco Maciel, do pai de família Marco Maciel, do intelectual Marco Maciel. O Brasil hoje precisa de homens como V. Ex^a, principalmente neste momento. Nós, que fazemos o PFL, nos orgulhamos de ter V. Ex^a em nossos quadros.

Agradeço ao nobre Senador Mão Santa, lá do PMDB do Piauí, PMDB de Ulysses Guimarães, por sua interferência.

Sr. Presidente, só um minuto pediria a V. Ex^a para concluir. Essa situação nos preocupa. A saída do Chefe da Casa Civil, de volta à Câmara dos Deputados, não significa que as investigações pararam. Não, pelo contrário, mais do nunca as oposições irão buscar na CPI instrumentos legítimos, instrumentos democráticos e instrumentos constitucionais para que possamos apurar todos os acontecimentos.

São artigos como esses que precisam ser esclarecidos para que o povo entenda que quem nomeia ministros, quem nomeia diretores, quem nomeia dirigentes de autarquias é o Presidente da República, é o Presidente Lula. Mais adiante, vem Diogo Mainardi, cujo artigo peço que seja transscrito também: “Roberto Jefferson garantiu que Lula não sabia o que os petistas faziam por baixo do pano. Eu sabia. O leitor sabia. Todo mundo sabia. O único que não sabia era seu maior beneficiário: Lula”. São palavras do jornalista Diogo Mainardi publicadas no artigo “Eu sabia. Todo mundo sabia”, pela revista **Veja**.

Sr. Presidente, li “Lula em seu labirinto”, do jornalista André Petry, da revista **Veja**, que certamente estará transscrito e peço a V. Ex^a para que fique registrado nos anais desta Casa também este artigo do Diogo Mainardi.

Amanhã teremos a primeira reunião da CPI. Espero, realmente, que se possa fazer uma CPI do jeito que quer o povo brasileiro, da forma que espera o povo brasileiro: transparente, apurando e não abafando. O governo ganhou a primeira parada, elegeu o presidente e o relator, mas, para mim, o maior relator e o maior presidente é o povo brasileiro. Esta Casa fará o que quer o povo brasileiro.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, nobre Senador Tião Viana.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANDRÉ PETRY

Lula em seu labirinto

O presidente Lula até pode superar a crise atual e, quem sabe, reeleger-se para um segundo mandato. Mas é hipocrisia esconder que foi definitivamente alvejado pelos estilhaços do escândalo — e no coração. Do labirinto em que foi jogado pelo mensalão, Lula tem só duas saídas, e nenhuma delas é boa. Ou o presidente sabia de tudo (e foi conivente) ou não sabia de nada (e foi inepto). Não há uma terceira alternativa. A situação é tão lamentável, mas tão lamentável, que existe uma torcida silenciosa para que a verdade esteja na segunda hipótese. Ou seja: torce-se para que o presidente seja um inepto, apenas isso.

É melancólico, mas a outra hipótese é ainda pior. Se a verdade estiver na primeira alternativa, a de que Lula foi conivente, o desdobramento inevitável é a instalação de um processo de impeachment por prevaricação, crime no qual uma autoridade incorre quando deixa de fazer o que a lei manda que faça — no caso, investigar.

É melancólico porque, tendo sido apenas inepto, então Lula pode permanecer presidente da República. Um presidente da República que ignora o que acontece no núcleo de seu governo. Que desconhece o que seus principais auxiliares andam fazendo. Que vive alheio ao que se passa à sua volta. Mas, ainda assim, um presidente da República.

É melancólico porque, a esta altura, só tarsantes são capazes de sustentar que não existia mensalão ou que jamais ouviram falar dele. E só quem faz da estupidez uma profissão de fé é capaz de acreditar, a esta altura, que o tremendo inchaço das bancadas de PL, PTB e PP se deu à base do convencimento político e ideológico.

É melancólico porque o Lula de hoje é o José Dirceu de ontem. Quan-

do veio a público o caso de Waldir-miro Diniz, José Dirceu levou um tiro no peito e, dali em diante, já mais remontaria sua autoridade porque ficou patente que — na melhor das hipóteses — fora incompetente ao não saber o que fazia nem quem era o assessor de sua plena confiança. Hoje, Lula está numa situação parecida. Na melhor das hipóteses.

É melancólico porque há um visível esforço coletivo para acreditar na versão presidencial — a de que foi informado do mensalão, mandou investigar, mas, sabendo que o caso fora arquivado numa sindicância da Câmara, deu-se por satisfeito. Algo não faz sentido. Roberto Jefferson, no embalo de inocentar o presidente, diz que ele ficou chocado quando soube do mensalão. Reagiu como quem é traído, como quem leva uma facada nas costas, como quem —

nas palavras de Jefferson — flagra a esposa com outro. É curioso que o presidente, depois de receber notícia tão inédita e tão dramática, se tenha dado por satisfeito com tão pouco.

É melancólico porque, em trinta meses de governo, Lula afeiou sua figura pública, cuja nobre dimensão fazia tão bem ao país e, sobretudo, às camadas mais populares — que podiam ver em sua ascensão a possibilidade real de furar o hermético bloqueio político e social imposto aos de origem mais humilde.

É melancólico ver esse gigante da história brasileira agora apenas oscilando entre a espantosa hipótese de ter sido conivente e a mediocridade de ser inepto.

É melancólico.

"Ou o presidente sabia de tudo (e foi conivente), ou não sabia de nada (e foi inepto). A situação é tão lamentável que há uma torcida para que o presidente seja um inepto"

DIOGO MAINARDI

Eu sabia. Todo mundo sabia

Está a maior farra aqui em casa. Chegou a hora de tripudiar. De contar vantagem. De esfregar na cara. De soltar rojão. De me cobrir de glória. O depoimento de Roberto Jefferson na Comissão de Ética foi melhor do que Copa do Mundo. Foi meu hexacampeonato particular.

Lula reagiu ao ataque de Roberto Jefferson afirmando que não aceitaria "vender a alma pela reeleição". Foi mais uma tentativa de engabelar o eleitorado. Seu governo não foi acusado de vender a alma aos parlamentares. Pelo contrário: foi acusado de comprar.

Agora a reeleição morreu. Não é tão surpreendente assim. Em outubro de 2004, numa coluna intitulada "O partido do topa-tudo", apostei que Lula não seria reeleito, com o argumento de que "os eleitores estão nauseados com o PT. Ele será sempre identificado como o partido que compra o apoio de outros partidos com malas cheias de dinheiro. Que recebe doações de empresários acusados de corrupção. Que se alia desvergonhadamente a políticos que sempre combateu. Que dá carta branca a seu tesoureiro em reuniões ministeriais. Que protege os amigos do presidente".

Eu não sou jornalista. Não tenho fonte no Congresso Nacional. Não conheço Roberto Jefferson. Não grampeio o telefone de José Dirceu. Só reuni a informação que estava escancarada na imprensa. Roberto Jefferson diz que todo mundo sabia do esquema de propina do PT. Ele tem razão. Eu sabia. O leitor sabia. Todo mundo sabia. Antes de Roberto Jefferson, um ilustre deputado já tinha dito que "Waldomiro Diniz era um dos caixas do José Dirceu". Antes de

Roberto Jefferson, um nobre senador já tinha chamado Marcelo Sereno de "PC Farias do PT". Claro que, cedo ou tarde, o esquema seria revelado.

O plano para a reeleição de Lula sempre foi muito suspeito. Quando ele nomeou seu guarda-costas, Mauro Marcelo de Lima, para a diretoria da Abin, eu comentei: "Mauro Marcelo admitiu estar na torcida por um bis de Lula. O serviço de informação dos Estados Unidos, no passado, torceu pela reeleição de um presidente. O resultado foi Watergate". Quando Lula indicou o arrecadador de fundos de sua campanha eleitoral, Henrique Pizzolato, para a diretoria de marketing do Banco do Brasil, eu também estranhei. Acusei Pizzolato de usar a verba de propaganda do Banco do Brasil para patrocinar a reeleição de Lula, através da TV CUT, da torcida do time de vôlei nas Olimpíadas e do curta-metragem ufanista de Jorge

Furtado. Roberto Jefferson disse que a Abin e as agências de propaganda do Banco do Brasil estão envolvidas com o esquema de corrupção do PT. Sugiro que Lima e Pizzolato sejam ouvidos pela CPI.

Lula temia se transformar num Lech Walesa. Se a acusação de Roberto Jefferson for comprovada, é o que irá acontecer. Roberto Jefferson garantiu que Lula não sabia o que os petistas faziam por baixo do pano. Eu sabia. O leitor sabia. Todo mundo sabia. O único que não sabia era seu maior beneficiário: Lula.

**"Roberto Jefferson
garantiu que Lula
não sabia o que os
petistas faziam
por baixo do pano.
Eu sabia. O leitor
sabia. Todo mundo
sabia. O único que
não sabia era seu
maior beneficiário:
Lula"**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Efraim Moraes, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento quanto às solicitações de inclusão dos textos que foram citados.

Concedo a palavra, por até 15 minutos, ao Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta tarde, imbuído de um sentimento a respeito do que está acontecendo neste País e que deixa o povo e os políticos, nesta Casa e na outra Casa do Congresso, perplexos.

Arma-se – é necessário que assim seja – uma CPMI para apurar as denúncias de corrupção e, enquanto isso, neste enorme País, neste grande País, a economia cresce – fala-se nos jornais que a economia vai bem –, visto que já dobraram a casa dos 100 bilhões.

Lembro que, quando recebi o título de Conselheiro da República, no discurso que fiz ao agradecer ao Presidente aquele diploma que me era conferido, disse a Sua Excelência: Presidente, se temos 100 bilhões, já ultrapassamos essa casa pela primeira vez e isso se deve à política econômica do atual Governo – não podemos deixar de reconhecer –, para que esse dinheiro todo? Para pagar dívidas internas e externas?

Naquela ocasião, ao falar a respeito do êxito da campanha do Presidente lá fora, levando o nome do Brasil como um País emergente, disposto a ajudar os outros, de um povo bom, hospitalero, sério e trabalhador, soube que Sua Excelência ficou emocionado, pedi: Presidente, diga aos ricos que vamos pagar esse dinheiro, mas que nos devolvam uma parte dele para aplicarmos aqui no País, na construção de um programa que gere renda e que contemple a educação, a saúde e a segurança. Pela ordem, que haja renda, emprego e educação. Havendo renda as pessoas se alimentam e não adoecem. Creio que as filas dos hospitais – e aqui está o meu companheiro Mão Santa, do Piauí, que é médico, e garanto que S. Ex^a concorda comigo –, que as filas dos doentes, a maior parte, decorre de fome crônica. Essa máquina perfeita que Deus criou, que é o homem, precisa se alimentar desde que a criança deixa o seio da mãe. Entretanto, no Brasil, há uma série de fatos que não deveriam acontecer.

Por exemplo – e já falei isso aqui uma vez, inclusive o nosso grande Ministro que está ali, Cristovam Buarque, até tomou um susto –, o Ministério da Educação, do alto da sua sapiência, ainda não resolveu um problema que é tão claro: as crianças de dois a seis anos ainda não têm escola no Brasil. Há uns ensaios de pré-escolar, mas não existem ainda. E como não há pré-escolar, não há merenda. Então, as crianças de dois a seis anos, de um modo geral as pobres,

não têm a merenda escolar, não comem. É incrível que isso esteja acontecendo num País tão grande como o nosso.

Penso que se deve incluir o pré-escolar como prioridade nº 1 no programa Educação, até mesmo antes da universidade, antes do Ensino Básico, porque o cérebro das crianças de dois a seis anos que não se alimentam diminui. Não sou um especialista, mas tenho certeza de que os médicos aqui, inclusive o Presidente Tião Viana, sabem que, se uma criança não se alimenta ou se alimenta pouco, o seu cérebro diminui.

Temos uma experiência vivida, provada do Projeto Casa Escola que criamos no Piauí, quando éramos Governador, para crianças de dois a seis anos. Não fizemos prédios, não movimentamos como se fosse uma escola normal. Criamos um fato novo no ensino deste País: as pessoas de classe média mais baixa ofereceram as suas casas para criarmos nelas uma escola. E alguém pergunta: e no barraco cabe uma escola? Cabe, sim, uma mesinha com seis cadeiras e uma professora. V. Ex^{as} já imaginaram o que aprendem seis crianças de cinco anos com uma professora e se alimentando?

Criamos uma fábrica de alimentos porque não podíamos usar a merenda escolar, que só pode ser dada para crianças a partir de sete anos. Criamos uma fábrica de alimentos – e o Senador Mão Santa sabe perfeitamente que isso é verdade – e alimentamos 50 mil crianças, Sr^{as} e Srs. Senadores. Isso não é brincadeira! E havia professoras que ensinavam essas crianças por uma metodologia diferente e adequada aos nossos meninos mais pobres. E a primeira coisa que eles aprendiam é que eram brasileiros – fiz questão disso –, eram piauienses pertencentes a um País grande e forte. Eles seriam os cidadãos do futuro e, nunca, os desvalidos ou os deserdados da sorte. Dentro do seu barraco, eles aprendiam a ler, a escrever e a amar este País.

Creio ser isto o que está faltando neste momento: trazer esperança ao povo brasileiro. De cada lado, nota-se algo. Traz-nos constrangimento ver que todo Governo está enrolado. Não digo A, B ou C, pois quem decidirá isso são as CPMIs. Mas, enquanto isso, o que fazemos do País? Vamos deixá-lo parado? O comandante está dirigindo a Nação. É claro que Sua Excelência terá de reformular o Governo. Diz-se que novos ministros serão nomeados.

Está na hora de o Senado e a Câmara dizerem ao povo brasileiro: qual é nossa responsabilidade? Nós fazemos leis, mas não temos canetas para executá-las. No entanto, posso sugerir ao Presidente Lula o seguinte: "Presidente, assuma o comando. Vossa Excelência está no comando do País. Digam os artigos que Vossa Excelência sabia ou não, Vossa Excelência foi eleito

com 70 milhões de votos. Os brasileiros não podem descer de Vossa Excelência de uma vez por todas".

Para onde vai este País? Quem guiará o País? Enquanto se apura – deve-se apurar e estamos aplaudindo o movimento das duas Casas do Congresso, criando comissões que apurem a realidade –, o que devemos oferecer ao comando do País? Braços cruzados? Dizem que a reforma política resolverá. Sim, mas tem tempo. Vamos, ao longo do que vai acontecer, pensar a reforma política. Ela resolverá o problema? Não. Qual é o problema número um? Venho de uma escola em que não se admitia que, entre vários problemas, não se aprendesse a discernir qual era o principal. O principal problema do Brasil, hoje, é a corrupção? Não. É a falta de segurança? Sim. É a educação? Sim. É saúde? Sim. A corrupção é fruto de quê? Não podemos saber, não vamos diagnosticar. Existe no mundo inteiro. Tem no Brasil? Tem. Vamos apurar. Mas o País deve parar? Nós, aqui, devemos ficar de braços cruzados ou poderemos oferecer alguma coisa ao Presidente, ao País? Falo em nome dos meus companheiros. Como engenheiro, como ex-Governador por duas vezes, como Senador pela segunda vez, como Deputado duas vezes, como Prefeito duas vezes, creio que tenho experiência e idade suficientes para dizer: Presidente, aja, assuma o comando! O País está estarrecido, está com medo do que vai acontecer porque não está vendo um timoneiro. É como quem está em um avião e dizem que o comandante desmaiou. Os passageiros vão deixar o avião cair ou vão pedir que o co-piloto assuma? Não tem co-piloto. O comandante é Sua Excelência mesmo. Assuma, Presidente, assuma todas as responsabilidades! Inclusive, do que está acontecendo na CPI.

Aqui vai o meu conselho: o desemprego, esse sim. Daqui, o Senador Pedro Simon fez um belo discurso. Diria que S. Ex^a pintou um quadro com pinceladas fortes, em português escorreito e perfeito. Disse dos desempregados, dos que estão morrendo de fome, disse tudo, mas não disse o que fazer. O que fazer? Sabemos que é assim mesmo, mas o que fazer? S. Ex^a declarou que encaramos os Sem-Terra como se fossem uns vândalos ou qualquer coisa assim.

Eu diria, como engenheiro que sou, que devemos ordenar as coisas. Aprendi, na minha escola, que, primeiro, se faz uma ordenação, descobre-se qual é o problema. Se você tem um problema, há diversas variáveis e, dentro delas, existe o imponderável. Está ali um engenheiro, meu colega, que sabe do que estou falando: a linguagem matemática dos imponderáveis. O imponderável é o povo, com seus problemas difusos. Não sabemos exatamente quantos são os problemas. O povo precisa de transporte, de educação, mas, em primeiro lugar, quer emprego. E de onde vem o empre-

go? Como vamos resolver o problema? Vamos para o campo? Vamos para o campo.

O biodiesel, por exemplo, é uma solução? Todo mundo diz que sim, que chegou a hora de um combustível alternativo. Mas sabe o que está acontecendo? Estamos caminhando para uma espécie de Proálcool.

No Piauí, Senador Mão Santa, montaram uma usina para 90 mil litros de biodiesel/dia. Então, chamaram os lavradores e disseram: "Vocês vão plantar mamona para nos vender, mas o preço nós é que vamos dar". Assim, vamos ter um Proálcool outra vez: os grandes usineiros, e os bóias-frias cortando cana. Eu não quero isso.

Estamos montando, Senador Mão Santa, em nossa cidade, Parnaíba, um protótipo para servir de exemplo ao Brasil. Parnaíba terá uma usina dos próprios lavradores. O Banco do Nordeste aceitou a proposta: ele financiará uma usina de biodiesel, e os lavradores farão parte do projeto. Sabem como? O Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar é um programa antigo que o atual Governo está implementando. Hoje, quando o lavrador é cadastrado no Pronaf, recebe o dinheiro no banco. Quando chega em casa, pergunta à mulher o que está faltando. Ela responde que está faltando tudo e, então, ele gasta uma parte desse dinheiro. No fim, ele se enrola, porque não tem educação suficiente para gerir o recurso que nunca teve. Ele recebe o dinheiro e o gasta. Depois, planta uma roça comum, a renda não dá e ele não paga ao Pronaf.

Então, propusemos ao Banco Nordeste uma associação. Em Parnaíba, serão 1.500 lavradores, oriundos daqueles bairros que V. Ex^a criou, Senador Mão Santa. Por exemplo, no Bairro Piauí, estão morrendo de fome, porque, no seu tempo, ainda havia obras e serviços, mas agora não tem. Eles estão na pior. Então, estamos cadastrando esses homens para plantar mamona e feijão. Eles receberão o dinheiro do Pronaf, mas não o levarão para casa. Propusemos abrir uma conta no banco em nome dele e da associação.

Criamos o Instituto de Desenvolvimento do Piauí, uma ONG e não uma Oscip, que vai administrar e gerenciar o dinheiro e também a usina, com a sua parte industrial. E o que a usina vai fazer? Acrescentar valor industrial ao trabalho do homem do campo, que colheu a mamona e a entregou na usina.

E, durante o tempo em que cuida da roça, de onde vem seu dinheiro? De um cartão igual ao nosso. O Banco do Nordeste abre uma conta para ele com o dinheiro do Pronaf e estabelece, como combinado, algo em torno de R\$250,00 por mês. Ele tem o cartão e tira o dinheiro semanalmente. Com isso, alimenta-se e sustenta a família, enquanto planta. E, depois que colhe, entrega tudo na usina, que transforma o produto em óleo, o qual vale R\$2,50 o litro e pode ser exportado.

Nesse caso, qual será a renda do lavrador com apenas três hectares, com os argumentos que estou usando aqui e com os implementos que vamos dar? Será de R\$700,00 a R\$800,00 por mês E assino embaixo, como engenheiro e ex-Governador. A usina de 90 mil litros pagará R\$0,60 pelo quilo da mamona. No máximo, ele terá 900kg por hectare. Portanto, em três hectares, terá 2.700kg. A R\$0,60...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, o maior líder da nossa geração, John Fitzgerald Kennedy, disse: precisamos de muita imaginação, muita invenção, muita criação e muita coragem para atravessar a nova fronteira. Quero dar o testemunho de que, quando V. Ex^a governou o Piauí, foi fiel a essa inspiração de John Kennedy.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Apenas desejo que Deus me dê ainda vida e saúde para ver esses projetos de educação na residência dos pobres. Não precisamos de salas de aulas, mas de professoras que amem este País e que sintam que a educação dos pequenos é uma necessidade nacional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, se me permite, concluiria concedendo um aparte ao nosso companheiro Cristovam Buarque, um dos grande homens desta Casa, que tem algo a dizer, e ficaria muito agradecido em poder ouvi-lo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Alberto Silva, gostaria de dizer da satisfação de ouvir o seu discurso não apenas porque falou em educação, mas porque há dias, nesta Casa, perguntei-me se nós – 723 líderes eleitos no plano federal, somando Senadores, Deputados, Presidente, Vice-Presidente – estamos à altura do momento. O Brasil tem sua história amarrada como se fosse um nó ou diversos nós: o nó da corrupção, o nó da concentração da renda, o nó da exclusão social, o nó da educação. E, às vezes, perguntei-me se estamos à altura. Se, daqui a vinte ou trinta anos, quando historiadores centrarem-se sobre o que falamos e fizemos aqui, dirão que aqui estava uma geração à altura do desafio ou se nós passamos ao largo, alheios à grande crise que o Brasil vive na busca de desatar esses nós que amarraram seu futuro. Seu discurso me dá esperança.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Encerro, Sr. Presidente. Concluindo...

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Alberto Silva, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode deferir o aparte, se desejar, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com o maior prazer, ouço o Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Alberto Silva, em rápidas palavras, quero apenas cumprimentar V. Ex^a pelo discurso que produz na tarde de hoje e que não me surpreende. Já o conheço há muito tempo, sei dos seus conhecimentos na área de sua específica formação no campo da engenharia, mas também sei que V. Ex^a é um humanista, que domina bem todos os assuntos, conhece os problemas de nosso País, sabe como encaminhá-los, como resolvê-los. Portanto, meu cumprimento pelas palavras que profere na tarde de hoje.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, permita-me encerrar dizendo: Presidente Lula, aqui nas duas Casas do Congresso há homens dispostos a ajudá-lo; convoque-nos! Armemos um programa mínimo; não vamos nos perder em várias soluções periféricas. Vamos ao miolo da questão: gerar emprego, gerar esperança para este País. Convoque os homens das duas Casas do Congresso, diga o que deseja e teremos algumas sugestões a fazer a Vossa Excelência para sairmos dessa entaladela que não nos vai levar aos caos. Tenhamos fé em Deus e fé neste País. Somos 180 milhões de brasileiros e, por isso, temos a obrigação de não nos omitirmos.

(Interrupção do som.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Tenhamos fé! Tenho certeza de que sairemos desta, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, inicialmente agradeço ao Senador Cristovam Buarque a gentileza de ter cedido o espaço de uso da tribuna para que eu pudesse trazer uma contribuição ao debate.

Não me reportarei ao tema da crise política que estamos vivendo porque já o fiz há três dias. E entendendo que os campos de batalha estão delimitados entre Governo e Oposição e teremos todo o tempo para um exercício de cidadania, de responsabilidade política do

Parlamento para investigar, por meio da CPMI, esse episódio, esclarecendo a verdade da maneira clara que a Nação nos impõe agora. Que a justiça seja feita nesse episódio e quem tiver culpa que seja punido, que pague o preço perante a opinião pública, seja com a perda de mandato, com prisões, ou o que quer que seja.

Acredito que temos o dever de afirmar o Estado democrático de direito por meio das nossas ações e o Parlamento tem uma enorme responsabilidade neste momento. É hora de repensar o papel dos Partidos políticos no Brasil diante da crise que estamos vivendo, de repensar a responsabilidade do Congresso Nacional, sua credibilidade perante a opinião pública e, sem dúvida alguma, o próprio desenho do Estado.

O assunto a que quero me reportar diz respeito às chamadas doenças órfãs, como é o caso da hanseníase. O Brasil ainda é o primeiro País em número de casos no mundo. Há uma dívida histórica com a sociedade brasileira, por seus gestores, no que diz respeito à eliminação dessa doença.

A Organização Mundial de Saúde, em 1991, estabeleceu como meta para o povo brasileiro que, em 2000, nós teríamos a eliminação da hanseníase. Essa meta foi redesenhada em 2000 e 2001 e sua eliminação ficou prevista para 2005. Mas já temos a informação oficial de que não será possível o cumprimento dessa meta. Essa é uma situação que aflige os sanitaristas do Brasil, a Sociedade Brasileira de Dermatologia, os gestores de saúde pública.

Penso que temos o dever de fazer uma reflexão no meio de tanta confusão sobre um tema como esse. É uma doença órfã, é uma doença de pobres, em regra, uma doença de excluídos.

É verdade, Senador Mão Santa, que, na Antigüidade, ela atingia reis, como o rei Ozias, no século VIII a.C, e o Rei Balduíno. Está em cartaz um belíssimo filme, "Cruzada", em que mostra que o Rei Balduíno, nos idos de 1180, era vítima da hanseníase e que isso gera uma crise de domínio cruzado em toda a Palestina.

Essa história lembra São Francisco de Assis, que foi quem rompeu com aquilo que está descrito no Levítico, da Bíblia, que conta que a segregação era absoluta, a condenação de vida para pessoa vítima da doença ainda chamada lepra era a segregação nas cavernas.

Hoje em dia, temos todos os instrumentos para eliminação dessa doença e não custa dinheiro, custa apenas decisão política, responsabilidade sanitária e ação de governo envolvendo a sociedade. E refiro-me a todas as esferas de Governo, Federal, Estadual e Municipal, e a sociedade como um todo. Com a eliminação dessa doença, levaremos adiante aquilo que poderia ser um extraordinário motivo de orgulho e satisfação da sociedade brasileira.

Nesses 500 anos, o Brasil poderia comemorar a qualquer momento a eliminação dessa doença do cenário nacional. Mas, infelizmente, ainda não será este ano. Teremos que repactuar com a sociedade, com os governos, com os meios de comunicação.

Fico imaginando o que isso significaria. Se custasse tanto... Mas é uma doença cujo tratamento é de baixo custo, de fácil governabilidade e com alto impacto como referencial de dignidade das políticas públicas. Porém, mais uma vez, vamos adiar.

No Brasil, 12 milhões de pessoas com essa doença já foram tratadas e consideradas curadas. Temos 500 mil novos casos por ano. O Brasil tem 155 mil pessoas infectadas neste momento que apresentarão a doença nos próximos 10 anos. O tratamento é simples demais. Em alguns casos a cura se dá em seis meses; em outros casos já se faz experiência com dose única e em outros levam-se até dois anos de acompanhamento. Mas nós não damos ainda a resposta que a sociedade quer. Há basicamente 165 Municípios que são foco da doença hoje. A falta de controle leva a uma incidência maior de casos e uma ação de comunicação de massa bem definida, uma ação de diagnóstico e acompanhamento da população levaria a um controle e a meta de menos de um caso para cada 10 mil habitantes.

Enquanto na Região Sul há menos de um caso por 10 mil habitantes, na nossa Região Norte, são 10,7 casos por 10 mil habitantes. O meu Estado é um belo exemplo por ter conseguido dar passos decisivos. Na década de 70, no Acre, havia 105 casos de hanseníase em cada dez mil habitantes. Era a maior incidência no Brasil e perdurou por sessenta anos. Nos últimos vinte anos, uma ação de governo permitiu uma redução para menos de quatro e há chances de se eliminar a doença até o próximo ano.

Então, eu não entendo porque estamos hesitantes na luta contra essa doença. E não falo como uma crítica corrosiva ao Ministério da Saúde, que tem tantas virtudes, como a luta contra a hipertensão, a luta contra o diabetes, a luta contra as nefropatias, o programa de saúde bucal, "Brasil Soridente", de que tanto podemos nos orgulhar, o programa de saúde da família em expansão, a melhoria do financiamento público do SUS. Mas essa doença órfã fica esquecida e não há outra maneira de despertar a não ser falando, para tentar chamar a atenção, como faz hoje um agente da cultura brasileira, Ney Matogrosso, que tem dedicado parte de sua vida nesse debate, no sentido de chamar a atenção e invocar um pouco de sensibilidade.

Concedo um aparte, com muita alegria, ao eminente Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Tião Viana, quero felicitar V. Ex^a por trazer esse tema à consideração do Senado Federal. Como salientou V. Ex^a, essa é uma doença ainda marcada por

muitos preconceitos. E se vêem de tempos remotos, posso dizer que esses preconceitos ainda são muito fortes no mundo e, de modo especial, nas cidades brasileiras. Observo que as pessoas têm receio de se aproximar quando sabem que se trata de uma pessoa sofrendo do mal de hanseníase. Governador de Pernambuco, tive uma preocupação grande em relação a essa questão, não somente criando políticas ativas, tentando dar uma melhor assistência, sobretudo na Mirueira, na região metropolitana do Recife, onde temos um hospital voltado para doentes desse mal e fazer voltar à vida útil pessoas que ali estavam recolhidas. Portanto, considero que, no País de hoje, que já alcançou inclusive certa expressão no campo econômico e no campo financeiro, não deveria haver mais espaço para doenças como a hanseníase, para a qual nos chama a atenção V. Ex^a. Espero que o apelo de V. Ex^a seja atendido e, mais do que isso, possamos nos empenhar em eliminá-la no Brasil. Esse é um projeto possível e não muito oneroso, como alerta V. Ex^a, grande especialista no assunto, médico e professor da Escola de Medicina.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, sei da sua responsabilidade social como homem público e cristão que é.

De fato, essa doença faz parte da história da humanidade. A propagação dela viria desde Alexandre, o Grande, no século IV a.C, por meio de seus exércitos e soldados. E, hoje, discute-se muito a sua origem no leste da África, a partir do Congo, de onde teria migrado, pelo processo de mobilização das sociedades.

Mas temos ainda muitas indagações a responder sobre a origem dessa doença. O medo da contaminação, de fato, como V. Ex^a diz, está basicamente extinto hoje, salvo por estrita ignorância. Não há mais razão para receio de contato, de um abraço, de um beijo ou de um gesto de afeto de um hanseniano, porque não é assim que se pega a doença. É preciso muita exposição a muita carga bacteriana para que haja a ocorrência da doença, como está provado pelas peculiaridades genéticas da própria transmissão.

Uma doença que tem entre 5 mil a 50 mil anos não pode mais receber o tratamento que lhe é dado pelas sociedades atuais. Ocorrem, no mundo, 500 mil casos novos todos os anos. Cerca de 1,4 milhão de pessoas serão vítimas das deformidades nos próximos 10 anos. Isso é algo descabido de se imaginar.

Entendo que o Ministério da Saúde, na pessoa do Ministro Humberto Costa, que tanto tem zelado pela saúde pública, poderia refletir e fazer disso a grande prioridade do seu Governo, um canto onde toda semana ele refletisse e acompanhasse as metas de execução da política de controle e de eliminação da hanseníase no Brasil. Não custaria dinheiro algum, mas apenas a decisão política de colher o fruto e de

mostrar para o País, com a maior alegria, que nos livramos de uma enfermidade que aumenta os preconceitos e os incômodos no dia-a-dia das famílias pobres, sobretudo.

Concedo um aparte ao eminentíssimo Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, V. Ex^a, realmente, é mestre. Recentemente, passou em um concurso – brilhantemente, em primeiro lugar – que tratava de doenças infecciosas e parasitárias. Podemos afirmar que a ciência médica é a mais humana das ciências e que o médico é o grande benfeitor da Humanidade. Formei-me em 1966 e vi, em grande escala, os deformados da lepra, que praticamente deixaram de existir depois do aparecimento da sulfona, em 1945. O mesmo aconteceu com a sua doença irmã, causada pelo agente *Mycobacterium tuberculosis*, primo do *Mycobacterium leprae*, e com a hemoptise, que vi muito. Então, houve um avanço extraordinário. Feliz da ciência médica quando encontra pessoas como V. Ex^a, que se preocupam com o assunto. Avançamos muito, mas poderemos ser vencedores dessas duas enfermidades, que são uma vergonha para a evolução da Medicina, tão desenvolvida no nosso País. Recentemente, houve uma conquista enorme, uma vitória em relação a uma doença moderna, a AIDS, mas essas, milenares, ainda não conseguimos vencer. V. Ex^a é um nome. Uma oradora do PT, hoje, foi infeliz ao dizer que todos estamos sob suspeita. V. Ex^a é do PT e não está sob suspeita, nem seu irmão. Merecem, sim, os aplausos de todo o Brasil.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a, como médico, tem sensibilidade para com essa matéria, pois fez sua travessia de vida testemunhando as doenças do Nordeste, do Piauí e do Ceará, berço de sua escola médica.

Concluo, pedindo que o Ministério da Saúde reflita mais uma vez, pois precisamos de uma força-tarefa sustentada sobre esse tema. O custo é baixíssimo para o Governo, e a colaboração e a sensibilidade dos meios de comunicação, a exemplo do que tem feito a Rede Globo, são algo factível, que se pode, de fato, assegurar em uma parceria com a sociedade.

A MORHAN, organização não-governamental que apóia a luta contra essa doença, faz um belíssimo trabalho.

No meu Estado, um homem apenas, Dr. Willian Woods, que já recebeu, inclusive, o prêmio de Cavaleiro da Coroa Inglesa, concedido pela Rainha Elizabeth por sua luta contra essa doença, conseguiu fazer, em poucos meses, o estudo de mais de 15% da população do Estado, caso a caso, subindo os rios, entrando nas estradas e nas áreas isoladas. Por que o País não pode enfrentar essa enfermidade, quando, entre mais

de 5,5 mil Municípios, basicamente 165 constituem-se nos focos relevantes de transmissão da doença?

Espero, sinceramente, que possamos homenagear, na luta contra essa doença, os grandes pesquisadores da Medicina tropical, como Gaspar Vianna, Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e Souza Araújo, que percorreu, durante todo o século XIX, os rios amazônicos, descrevendo o drama que afligia as populações que ali viviam. Dessa forma, poderemos sentir orgulho do País em que

vivemos e das riquezas e dos valores humanos que devem fundamentar, de fato, a República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

EPIDEMIOLOGIA *Doença teria vindo do leste do continente e infecta homem há pelo menos 5.000 anos, indica novo estudo*

Hanseníase surgiu na África, sugere DNA

REINALDO JOSÉ LOPES

DAREPORTAGEM LOCAL

Em algum lugar da atual Etiópia, há mais de 5.000 anos, um micrório aparentemente capenga, com metade de seus genes inutilizados, conseguiu infectar pela primeira vez um ser humano. Não parece um começo muito promissor, mas o invasor microscópico acabaria se tornando o terror de reis e mendigos desde a Antigüidade: é a bactéria da hanseníase (antes conhecida como lepra), cujo avanço ao longo das eras uma equipe internacional de cientistas acaba de desvendar.

O trabalho, publicado na edição de hoje do periódico científico "Science" (www.sciencemag.org), usou as pouquíssimas diferenças genéticas que existem entre as variantes do micrório, conhecido como *Mycobacterium leprae*, para desafiar a teoria de que ele teria surgido na Índia.

Segundo essa tese, os culpados por espalhá-lo pelo mundo seriam os soldados de Alexandre, o Grande (século 4º a.C.), que invadiram a região e depois voltaram para o Oriente Médio e a Europa.

Contudo, segundo a equipe, liderada por Marc Monot e Stewart Cole, do Instituto Pasteur (França), o que provável é que o berço da moléstia seja mesmo o leste da África, ou talvez o Oriente Médio. Mais tarde, seu avanço teria tornado simultaneamente o mundo ocidental e oriental, chegando às Américas e à África no organismo dos colonizadores europeus.

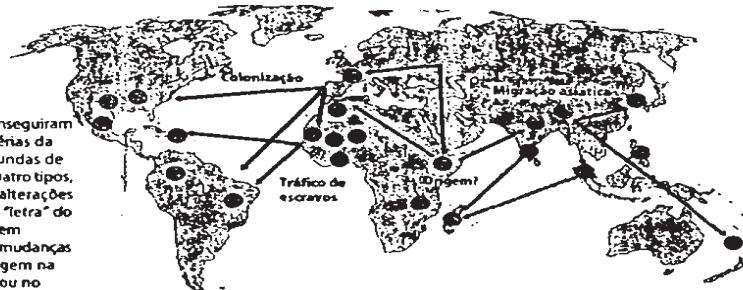
Mas o dado mais bizarro deriu-se da dificuldade de achar va-

MICRÓBIO MIGRANTE

Com base no DNA, veja como os pesquisadores traçaram o avanço da hanseníase pelo mundo

- Tipo 1
- Tipo 2
- Tipo 3
- Tipo 4

Os cientistas conseguiram classificar bactérias da hanseníase oriundas de 21 países em quatro tipos, separados por alterações de apenas uma "letra" do genoma. A ordem possível dessas mudanças sugere uma origem na África Oriental ou no Oriente Médio



A ANTIGÜIDADE DA DOENÇA É REGISTRADA POR RELATOS EGÍPCIOS, CHINESES, INDIANOS E BÍBLICOS

■ Ozias, rei de Judá (século 8 a.C.) retratado nela pintura de Rembrandt, teria contrairado o mal pôrofender a Deus

■ Na Itália, São Francisco de Assis (século 12) fui um dos primeiros a romper o tabu do contato com os doentes e buscar incluir os na sociedade

■ Todo indiano que entra em um dos problemas de saúde é tratado pelo artista-médico Aleijadinho (século 18), autor de obras como esta estátua de reur-

riantes genéticas entre as *M. leprae* de 21 países que foram analisadas. Como se todas as bactérias fossem clones, tamanha é a semelhança entre uma linhagem e outra. "Isso pode ser explicado devido ao seu tempo de geração extremamente longo, 13 dias, o que se reflete numa população total de bactérias muito baixa, limitando a diversidade genética", disse Monot à *Reute*, por e-mail. É claro que 13 dias parece uma taxa reprodutiva de fazer inveja a qualquer coelho, mas em termos bacterianos é passo de tartaruga — e não abre muito espaço para as numerosas mutações que caracterizam as demais bactérias.

De quebra, o genoma da *M. leprae* é literalmente manco: nada

menos que 50% de seus genes vieram "pseudogenes" — pedaços de DNA que até parecem servir para alguma coisa, mas não são mais traduzidos em proteínas úteis para a bactéria. "Realmente, é um paradoxo que ele tenha conseguido se espalhar tanto", diz o médico Marcos Virmond, do Instituto Lauro de Souza Lima, em Bauru (SP). "É como uma máquina muito simples: é mais difícil perturbar o funcionamento dela do que o de uma mais complexa, porque ela tem poucas peças que podem ser mexidas. Por ser muito primitiva, ela é muito robusta [resistente a erros]", diz.

O pesquisador também assina o estudo e forneceu aos colegas franceses amostras brasileiras da bactéria. Segundo ele, tudo indica

que esse processo evolutivo minimalista tenha tornado a *M. leprae* um micrório completamente adaptado ao organismo humano — tanto que é difícil cultivá-la em laboratório ou em animais. O único outro mamífero que consegue abrigá-la é o tatu-galinha (*Dasyurus novemcinctus*).

Depois de quebrar a cabeça atrás de variações, os pesquisadores acharam alguns SNPs (pronuncia-se "snips"; a sigla quer dizer "polimorfismos de nucleotídeos únicos" em inglês). São trocas de apenas uma "letra" do alfabeto químico do DNA (formado pelas letras A, T, C e G).

Com base nessas diferenças minúsculas, eles classificaram o *M. leprae* em quatro tipos (veja mapa à esq.). "Esse pequeno número de permutações permite uma classificação desses tipos por mutação sucessiva", explica Monot.

Olhando para a troca de letras, dá para estimar qual transformação ocorreu primeiro e quais se seguiram a ela. Com base nesse critério, o tipo 2 é considerado o mais provável ancestral dos outros. No Brasil, predomina o 3 (europeu) e o 4 (provavelmente oriundo dos escravos da África Ocidental).

O momento em que ocorreu a primeira infecção ainda não pode ser estimado com exatidão: algo entre 5.000 e 50 mil anos atrás, dizem os pesquisadores.

SAIBA MAIS

Estigma do mal na história tem pouco fundamento

FADE REPORTAGEM LOCAL

O rei de Jerusalém Balduíno

no 4º (1161-1185), retratado no filme "Cruzada", ficou marcado pela doença desde a infância e sua morte desestabilizou o reino cruzado na Palestina. Nobres como ele ou simples plebeus sempre temeram a lepra e isolaram seus portadores, a julgar por relatos egípcios, hindus e bíblicos. Segundo Marcos Virmond, é uma lama injustificada. "Grães [aos] desfeitos do genoma, é muito difícil acontecer a infecção."

É preciso viver em condições precárias e apertadas, perío de muitas pessoas com alta carga da bactéria no corpo. São condições comuns nas metrópoles do mundo antigo — e no Terceiro Mundo, onde há 500 mil novos casos por ano. (RJL)

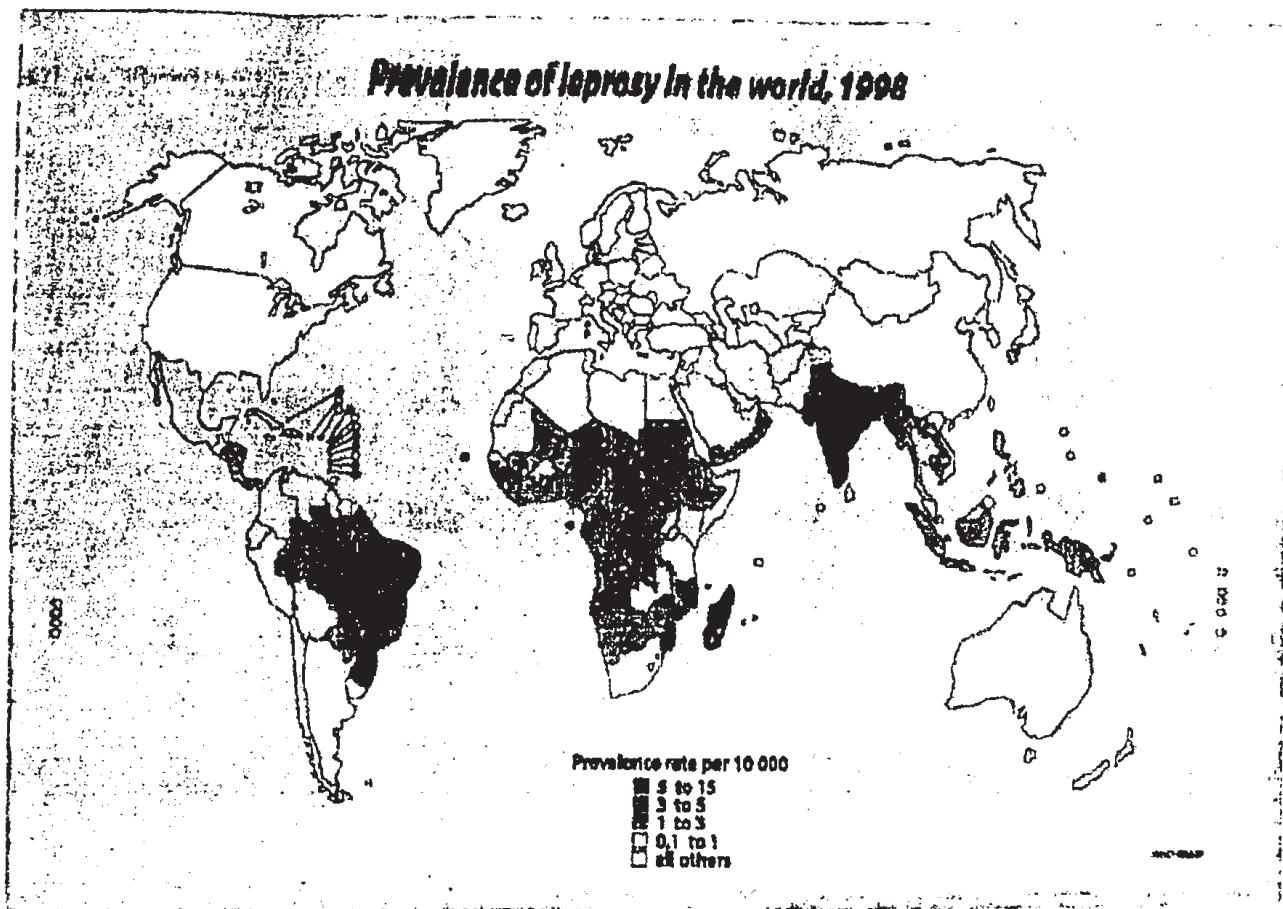
DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Sem: Luis Viana

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROGRAMA DE ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE



Países com alta prevalência de Hanseníase

1º Brasil

2º Índia

- 112 países já eliminaram a Hanseníase
- 12 milhões de pacientes já foram curados
- Março 2005
- Brasil tem a maior prevalência do mundo
- Brasil tem a maior número de casos novos registrados por ano
- Brasil tem o 2º maior número de casos em tratamento
- Acre teve a maior prevalência do Brasil durante 60 anos



Durante 60 anos o Acre teve a prevalência mais alta do País

Média 105/10.000

História da Hanseníase no Acre

- 8 de julho de 1854 – Prof^a M. Porter apresentou “ a nação do rio Purus como foco da lepra .”
- 1928 - DR. Damasceno Junior, Diretor de Saúde Pública e o governador Hugo Carneiro abriram o Lazeto Souza Araújo
- 1928 - Leprosário Souza Araújo Rio Branco
- até 1940 – Chamugro era único tratamento
- 1940 - Dapsona é o milagre da Hanseníase
- Outubro de 1957 – Dr. Braga Montenegro veio de Minas Gerais, sob orientação do Dr. Orestes Diniz para iniciar tratamento ambulatorial em Cruzeiro do Sul

- 1958 – Campanha Nacional contra Lepra: Em Cruzeiro do Sul 374 pessoas examinadas e 36 pacientes fichados
- 1946 / 1958 registrados 1.021 casos novos
- Nesta época os pacientes se esconderam no mato: 1970 65.253 moradores nas margens do rio Juruá e 31.189 na cidade de Cruzeiro do Sul
- Uma vez por ano uma canoa foi fretada para atender os pacientes ribeirinhos - cada um recebia uma caixa com 360 comprimidos de sulfona
- 08/1973 a 02/1979 - Dadds foi usado no Acre

Situação da Hanseníase na década de 1970:

- Prevalência Altíssima
- Deformidade inevitável
- Experiência com Dadds = sem remédio
- Sem recursos humanos

1979 - 2005

- A eliminação da Hanseníase do Estado do Acre será realizada em duas fases
- 1a. Fase Cada paciente já registrado – medicado com MDT
- Rio Juruá 2003 23 pacientes

- 2a. Fase Cada paciente existente - diagnosticado e medicado

- Usamos agentes de Saúde do PSF

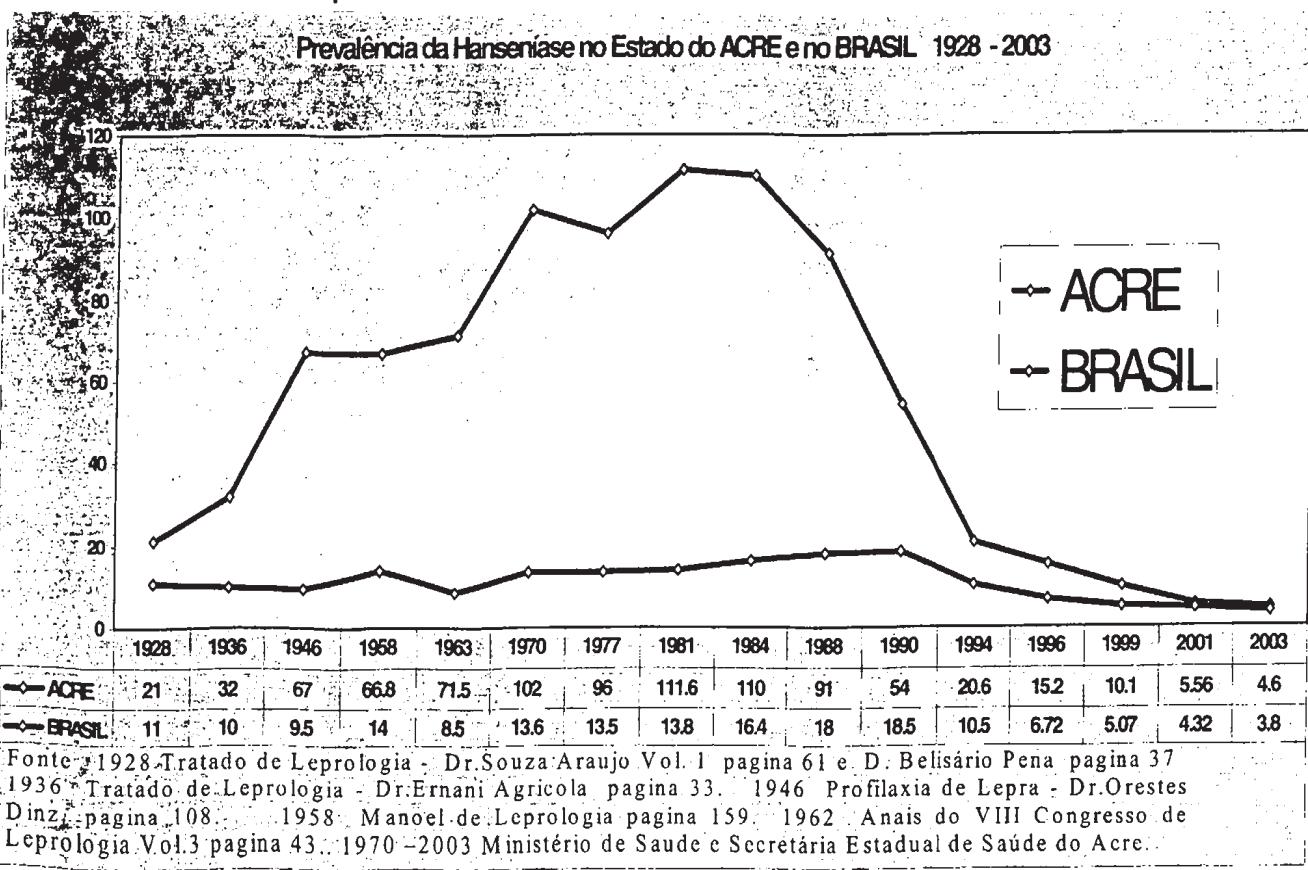
Resultados das campanhas 1997 - 2005

Residências Visitadas	Pessoas Examinadas
51.872	104.985

**Total Examinadas 104.985
Casos Novos 241 Biopsias 299
Metas**

Residências Visitadas	Examinadas
50.000	100.000

- 2003 – 2004 – 42.349 alunos em 101 escolas em 12 municípios receberam palestras sobre Hanseníase
- Desde 1980 as cirurgias tem mudada a qualidade de vida de centenas de pacientes



Atendimento em 2002

Rio Baixo Juruá	807
Rio Alto Juruá	5.572
Rio Muru	2.066
Rio Iaco	4.595
Total nos Rios	13.040
Ambulatorial	54.051
Campanhas de Eliminação	18.932
Total	86.023

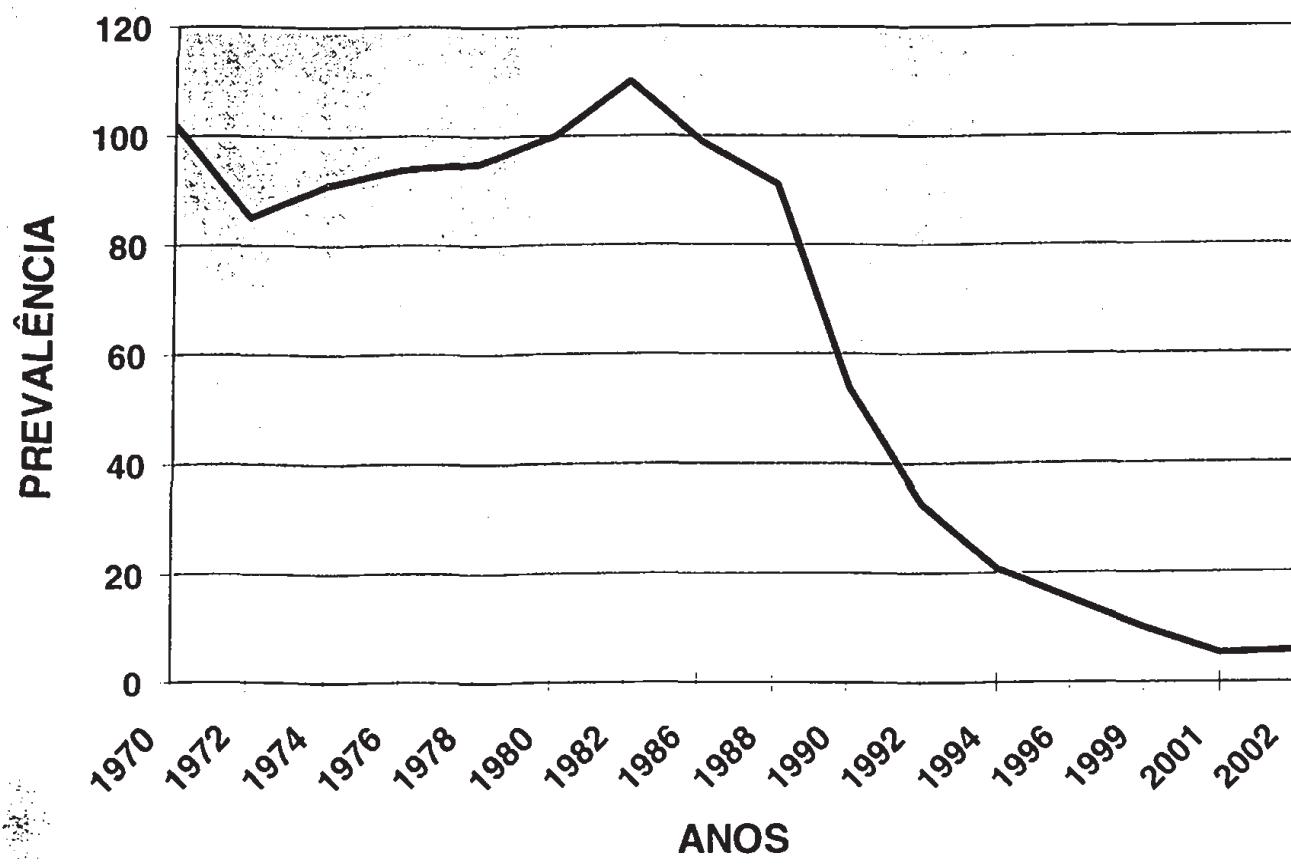
Total Geral em 2002

Campanhas para diagnóstico	18.932
Viagens fluviais	13.051
Ambulatórios	54.051
Total	86.023

Total de Cirurgias 460

Pessoas Treinados 339

**Visitas aos municípios
pelo Dr. William 62**



Atividades em 2003

Implantação de banco de Dados do Sinan e

Treinamentos de Técnicos dos Municípios (en andamento)

Capacitação de técnicos e Municipalização em Taumaturgo e Porto Valter

Municipalização em Rio Branco e Cruzeiro do Sul

Campanha de Diagnóstico e Capacitação de PSF em Tarauacá, Porto Acre, Bujari e Rio Branco (realizada)

Conclusão de Busca ativa No Alto Juruá (Realizada)

Vacinação com BCG dos Contatos no Alto Juruá

Conclusão do Controle da Hanseníase no vale do Purus (Realizada)

Reimplantação da Bacilosкопia nos municípios.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

V. Ex^a ainda tem direito a dois minutos de prorrogação, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM). Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Oposição brasileira está aguardando o retorno – e os termos em que se dará esse retorno – do Ministro José Dirceu.

Em primeiro lugar, S. Ex^a não vem para cá na condição de inquisidor de coisa alguma, mas para explicar o muito que deve de explicações à Nação.

Em segundo lugar, não passa pela nossa cabeça cairmos nós no verdadeiro conto da vigarice política que seria aceitarmos que se procure jogar à Oposição – comedida, correta, séria e não-golpista – a pecha de não ser comedida e de ser golpista, mais ou menos no modelo Chaves, já tentado na Venezuela e, quem sabe, repetido de maneira canhestra pelo Presidente Lula.

Ouço o Sr. José Dirceu dizendo que vai mobilizar, vai fazer, vai acontecer, quando, na verdade verdadeira, volta para uma Câmara e para um Congresso que não têm um pingo de medo dele. Um pingo! E olhem que tratei com muita paciência e parcimônia o seu retorno, até, talvez, por deformação da minha formação esportiva: não gosto de chutar quem cai.

Vamos à verdade dos fatos, Senador César Borges.

Revista **Veja**: em 112 páginas, fora as duas capas, as duas contracapas e 57 páginas de propaganda, 31 são destinadas a analisar a corrupção neste Governo.

Revista **Época**: em 104 páginas, fora as duas capas, as duas contracapas e 27 páginas de propaganda, 25 são destinadas a analisar a corrupção neste Governo.

Revista **Istoé**: em 120 páginas, fora as capas, contracapas e 31 páginas de propaganda, 30 são para analisar a corrupção neste Governo.

Capa da revista **Veja**: rosto petrificado do Presidente Lula. Diz ela: “Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o Governo e sua biografia: **Tem conserto?**”

Revista **Época**: retrato do Sr. João Cláudio Genu, uma figura de olhar lombrosiano, chefe de gabinete do Líder do PP. Está escrito: “Homem da

mala”, abaixo de uma foto do tipo 3x4, no estilo de “Procura-se”. Ao lado, um retrato do Ministro José Dirceu: “Caiu. Com a saída de Dirceu, PT e Lula ficam cada vez mais afastados”. Abaixo de “Homem da mala”: “A rica e misteriosa trajetória do braço direito do Deputado José Janene (PP), apontado como peça-chave do mensalão”. E, depois, uma noticiazinha sobre uma fazenda onde haveria trabalho escravo, um retrato do Presidente da Câmara, de Santos Dumont, o Pai da Aviação, e, ainda, menção ao caso da Schincariol.

Revista **Istoé**: capa: retrato do Ministro José Dirceu com uma luva de boxe – não leva o menor cacoete para boxeador. Escrito assim: “Agora é guerra. José Dirceu volta ao Congresso para liderar tropa de choque governista”. Não é verdade, não vai liderar coisa alguma. Tem que explicar o que deve de explicações à Nação. Essa é a sua primeira obrigação! O resto é tentativa de se jogar cortina de fumaça diante de uma Nação que quer verdades e não quer encenação, parte de onde partir. “Lula faz reforma ministerial para atenuar a crise política. Documentos apontam: Deputado Janene enriqueceu com mensalão. Envolvidos confirmam as declarações da Secretaria de Marcos Valério a **IstoÉ Dinheiro**.”

Sr. Presidente, é algo que deve ser dito de maneira definitiva para este Governo que aí está. Estou aqui em mãos com matéria de hoje dita lá no Paraná, numa cidade do Paraná, pelo Relator da CPI dos Correios. Diz ele: “Não sou eu e me recusei a dizer isso o tempo inteiro”. Quem diz isso é o Sr. Osmar Serraglio(*), para quem, como Relator da CPI do Correios, Lula pode acabar como Collor.

Deputado aponta excesso de comissões. Mensalão não foi investigado antes por falta de informações mais detalhadas, matéria do Sr. José Antônio Pedrali(*), especial para **O Estado de S.Paulo**, quem diz isso é o Relator escolhido para a tal CPI, escolhido a dedo, após toda aquela guerra em que se impedia que o Relator tivesse sido o Senador César Borges, por exemplo.

E a revista **Veja** tem lá o Sr. André Petry, dizendo que, na melhor das hipóteses, Sua Excelência o Senhor Presidente da República é inepto, na pior das hipóteses seria o caos neste País, eu não disse nada disso. Digo, de maneira bem clara, que estou devolvendo, espero que seja a última fala. Fora disso, vamos descer a ladeira soltando os freios de uma vez. Estou devolvendo toda essa encenação armada de Oposição golpista – porque Oposição não é golpista e não tem sido essa a postura do meu Partido. O Sr. José Dirceu tem que parar com essas histórias para “boi dormir” e explicar para valer o que deve de ex-

plicações à Nação, isto sim, devolvendo, porque, se vem para cá para mistificar, vai-nos ter pela frente, no nível que quiser, no padrão que quiser, na intensidade que quiser!

Estamos sendo moderados não em homenagem a um Governo marcado por esses casos de corrupção todos, mas à normalidade institucional do País. Se, por outro lado, a disposição dele é guerra – e guerra com o Sr. Roberto Jefferson, que guerreiem os dois por lá. Se é guerra com a Oposição, terá. Estamos aqui de cabeça erguida e prontos para dizer ao País que não haverá de nossa parte omissão, não haverá de nossa parte conivência. Tem havido serenidade, mas basta de mentira de um Governo e de um Partido que têm mentido insistente sobre essa história de que haveria um golpe por parte da Oposição. Há é corrupção dentro do Governo Lula, e isso tem que ser explicado sem “cortina de fumaça”.

A Oposição está perdendo a paciência, como a Nação parece já tê-la perdido há muito tempo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Revista **Época** – 20 de junho de 2005

HOMEM DA MALA

A RICA E MISTERIOSA TRAJETÓRIA DO BRAÇO DIREITO DO DEPUTADO JOSÉ JANENE (PA), APONTADO COMO PEÇA-CHAVE DO MENSALÃO

Revista **IstoÉ** – 22 de junho de 2005

AGORA É GUERRA

- José Dirceu volta ao Congresso para liderar tropa de choque governista
- Lula faz reforma ministerial para atenuar crise política
- Documentos apontam: Deputado Janene enriqueceu com mensalão
- Envolvidos confirmam as declarações da Secretária de Marcos Valério a **IstoÉ** Dinheiro

Revista **Veja** – 22 de junho de 2005

TEM CONSENTO?

Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o governo e sua biografia

Jornal **O Estado de S. Paulo** – 20 de junho de 2005

CRISE NO GOVERNO LULA

Planalto encerrado

Para Relator da CPI dos Correios, Lula pode acabar como Collor

Apesar de governista, Deputado do PMDB diz que Presidente foi omissão e vários Parlamentares serão cassados.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Demóstenes Torres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, com prorrogação de cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte o discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Goiás já foi um dos mais pobres da Federação e iniciou o século XXI como a oitava economia do Brasil. É possível melhorar muito, apesar dos entraves, até porque alguns deles são provocados pelo Poder Público Federal. O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabe que tem de instalar em Senador Canedo, na Grande Goiânia, a nova refinaria da Petrobras. Sabe que precisa passar por Goiás o Gasoduto Brasil-Bolívia. O Presidente da República tem o compromisso de fazer ainda este ano a parte goiana da ferrovia Norte-Sul e de manter transitáveis as rodovias federais, inclusive, a BR 153, que precisa ser duplicada não apenas entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara, mas também de Porangatu a Anápolis.

Atualmente, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte está a tal ponto sem recurso que usa terra, areia, barro nas operações tapa-buraco. Apesar da boa vontade da direção local do Dnit, as rodovias federais que cortam Goiás estão parecendo o solo lunar: tamanhas são as crateras que substituíram o asfalto, espalhando dor e luto nas famílias, dando prejuízo aos produtores, aterrorizando motoristas com a rotina de acidentes.

O Governo Federal tem igualmente de ajudar Goiás a cuidar da segurança pública, tanto com armamento e proteção dos policiais e dos bombeiros, quanto nas viaturas, construção de prédios, aparelhamento da Polícia Científica e gratificação para os servidores. Tudo isso implica pequeno investimento, uma parcela mínima do que Goiás manda para a União todos os dias, pois menos de 10% dos tributos arrecadados

nas unidades da Federação a elas retornam direta ou indiretamente. Além disso, meu Estado entrega para o Governo Federal, em média, 30 milhões de reais de mensalão, como pagamento de dívidas, a maioria contraída com obras que deveriam ter sido feitas pela União. Essa discriminação é altamente nociva, mas em algumas situações o Governo consegue ser ainda mais danoso, chegando ao surreal, como no caso do Banco do Brasil, que exige apenas o querer – se o Presidente, do Brasil ou do Banco, quiser, a situação se resolve.

O Banco do Brasil deveria ser a solução para financiar o crescimento e se transformou em um dos empecilhos para a ascensão de Goiás. Se o Estado sobrevive e até evolui, nada tem a ver com o Governo Federal, pois emanam de Brasília as ordens para que o banco só entre onde der lucro alto. Sua função social foi mandada para o brejo junto com a balela de que a instituição existe para servir. Está insculpido como sua missão: "Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a empresa e contribuir para o desenvolvimento do País". Com que desenvolvimento o Banco do Brasil está contribuindo? A resposta ficou trancada nas agências fechadas e nos Municípios excluídos. Mais que isso, rasga-se a Constituição Federal e leis como a própria 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Poderia ser apenas a constatação do absurdo, mas é o fortalecimento da pobreza, o desprezo aos Municípios, o abandono do pacto federativo.

No Estado de Goiás, em cerca de um terço das 246 cidades não existe sequer uma agência bancária. Nenhuma. Quem quiser que se contente em pagar a conta de luz na lotérica mais próxima ou sacar um dinheirinho no posto dos Correios. Que investidor vai se instalar num Município com tamanha deficiência? Aliás, a pergunta é até mais drástica: que empresário, pequeno ou grande, quer ficar num lugar assim? Em Goiás, o drama é maior porque o banco do Estado, o BEG, foi dilacerado e, depois de recuperado, entregue ao Itaú. Esperava-se que o dono do novo BEG investisse no Estado, porém ocorreu o contrário. O Itaú ficou com toda a movimentação de dinheiro público estadual – num negócio que o Ministério Público ainda vai investigar com o rigor que o caso exige – e, em troca, fechou 83 agências e postos de atendimento. O Governo de Goiás deveria tirar todas as contas do banco que virou as costas para a população, e esse é um apelo que faço ao Governador Marconi Perillo, aos 41 Deputados Estaduais e ao Ministério Público: acabem com a farra que o Banco Itaú está fazendo à

custa do sofrimento do povo goiano e estanquem o efeito rabo de cavalo desses Municípios – crescendo sempre para baixo.

Seria cômico, mas é uma tragédia. O que o Itaú fez com Goiás foi vergonhoso, pois deixou, de uma hora para outra, dezenas de Municípios sem qualquer posto bancário e automaticamente transferiu as contas de correntistas e poupadões para a agência mais próxima, e esse "mais próxima", às vezes, significa horas de viagem. Como o Itaú é uma banca privada, sem qualquer compromisso com a dor de cabeça que está dando à população prejudicada, espera-se que os banqueiros do setor público acudam os goianos. Não é o que está acontecendo.

A Presidência do Banco do Brasil deveria tirar a corda que colocou no pescoço de seus gerentes, diretores e superintendentes que querem fomentar o desenvolvimento. A orientação espalhada por Brasília é a de abrir agência ou posto de atendimento apenas nas cidades em que o lucro for absurdo de grande.

Ora, absurdo é o Banco do Brasil ter essa política escravagista de liberar dinheiro apenas para o produtor que provar que não precisa de financiamento, e, se as condições climáticas ou o mercado externo se mostrarem desfavoráveis e não for possível quitar o débito na hora, este perde a fazenda. Absurdo é o banco deixar de abrir agência em um Município, apenas porque o número de lojas estabelecidas não bate com o que exige a sede em Brasília. Absurdo é o Banco do Brasil desrespeitar o art. 19 da Lei nº 4.595, todo a ele dedicado, principalmente os incisos IX, X e XI, que tratam de "financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural", "financiar as atividades industriais e rurais", "difundir e orientar o crédito, inclusive as atividades comerciais, suplementando a ação da rede bancária".

As letras **a** e **b** do inciso XI do artigo 19 da Lei nº 4.595 são petardos contra as atividades do Banco do Brasil, já que prevêem "financiamento das atividades econômicas, atendendo às necessidades creditícias das diferentes regiões do País" e o "financiamento das exportações e importações". Na atual política do Banco do Brasil, os critérios são os mesmos para a bilionária Avenida Paulista, em São Paulo, e para os Municípios do interior.

Ao mesmo tempo em que o Governo Federal brinca de gerar emprego e de legalizar as atividades informais, o Banco do Brasil vale-se apenas das informações das secretarias estaduais, quando vai avaliar se uma cidade pode ou não receber uma agência. Como as Secretarias da Fazenda ou Planejamento dispõem apenas do cadastro das empresas legalizadas, as pequenas firmas não-registradas, informais,

como as fábricas de fundo de quintal e os empreendimentos rurais, ficam fora do banco de dados. É um ciclo vicioso, que começa na cabeça obtusa dos burocratas da sede do banco, passa pelos anacrônicos sistemas das pastas estaduais e termina na inanição dos Municípios.

O Banco do Brasil, no modelo adotado pelo Governo Federal, quer que os Municípios pobres continuem pobres, que as empresas não-registradas continuem na informalidade, que o desemprego continue combatido apenas no *marketing* de Duda Mendonça e que a Constituição Federal continue violentada impunemente.

A Carta de 1988, logo em seu art. 1º, reza que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil são “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” O que os bancos, a começar pelo Banco do Brasil, fazem com os Municípios do interior é um verdadeiro bloqueio econômico, impedindo o trabalho dos pequenos comerciantes que se arriscam a gerar emprego nas cidades esquecidas pelos burocratas de Brasília.

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– São mais cinco minutos, Sr. Presidente.

As instituições financeiras, entre elas o Banco do Brasil, desrespeitam também dois incisos do art. 3º da Constituição Federal, que tratam dos objetivos fundamentais da República. O inciso II manda “garantir o desenvolvimento nacional”, e a segunda parte do inciso III, “reduzir as desigualdades sociais e regionais”. O Banco do Brasil age na contramão da Lei Maior, pois só garante o desenvolvimento de seus balanços, promovendo as já abissais desigualdades.

Enquanto banqueiros surfam nas ondas do mar de suor do povo, o Banco do Brasil lucrou um iate cheio de notas em 2004. No final do ano passado, a repórter Patrícia Zimmerman, da **Folha Online** em Brasília, informou que “o lucro líquido do Banco do Brasil cresceu 27% em 2004 em relação ao ano anterior, atingindo 3 bilhões e 24 milhões de reais. Somente no quarto trimestre, o banco obteve lucro de 771 milhões de reais, resultado 21% maior do que os 637 milhões no mesmo período de 2003. Os ativos totais em 2004 somaram 239 bilhões de reais contra 230 bilhões em 2003”. Vou repetir para as Sras e Srs. Senadores e para o grande público que nos honra com a audiência na rádio e na TV Senado: o Banco do Brasil lucrou mais de R\$3 bilhões em 2004. É um escândalo, quando se conhecem as maneiras pelas quais o banco arrancou esse lucro, ou seja, rasgando a Constituição Federal, desrespeitando as leis, impedindo o crescimento dos Municípios, arrochando os clientes com tarifas escorchantes.

Quem considerou alto o lucro do Banco do Brasil em 2004 deve preparar-se para surpresas cavaleares. A jornalista Fabiana Futema, da mesma sucursal brasiliense da **Folha Online**, escreve que o “Banco do Brasil encerrou o primeiro trimestre de 2005 com lucro líquido de 965 milhões de reais, o que representa um incremento de 56,7% sobre o resultado do mesmo período de 2004 (616 milhões de reais)”. Os lucros do banco, que, em 2004, haviam aumentado 27% em relação a 2003, agora estão subindo quase 57%, comparando-se com o ano passado. Lido apenas na totalização, o estupendo lucro do Banco do Brasil poderia ser sinônimo de gestão eficiente e de outras expressões grandiloquentes cultuadas pelos economistas.

A leitura é outra, conforme a revista **Veja** da semana passada. Na reportagem “Com o saco cheio”, **Veja** aponta como responsáveis pelo alto lucro dos bancos as “receitas com serviços bancários e intermediação financeira”, ou seja, “as altas taxas de juros e os aumentos de tarifas”. Somente nessa atividade, foram R\$116 bilhões arrecadados pelos bancos em 2004. Assim, diz a Veja, Senador Alvaro Dias, citando a consultoria Economática, que os bancos brasileiros se transformaram nos maiores e mais lucrativos da América Latina.

A revista **Veja** e a **Folha Online** ainda não fizeram reportagem, em Goiás, sobre a carência de agências e postos bancários, que o Governo Federal tenta maquiar com o Banco Postal e o Banco Popular do Brasil. É uma pauta interessante também para o Congresso Nacional, que deveria, inclusive, suplantar os debates sobre CPI dos Correios, mensalão e diversas outras mazelas. Nos últimos meses...

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vou

concluir, Sr. Presidente.

Nos últimos meses, continuo percorrendo o meu Estado, de norte a sul, de Porangatu a Itumbiara, de leste a oeste, de Sítio D’Abadia a Santa Rita do Araguaia, de Campos Belos a Chapadão do Céu, dos maiores aos menos populosos, de Goiânia a Anhangüera, e um dos pedidos constantes não há como resolver, que é o clamor por instalação de agência bancária. Os renomados financistas do Primeiro Mundo ficariam estupefatos com um povo que reclama por instituição bancária, porque seria a vitória do capitalismo, mas os banqueiros brasileiros se revelam medievais, quando o assunto são projetos sociais não-dedutíveis do Imposto de Renda. Os grandes economistas do mundo adorariam trabalhar com um povo que quer um banco em sua cidade, mas os dirigentes do Banco do Brasil parecem ter estacionado seu raciocínio no feudalism-

mo e acham que no interior do País a economia vive à base de escambo, e alimentação são as caças abatidas com flecha.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Os dirigentes do Banco do Brasil estão completamente divorciados da realidade. É o interior do País, tão abençoado por Deus e amaldiçoado pelos burocratas. É o interior que sustenta a banca nacional e internacional. Só mesmo a trogloditas das finanças interessa manter no isolamento comunidades inteiras, das quais os investidores se afastam como se a falta de banco fosse uma doença contagiosa. Empresários do Brasil e até do exterior ficam espantados quando se fala em cidade sem posto, sem agência, sem caixa eletrônico, numa cruel exclusão bancária. Na sexta-feira, 10 de junho, estive em cinco cidades e um distrito, e em apenas um dos lugares há banco. Um dos prefeitos, Íris Aurélio, de Cristianópolis, disse na reunião que a maior reivindicação da cidade é uma agência do Banco do Brasil. Foi aplaudido por uma multidão que concorda com ele. Um empresário norte-americano está fazendo um investimento de R\$6 milhões em Cristianópolis e não entende como uma cidade pode não ter banco. Ninguém entende.

Na segunda-feira passada, estive mais uma vez na Superintendência do Banco do Brasil em Goiânia. Fui acompanhado de Íris Aurélio e do Prefeito de Araçu, Juarez Vieira, assim como de vereadores e vice-prefeitos. Mais uma vez, ouvimos “não”. Sobra boa-vontade no superintendente Ari Joel, aliás um excelente e sensível funcionário, mas ele tem de seguir as normas do banco. Não são normas normais. O que o Banco do Brasil quer se resume a lucro fácil e grande em pouco tempo. Não parece ser o desejo do Banco crescer com as cidades, fomentar o desenvolvimento, enfim, cumprir o que determinam as suas próprias regras escritas, a Lei nº 4.595 e a Constituição Federal. Ainda está em tempo de mudar, basta que a direção do Banco em Brasília reveja os rumos da aplicação dos extraordinários dividendos de 2004 e do primeiro trimestre de 2005. Se o Banco do Brasil se instalar nos Municípios que a privatização covardemente abandonou, o Governo de Goiás vai ser impelido a transferir todas as suas contas para a instituição financeira pública, como mandam o bom senso e as diversas leis ignoradas pelo contrato prorrogado com o Itaú. Dinheiro público tem de ser movimentado em banco público, desde que essa instituição tenha interesse. Os Municípios goianos contam com o Banco do Brasil, que só é tão pretendido por ser tão querido pelos goianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência agradece.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que dispõe de 15 minutos.

Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão de segunda-feira, Senadoras e Senadores presentes à Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pela TV e pela Rádio Senado, há pouco assistimos o Líder do PFL mostrar todas as capas de revista do nosso País, quase todas ligadas à corrupção.

Senador Alvaro Dias, Senador César Borges, que saudades tenho da minha mocidade quando as capas das revistas eram Miss Martha Rocha; Emilia Corrêa Lima, Miss Brasil cearense; Teresinha Morango; Adalgisa Colombo e outras belezas da nossa Pátria.

Que pensa a nossa mocidade hoje? Como foi provado, Senador Geraldo Mesquita, as capas das revistas mostram a corrupção. Senador Geraldo Mesquita, não sei qual é a filosofia lá do Acre, mas, no nosso Nordeste, aprendo com o povo e nunca a sabedoria popular erra. Senador Demóstenes Torres, até a Bíblia tem os provérbios, a voz do povo. Na nossa região há um dito popular: “pau que nasce torto morre torto”.

Quero dizer que ajudei a eleger esse Governo, Senador Alvaro Dias, porque nele votei, assim como o Senador Geraldo Mesquita, e, como médico, tive um aprendizado: arrependimento não mata, porque estou vivo e votei no PT.

“Pau que nasce torto morre torto”. Começou errado.

Demóstenes é o nome do grande orador grego, mas S. Ex^a é melhor – acabou de nos brindar com sua oratória – do que o grego, que era gago. Este é falar-dor, falante. E, já que estou na Grécia, Sócrates disse que “só há um bem: o saber”. E foi mais adiante: “só há um grande mal: a ignorância”. A ignorância do PT e do Governo é ousada, demais.

Senador Demóstenes Torres, Platão montou a primeira escola e, na primeira classe, ele ensinava: sede ousado! Na segunda classe, no segundo ano,

outro ensinamento, Senador Geraldo Mesquita: sede ousado cada vez mais. E, no terceiro ano, os concluentes, Senador Alvaro Dias, na sala estava escrito: "Sede ousado, não em demasia".

Ousadia com prudência, mas a ousadia do PT é audaciosa. A ignorância é audaciosa.

E aí está: no começo do governo, falou-se nesse negócio de coalizão. Coalizão tem; divisão também.

Senador Alvaro Dias, transporte-se para a Inglaterra ou para qualquer país parlamentarista, onde se elege o Primeiro-Ministro, a divisão é feita logo no começo. Tony Blair tem que ter apoio. É pluripartidarismo logo no começo. Agora, Senador Geraldo Mesquita, o Presidente... Nós tínhamos uma tradição de 12 a 16 ministros. Collor teve a coragem de diminuí-los. Depois, Itamar e Fernando Henrique aumentaram para 16. Aí, de chofre, o Presidente da República coloca quase quarenta ministros. E a grande vantagem de ser Oposição, ô Tião Viana, é não precisar ter na cabeça o nome desses e dessas. Graças a Deus não sei o nome nem sequer de meia dúzia, porque eles são inexpressivos e não têm nada a contribuir. É uma grande vantagem para a Oposição. Tião Viana tem dores de cabeça para gravar o nome de 38 ministros e ministras. Aumentou, mas o cobertor é curto. Alvaro, brilhante, lá do Paraná: eu fui prefeitinho, Governador de Estado e sei que o cobertor é curto, como dizem os nossos economistas, tira-se de um lugar e descobre-se o outro. Ele tirou da segurança, da educação e da saúde e agasalhou esses quase 40 companheiros derrotados. Falta dinheiro para a segurança, para a educação, para a saúde, para as estradas, para a energia – Juscelino: energia e transporte –, e o dinheiro foi para o PT, para a mordomia do PT.

E aí está: não tem mais jeito. Agora, Senador Alvaro Dias, buscar o meu PMDB, o PMDB de Ulysses, o PMDB de Teotônio Vilela, que, com altruísmo, com câncer, pregou a redemocratização; de Tancredo, que se imolou pela redemocratização; de Juscelino, que foi cassado bem aqui, nessa cadeira; de Alberto Silva? O PMDB nosso agora?

Pau que nasce torto tem de se endireitar no começo. Nome nós tínhamos, experiência nós tínhamos. Só agora, Demóstenes?! Não! Não, porque eu represento aqui Ulysses Guimarães. Ele está encantado no fundo do mar, Senador Geraldo Mesquita, mas disse: "Ouçam a voz rouca das ruas". A voz rouca das ruas quer que o PMDB vá à luta. Senador Alberto Silva, meditai, atentai bem. Senador Demóstenes, lembro-me de que, na ditadura, Ulysses Guimarães teve coragem de ser candidato, ele e Sobral Pinto. Não vamos permitir que agora seja diferente. Esse Partido, que tem maioria aqui, vai se acocorar? Vai vender a sua tradição, a sua

história e sua luta para fazer renascer a democracia? Onde está a nossa história e o nosso saber?

Lula, Rui Barbosa é fonte de inspiração. Atentai bem, Alberto Silva: ele, que foi precursor da República e da libertação dos escravos, como ministro da Fazenda de Deodoro, quando viu que os militares queriam meter o terceiro militar, pulou fora. Suassuna, você, que tem estudado e não foi aproveitado para dar aulas no PT, veja o que Rui Barbosa disse: "Não troco a trouxa das minhas convicções por ministério". Iniciou a campanha civilista e ganhou. Essa é a história.

Agora? Agora, com o barco afundando em um mar que não é nem aquele em que Ulysses está encantado, é um mar de lama, de podridão e de corrupção nunca dantes vista?

Sejamos justos com o Presidente Collor. Eu recebi a esposa do Presidente Collor em Parnaíba, quando eu era Prefeito e Alberto Silva, Governador. Rui disse que justiça tardia é injustiça qualificada. É assim, Demóstenes, você que sabe tudo de Rui? Vamos ser justos com o Presidente Collor. Esse caso de agora é muito, muito, muito mais grave. O Presidente Collor, insinuante, simpático, de repente, é colocado como Prefeito pelo governo militar. Ele vai a Deputado Federal e é eleito Governador. Apareceu lá o PC Farias – o apelido dele, Alberto Silva, era Paulo Gasolina, porque gostava muito de carro, de negociar e de vender – e se aproximou do Collor na campanha para governador, mas Collor não o nomeou nada. Então, ele usou da sua influência para vender telefone no interior. Chamava e ligava do Palácio, mas não como membro da equipe – atentai bem, Geraldo Mesquita, seja justo. Dizia: "Ô, prefeito, eu estou aqui no Palácio, e há interesse do governador" – isso não existia – "em colocar telefones na sua cidade; me arrume cem compradores". No fim de semana, ele pegava um carro do Palácio e ia lá. E assim ele ganhou dinheiro, assim ele contratou e assim Collor chegou à Presidência da República. E ele, que tinha dado certo nessa sua filosofia de ganhar dinheiro...

Senador Demóstenes, o livro de cabeceira de Tião Viana e de Jorge Viana, com certeza, é a Bíblia. O livro de cabeceira dele era Onassis. Ele quis, mas não tinha ligação nenhuma com o Collor, nunca foi nomeado na Prefeitura do Collor, no Governo do Collor e nem na Presidência. Esses não, esses estão todos aí. Não é o núcleo duro mais não: é o núcleo fedorento da podridão da corrupção. Essa é a verdade. É muito mais grave. É aqui, Parlamentares.

Senador Tião Viana, li muito e quero dizer que o PMDB, que tem como Presidente Michel Temer, na última convenção, decidiu que o Partido terá candidato próprio em respeito ao Brasil. Essa é a decisão. Nós não vamos vender nem mudar essa decisão. Será uma

candidatura que ofereça uma nova opção, uma opção nacionalista, não uma opção liberal, como o Demóstenes falou, que favoreça os banqueiros, o ganho fácil. Primazia ao trabalho e ao trabalhador – ele é quem vem antes, ele é quem faz a riqueza. Queremos uma candidatura com esse compromisso, uma candidatura com um compromisso nacionalista, das nossas raízes, de Getúlio, de Juscelino, de Tancredo, de Jucá. Essa é a nossa idéia.

Quantos minutos ainda tenho, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a extrapola o tempo regimental em um minuto, mas a Mesa lhe concede mais dois minutos para concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – De todos os jornais que li – e nós analisamos todos, estudamos a mídia –, selecionei o melhor dos analistas. É o jornalista Zózimo Tavares, do Piauí, que é membro da Academia Piauiense de Letras. Passo a ler:

Que pena!

O deputado federal Fernando Gabeira (PT) tem produzido reflexões lúcidas, sinceras e corajosas sobre a crise política brasileira. Como esta, ao comparar a ditadura com o governo Lula: “Uma neutralizou o Congresso Nacional pelo medo; o outro, pelo pagamento de mesada. Ditadura e governo Lula compartilham o mesmo desprezo pela democracia, ambos violentaram a democracia reduzindo o Parlamento a uma ruína moral”.

Gabeira completa: “Os militares preparam sua saída de forma organizada. Nem muito devagar para não parecer provocação nem muito rápido para não parecer que estavam com medo. Já o núcleo duro do governo Lula parece perdido, batendo cabeça, ou melhor, enfiando-a na areia, sem perceber que a polícia está chegando”.

Um dos perseguidos pela ditadura, Gabeira revela: “Os militares batiam, davam chques e insultavam na sessão de tortura, mas vi muitos dizendo que me respeitavam porque deixei um bom emprego para combatê-los com risco de vida. Eles viam ideais no meu corpo arrasado pelo tiro e pela cadeia”. E mais:

“O PT queria que eu abrisse mão exatamente da minha alma e me tornasse um deputado obediente, votando tudo o que o Professor Luizinho nos mandava votar. Os militares jamais pediram isso. Desde o princípio, disseram que eu era um irrecuperável e limitaram-se à tortura de rotina. Jamais imaginei que seria grato aos torturadores por não me pedirem a

alma. Não sabia que dias tão cinzentos ainda viriam pela frente.”

E, desolado: “Vamos ter de encarar juntos essa realidade. A grande experiência eleitoral da esquerda latino-americana, admirada por uma Europa desiludida com Cuba e Nicarágua, a grande novidade que verteu tintas, atraiu sábios, produziu livros e seminários, vai acabar na delegacia como um triste fato policial de roubo do dinheiro público e suborno de parlamentares”.

Para terminar, pela bondade e grandeza acreana, aqui foi dito que estamos sob suspeita. Eu não estou sob suspeita, nós não estamos sob suspeita. E quero dizer que V. Ex^a, Sr. Presidente, simboliza as virtudes e a pureza. Quero ver o PT e todos os Partidos grandes, como o meu PMDB.

Termino com a Bíblia e com Deus. Atentai bem, Senador Paulo Octávio, que é bíblico. V. Ex^a já leu a Bíblia, Senador Paulo Octávio? Vou ler o que diz Eclesiastes 10. Abram o livro, brasileiros e brasileiras, cristãos de todas as Igrejas. Diz-se em Eclesiastes 10:

Governante sábio educa o seu povo, e a autoridade de homem inteligente é bem estabelecida. Da mesma forma que o governante do povo, assim também serão seus ministros. Rei sem instrução arruinará seu povo. Uma nação será construída graças à inteligência dos chefes.

Isso está em Eclesiastes 10.

Ainda está em tempo, Lula. Leve Tião Viana, que enquadra essas virtudes!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela ordem.) – Peço a palavra pela Liderança do P-SOL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra pela Liderança do P-SOL, por cinco minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a falará após o Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Paulo Octávio.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela Liderança do P-SOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, refletindo a respeito da crise que se abate sobre o povo brasileiro, sofrido, cansado, com a esperança rota, já estraçalhada, traído por quem se anunciava o conductor e o construtor de novos tempos, fico imaginando se esse processo de corrupção não se inaugurou logo no início do Governo Lula.

Senador Mão Santa, chama-me a atenção o fato de que chegaremos ao final deste ano com uma transferência – pasmem! – de cerca de R\$300 bilhões, que se destinam e se destinarão ao pagamento do serviço da dívida ativa. Hoje, pela manhã, li notícia, que precisamos confirmar, de que, de 1995 para cá, o País já desembolsou quantia próxima de R\$1 trilhão só para o pagamento da dívida ativa.

Senador Mão Santa, isso é desvio de dinheiro público para finalidades essenciais. Toda essa dinheirama poderia estar servindo ao propósito de se investir no nosso País. É dito aqui, vez por outra, que se perdem em torno de 30% da produção de grãos do nosso País só do deslocamento dos locais de produção para os portos, porque as nossas estradas estão em pandarecos, a nossa infra-estrutura portuária encontra-se carecendo de investimentos pesados.

A situação é a seguinte, Senador Mão Santa: o Governo procura culpados ora no Parlamento, ora na Oposição, ora na mídia, que vem sendo apontada como a vilã, como a grande culpada do que ocorre ultimamente em nosso País. A mídia, a meu ver, repercute, ora com acertos, ora com alguns equívocos, apenas o que aflora, o que surge nessa história imunda de corrupção no nosso País.

Fiquei igualmente pasmo quando me detive por alguns minutos a ouvir o pronunciamento do ex-Ministro José Dirceu, quando de sua despedida do cargo que exerceu por dois anos e meio no Governo. Dizia S. Ex^a que viria para a “planície” lutar contra aqueles que pretendem interromper o processo democrático. Olhe que coisa arrogante, que coisa inadequada, que coisa não razoável!

E aqui faço uma grande distinção que está precisando ser feita. Tenho encontrado com militantes do PT por onde ando, no meu Estado, aqui em Brasília,

que estão igualmente atordoados, aturdidos, decepcionados, tristes e envergonhados.

Atribuir-se ao PT a condução desse processo de corrosão da política, da atividade pública, da gestão pública, penso que não é de todo verdade. Quero crer que a cúpula do PT se apropriou do Partido e, em nome desse Partido de tradições e lutas, que tem história neste País, Senador Mão Santa, deu-lhe a condução que não condiz – tenho certeza absoluta – com o sentimento da grande maioria da militância do PT.

Portanto, aqui quero fazer uma distinção: quando tratar de PT, leia-se, Senador Mão Santa, cúpula da direção do Partido. E digo: se a cúpula do PT, se a cúpula palaciana se dirigisse ao povo brasileiro com humildade e reconhecesse erros cometidos e esse desvão por onde se meteu e se comprometesse com uma ação enérgica, no sentido de recuperar...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ... o tempo perdido, retomar essa história do seu início, dar-lhe um curso de seriedade, de trabalho, de dedicação a uma causa que era propalada aos quatro ventos por ocasião da campanha, tenho certeza absoluta de que o povo brasileiro, mesmo triste, envergonhado, decepcionado, acolheria esse pedido de desculpas que o povo brasileiro merece e que a ele está sendo devido.

A situação tomou uma proporção tão grave que não vejo, além da apuração dos fatos, outra solução para a cúpula do PT e de seus periféricos aliados senão pedir desculpas à população brasileira.

Tenho certeza de que o povo brasileiro entenderia e consideraria a possibilidade de retomarmos o curso da história e uma linha de trabalho, para que pudéssemos sair dessa situação com algum ganho.

Senador Mão Santa, os fatos são do domínio público hoje, e aqui se cobra a produção de provas. Eu já disse, de outra feita, que o Deputado Roberto Jefferson, amigo íntimo do Presidente da República, membro de um Partido que compõe a base de sustentação do Governo no Congresso, ao fazer as suas revelações e ao dar as suas declarações...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Na verdade, o Deputado fez, em nome do Governo, uma autoconfissão e colocou todo o Governo sob suspeição.

Defendo a tese de que, enquanto não se passar essa questão toda a limpo, não se pode conceder a esse Governo o direito de ver aprovado no Congresso,

neste plenário e no da Câmara, matérias que tratem da alteração da estrutura do Estado.

Tenho dito que, enquanto durar o processo de apuração dos fatos e de punição de quem deva ser punido, o Governo deve administrar o feijão-com-arroz. Aquelas medidas consideradas indispensáveis e essenciais para o dia-a-dia da gestão...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – ...pública terão o respaldo deste Congresso. No entanto, medidas que impliquem a alteração da constituição do Estado brasileiro não poderão ter a aprovação deste Plenário nem do Plenário da Câmara. porque, repito, esse Governo encontra-se em estado profundo de suspeição. Nessa situação, não se devem correr riscos de aprovar medidas que se traduzam na alteração do Estado brasileiro.

Senador Mão Santa, faço um apelo à cúpula do PT – e não ao PT: que se dirija à Nação brasileira com humildade. Chega de arrogância, chega de arrogância! É muita prepotência! A pessoa está saindo derrotada do Palácio do Planalto...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Um ex-Ministro deixa o Palácio do Planalto e, ao invés de adotar uma postura de humildade pois sai de lá derrotado, se dirige à Nação brasileira com arrogância, dizendo que combaterá aqueles que pretendem interromper o processo democrático.

Olhe que coisa irresponsável, dita por alguém que tem e teve a responsabilidade, até pouco tempo atrás, de dividir a condução dos assuntos públicos deste País com o Presidente da República.

Senador Mão Santa, essas pessoas estão precisando exercitar um pouco de humildade. Quando V. Ex^a diz que foi prefeitinho, exercita humildade.

Para concluir, a mídia é culpada do que está acontecendo? Não, Senador Mão Santa. A mídia reproduz o que está acontecendo e os fatos que surgem aos borbotões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa concede mais um minuto a V. Ex^a para que conclua.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Senador Mão Santa, na Câmara, no Senado, no meio da rua, em qualquer esquina deste País, as pessoas estão aflitas, discutindo essa situação.

A mídia apenas reproduz esse estado de espírito, os fatos que dizem respeito a esse processo – profundo, triste, tenebroso, imundo, que nunca vi ocorrer, com tanta intensidade, em nosso País – de corrupção, de utilização de recursos públicos, de estatais, para compra de consciências, de votos neste Parlamento.

Assim, Senador Mão Santa, prego a suspeição deste Governo e que ele tenha mais humildade com este País, que, em má hora, elegeu um governo que se comprometeu a fazer transformações profundas e se aliou às elites nacionais e internacionais e aos banqueiros internacionais para prosseguir na faina de judiar, cada vez mais, da população brasileira, aprofundando o ciclo de miséria que este País vive há tantos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio pela liderança do PFL. Em seguida, concederei a palavra aos Senadores Ney Suassuna, César Borges e Antonio Carlos Magalhães.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Tião Viana, eu iria fazer um pronunciamento sobre a Cúpula Americana do Sul, realizada em Brasília há alguns dias.

Vou mudar o meu pronunciamento em homenagem a um grupo de senhoras e senhoritas de Brasília e do Brasil, que fazem um grande trabalho para que nosso País possa abdicar de suas armas.

Ontem, houve um evento muito importante em Brasília, a Copa de Hipismo, que reuniu os melhores cavaleiros do País e da América do Sul, onde estive presente ao lado do Vice-Presidente da República e do Governador.

No evento, tive o prazer de receber, das mãos de duas servidoras do Senado Federal – Denise e Patrícia – uma camiseta. Estavam presentes, também, outras senhoras, como Valéria Velasco, do Convive, e Cristina Leonardo. A camiseta conclamava o Brasil a votar definitivamente o projeto que permitirá a realização de um referendo em outubro para saber se o Brasil proibirá o comércio de armas de fogo.

Tenho certeza de que, com o esforço das inúmeras instituições que estão trabalhando em prol da conscientização da população sobre o desarmamento, como o Comitê Nacional de Vítimas da Violência e o Centro Brasileiro de Cidadania, a proibição do comércio de armas deve e precisa ser aprovada. Com isso, estaremos evitando milhares de mortes.

De acordo com o levantamento feito pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) em conjunto com o Ministério da Saúde, entre

1991 e 2002, 265 mil pessoas morreram por arma de fogo no Brasil. Assim como a Sociedade Hípica de Brasília aderiu a campanha, quero convocar toda população a aderir também.

Quero aproveitar para reafirmar meu compromisso na defesa da aprovação do referendo. A campanha do desarmamento promovida pelo Governo Federal já retirou das ruas, em pouco menos de um ano, 330 mil armas. Em algumas cidades, como o Rio de Janeiro, o número de mortes decorrente delas já caiu significativamente.

Por isso, peço a todos os Senadores que se engajem nessa luta e que a população se mantenha mobilizada contra a violência. Entendo que o Estatuto do Desarmamento, aprovado e sancionado em 2003, não está em vigor totalmente, porque precisamos nos empenhar na aprovação do projeto legislativo que prevê a realização de referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo. E tem que ser aprovado ainda este mês, para que o referendo possa ser realizado em outubro deste ano.

Aproveito, também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para repassar a todos o convite que recebi:

Estudantes, familiares de vítimas de violência e representantes da sociedade civil estarão no gramado em frente ao Congresso Nacional, amanhã (dia 21), para manifestar a preocupação do brasileiro ante o atraso na votação do PDL que marca para outubro próximo o referendo popular sobre a proibição do comércio de armas de fogo no País.

A manifestação, realizada pelo Convive e Centro Brasileiro de Defesa da Cidadania, será pacífica e ordeira, como todas as que realizamos. Inscreveremos no gramado as frases – vejam que extraordinário –: “Cada dia que passa, são mais 104 vítimas de armas de fogo, uma a cada 15 minutos”.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, que é médico, sabe o prejuízo que isso traz ao Brasil.

“Quem vai pagar essa conta?”, acompanhadas da marcação de 104 corpos.

O objetivo é chamar a atenção dos Parlamentares para o exígido prazo de aprovação do PDL na Câmara dos Deputados, para que o TSE possa viabilizar o referendo.

Contamos com a importante presença de V. Ex^a [e de todos os parlamentares, interessados, funcionários do Congresso Nacional] ao meio-dia, amanhã, dia 21, nesse ato de contagem regressiva para a aprovação da medida decisiva para a história do Brasil”.

Recebo esse convite com muita alegria e o retransmito a todos os membros do Congresso Nacional. Acho fundamental a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto que está lá parado há tanto tempo. Deus queira que possamos fazer esse referendo popular sobre o comércio de armas de fogo no País no mês de outubro, como estava previsto.

Era o que eu tinha a dizer, transmitindo esse convite a todos os Senadores presentes e cumprimentando as funcionárias do Senado Federal que estão engajadas nessa luta. Parabéns, isso demonstra uma grande cidadania e uma grande participação, num momento tão importante da vida nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Paulo Octávio.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por até quinze minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não gastarei os quinze minutos, Sr. Presidente.

O choque cultural experimentado por um empresário, no caso eu, quando se depara com a rotina do Legislativo é grande; é muito difícil compreender o processo, chega a ser angustiante. É muita conversa! É muita falação!

Se eu, que estou aqui há doze anos, às vezes, irrito-me com os debates infundáveis, imaginem o cidadão comum, que acompanha, principalmente por meio da TV Senado, o processo legislativo, sempre pautado por exaustivas discussões e, por isso mesmo, demorado e, às vezes, incompreensível. Já me perguntaram várias vezes por que, quando apenas dois ou três Parlamentares se levantam, a matéria é aprovada. Não sabem da atuação dos Líderes, etc.

A Constituição determina o papel e as atribuições de Deputados e Senadores, nos arts. 48 e 52, como a fiscalização e o controle do Executivo e, no processo orçamentário, a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e da Lei de Orçamento Anual – LOA, bem como de créditos suplementares e especiais, cabendo aos Parlamentares o oferecimento de emendas para Estados e Municípios. Não são todas as que são aprovadas e, muitas das aprovadas, são contingenciadas e não chegam, jamais, a serem executadas.

Tudo isso dói na gente que tem esse viés executivo.

Parece que também a imprensa não comprehende bem o processo legislativo. Assim, prosperou uma espécie de maniqueísmo estapafúrdio como se no Congresso houvesse um constante embate entre o bem e o mal, ou seja, aqueles que apresentam emendas – os suspeitos, o mal – e aqueles que formam o exército do bem, ratificam sempre a vontade do Executivo; os

fisiológicos de um lado, que racham a unidade partidária e estimulam as legendas de aluguel e, de outro, as vestais, que pairam acima do bem e do mal como juízes divinos.

O processo legislativo é muito mais complexo do que essa visão simplista e mal intencionada que vem desviando a opinião pública do cerne da crise.

O PMDB, meu Partido, não se pretende melhor nem pior do que as demais agremiações com assento no Congresso Nacional. Apenas traz consigo o patrimônio de uma história construída enquanto ainda vigorava o Estado de exceção. Somos o maior Partido no Senado e temos consciência do peso da nossa Bancada.

O que o PMDB espera é que as investigações que geraram essa crise sejam realizadas dentro dos pressupostos republicanos da transparência, da igualdade e da punição dos culpados e da reafirmação da inocência dos inocentes.

O que o PMDB oferece é o peso da sua estrutura e experiência para apoiar a governabilidade e quebrar o imobilismo que onera o crescimento desesperadamente almejado.

Ao contrário do que divulgam os arautos do ‘quanto pior, melhor’, não reivindicamos Ministérios nem cargos em estatais para cumprirmos o dever que nossos mandatos e a estatura do PMDB nos impõem, mesmo porque entendemos ser a reforma ministerial competência e prerrogativa exclusivas do Presidente da República, cujo Governo apoiamos.

Reafirmo que o PMDB, coerente com a sua história de grandeza, só agirá institucionalmente. Defendemos, sim, que as ações, tanto da CPI quanto da Polícia Federal e do Ministério Público, sejam realizadas com a firmeza necessária, amparadas por rapidez e eficácia.

Acima de tudo é preciso que a reorganização da Base de sustentação do Governo se dê a partir dos valores éticos e republicanos que o PMDB sempre defendeu nos seus estatutos e na sua concepção programática e ocorram na velocidade que não admite postergações, de modo a evitar que a crise política contamine a economia, que, depois de anos de insucesso e frustração, encontra-se novamente nos trilhos.

De nós, Líderes e operadores políticos, o mínimo que a sociedade pode exigir e esperar é a lucidez e a coragem para a recolocação do debate sobre os pontos essenciais da crise, evitando o debate falso e maniqueísta que a imprensa e alguns personagens de má-fé vêm pautando nos últimos dias.

O Brasil não pode continuar refém do denuncismo infundável sem contar com a reação operosa da apura-

ção dos fatos, único caminho para o restabelecimento urgente da governabilidade.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– Senador, permite-me V. Ex^a um aparte.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não, nobre Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– O discurso de V. Ex^a nos enche de alegria, porque vemos que não é uma coisa acertada do PMDB ir de qualquer maneira para o Governo. V. Ex^a condiciona esses valores éticos, morais, enfim, a uma nova atuação do Governo. Isso nos enche de alegria e é motivo de regozijo de toda a sociedade, principalmente dos seus correligionários.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Nós estamos realmente preocupados com o *timing*. Hoje completam-se um mês e seis dias que a crise iniciou e precisamos colocar tudo com transparência. O que o PMDB quer resume-se nestas três palavras: transparência, firmeza e governabilidade. É isso que nos dirige no momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao Senador César Borges, por até 15 minutos.

Em seguida, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, na última quinta-feira, vimos o Presidente da República tomar a decisão que o País esperava, ao retirar do seu Governo o principal foco de suspeitas na ligação entre o Palácio do Planalto e o pagamento do chamado “mensalão”.

A saída do ex-Ministro José Dirceu foi efetivamente a primeira resposta que este Governo deu à sociedade, que está, neste momento, cheia de interrogações, interrogações não respondidas. Com isso, o Governo tenta melhorar a imagem pública, mostrando que, finalmente, existe uma disposição, na prática, que se alinha às palavras do Presidente de “cortar na própria carne”, o que, aparentemente, era apenas um discurso, esquecido nos dias seguintes ao pronunciamento.

O Governo também tenta mostrar isenção, na medida em que luta para monopolizar a investigação de um caso que, ao que tudo indica, tem por trás uma formidável central de pagamentos financiada com dinheiro suspeito, senão público, cujo comando estava instalado nas próprias ante-salas do Palácio do Planalto.

Mesmo que tenha havido o cuidado de se preservar o ex-Ministro, Deputado José Dirceu, ficaram claros para o País os verdadeiros motivos da sua saída, derrotado que foi na tentativa de usar todas

as armas para constranger o próprio Presidente da República e impedir essa decisão inevitável. Sua saída do Governo já veio tarde, porque ele deveria ter compreendido que, quando colocou o Sr. Waldo-miro Diniz para articular a ação política do Governo no Congresso Nacional, trabalhando no 4º andar do Palácio do Planalto, aquela era ocasião para se retirar do Governo e não para fazer o abafamento da CPI que desejava o Senado Federal e que, agora, o Supremo Tribunal Federal fará com que seja efetivamente instalada.

Entretanto, agora, de volta à “planície”, como o próprio ex-Ministro, Deputado Federal José Dirceu, fez questão de acentuar, S. Ex^a mostra, como disse o Senador Geraldo Mesquita, uma arrogância inaceitável e um tom de desafio no seu discurso de despedida do Governo. Depois, repete de forma até mais virulenta esse discurso na reunião do PT em São Paulo.

Há que se perguntar: o que quer o Deputado José Dirceu? O que deseja? Mostrar que é quem manda na República? Que mesmo como Deputado Federal vai continuar governando e mandando na República? Que será um Deputado Primeiro-Ministro? Será que deseja intimidar o País? Será que deseja intimidar as Oposições deste País, chamando-as de nazi-fascistas? Será que deseja uma conflagração política no País, ou será que deseja, na verdade, Sr. Presidente, V. Ex^a que é do Partido dos Trabalhadores, tornar o Presidente da República refém do que sabe e do que pode fazer com a República? Talvez seja isso, diante de tantas indagações.

Acusar o PFL e o PSDB de estarem por trás das acusações contra ele, ou alegar uma “conspiração das elites”, como foi publicado na **Folha de S.Paulo** pelo articulista Clóvis Rossi, uma “risível teoria da conspiração tucano-midiática”, para desestabilizar o Governo? Diz o articulista:

Se há conspiração, Lula e Dirceu são seus membros, seus mentores. Afinal, foram eles que fizeram o acordo com o PTB, de Roberto Jefferson, e a ele entregaram os Correios e tantas outras estatais. Sem o caso dos Correios não haveria escândalo nem combustível para a oposição.

E, lá adiante, diz:

Conspirações se fazem, como é óbvio, quando interesses da classe dominante, para usar o velho jargão do ex-PT, são contrariados. Qual o fio de cabelo dos interesses dominantes tocado pelo governo Lula? Zero vezes zero.

Portanto, o que há é uma tentativa de acusar as Oposições de estarem tramando uma conspiração das elites. Tudo isso parece fruto de um espírito profundamente ferido pela mágoa, por um caudal amazônico de mágoa, em busca de revanche, incapaz de reconhecer a situação delicada em que colocou o seu Governo perante todo o País. Há, também, o tom de chantagem, que parece dirigida ao seu próprio Governo e ao PT, como se sobressaísse uma leve ameaça de que ele não vai “morrer” sozinho na incursão que tomou para formar a sustentação política do Governo.

No todo, as conlamações do Sr José Dirceu soam arrivistas – ele sempre foi um arrivista da vida pública nacional –, irresponsáveis, próprias de quem quer o poder de qualquer maneira, apenas o poder pelo poder. Se fosse patriota, se tivesse amor pelo País ou até pelo Governo, esse ex-Ministro se afastaria, silencioso, para se encontrar com seus advogados de defesa e, com eles, procurar uma saída para o imbróglio em que meteu a si próprio e, por via de consequência, o seu Governo.

No Congresso, não há ninguém que não queira a continuação do tecido institucional do País. Já ouvi Senadores experientes, homens como Pedro Simon e Jefferson Péres, defendendo a apuração com o sentido de afirmar a nossa democracia. As declarações do Sr. Dirceu soam, diante disso, ainda mais estranhas. Por isso, não se entende, também, a estranha nota do Partido dos Trabalhadores. Estranha porque eleva o tom dos pronunciamentos anteriores, acusa o PFL e o PSDB, oficializa a idéia de que existe uma conspiração contra o Partido e, finalmente, coloca o PT na mesma afinação do ex-Ministro José Dirceu.

Agora, é preciso que se pergunte: que conspiração é essa? Que interesses da elite econômica e empresarial foram feridos por este Governo, para que se pudesse organizar uma “conspiração das elites” para defenestrá-lo do poder? O que todos estão vendendo é um Governo que faz o que o FMI quer, o que os bancos desejam.

Concedo um aparte ao nobre Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador César Borges, V. Ex^a faz um discurso muito profícuo, um verdadeiro exercício de limpeza. Muito interessante – apenas para contribuir com o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – é que ele, realmente, vem cogitando ter próximo a si o hoje Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Isso é muito bom porque, devido à gestão do ex-Ministro José Dirceu, para qualquer eventualidade, ele já terá um advogado criminalista às mãos. Concordo perfeitamente com V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, nobre Senador Demóstenes Torres. A visão de futuro do Governo foi escolher o grande advogado criminalista brasileiro para ser o seu Ministro da Justiça.

Portanto, é preciso cessar esse tom desrespeitoso contra a Oposição, até porque isso passa ao País um sentimento de pânico por parte do Governo. Basta a ação do Governo para que tivesse consigo a Presidência e a Relatoria da CPMI, a que a imprensa brasileira chama de “chapa branca”, montada na tentativa de não se apurar nada que o Governo não queira.

A própria reunião de trabalho da CPI, realizada a portas fechadas, somente entre os Parlamentares da Bancada governista, na semana passada, corrobora esse sentimento de todo o País.

Não bastasse ser o Líder do PT nesta Casa, o nobre Senador Delcídio Amaral, que não devia ter sido colocado na posição de Presidente da CPI, ainda disse ao País que estava nessa função “para atender um pleito do Presidente Lula”, revelando uma interferência descabida do Executivo que envergonha, inclusive, o próprio Congresso, que deveria, por intermédio de suas Lideranças, tomar as posições mais cabíveis e corretas dentro dos Partidos.

É bom se destacar que o próprio Senador Delcídio Amaral ficou em uma situação ainda mais delicada ao dizer claramente aqui, desta tribuna, que, se não conseguir demitir o seu desafeto da Petrobras, vai conduzir as investigações contra o Governo. Conclui-se, então, que, havendo a demissão, o Senador Delcídio vai fazer o jogo chapa branca do Governo e dificultar as investigações? Por maior que seja o apreço pelo Senador Delcídio, assim como a sua declaração quanto ao fato de a reunião ter ocorrido na sala da Liderança ter sido um escorregão, um deslize, essa outra colocação também foi um grande deslize. Exigir uma demissão para que a apuração não seja feita, ou vice-versa.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, neste momento, é preciso que o Presidente da República se livre dos compromissos que tinha com aqueles que, na sala ao lado, montavam uma máquina financeira para controlar sua Base no Congresso Nacional, comprando consciências de Deputados, comprando Partidos inteiros. Nem o Presidente, nem o próprio PT, nem os movimentos sociais precisam se imolar em solidariedade a essas pessoas. Não sirvam como reféns do ex-Ministro José Dirceu! É um alerta de um Parlamentar que vê preocupado a crise por que passa, neste momento, a Nação brasileira.

Com todas as dificuldades, o Presidente da República começou a se livrar da corrupção ao demitir o

seu Ministro da Casa Civil e ao pedir que o PT fizesse o mesmo – o que não fez até agora –, afastando o secretário-geral Silvio Pereira e o tesoureiro Delúbio Soares e, com certeza, também o Presidente do PT, José Genoino, que sabia de tudo e que estava envolvido em todo esse imbróglio.

Entretanto, o PT não tomou essa decisão, desafiando o momento político e até o Presidente da República. Esse Partido, que ofereceu uma notável contribuição para a organização política do País, agora pode se transformar em mera trincheira, em refúgio de políticos suspeitos do maior escândalo que esta República já viu.

O que significam, por exemplo, atos “em defesa do PT e da democracia”? Quem está ameaçando a democracia, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a não ser esses atos que vêm de dentro do Governo e do Partido que o apóia? Por que o PT se deixa envolver pelos erros dos Srs. José Genoino, Silvio Pereira, Delúbio Soares e José Dirceu? Está claro que esse grupo quer transformar o Partido em seu cúmplice.

Portanto, está na hora de o PT acordar. O Partido pode ser renovado, pode ser salvo, e ninguém melhor do que o Senador Eduardo Suplicy para simbolizar o Partido dos Trabalhadores digno, sério, capaz de dignificar o voto de seus eleitores.

Sr. Presidente, para encerrar, está convocada uma manifestação, se não me engano, para amanhã, aqui em Brasília, de alguns chamados movimentos sociais. Vão bater também na política econômica do Governo. Vão fazer o jogo de José Dirceu e José Genoino. Vão tentar fazer o Governo de rém.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Alguns Parlamentares advertiram que esse grupo belicoso e suspeito, que se encastelou agora na direção do PT, tenta uma saída “a la Chávez”, o Presidente da Venezuela, dividindo o País.

Isso é muito perigoso, Sr. Presidente. A ser verdade essa intenção, torço para que tudo ocorra como no passado, quando a população brasileira foi convocada pelo Presidente Collor a apoiá-lo vestindo verde e amarelo. Como todos lembram, aquele ex-Presidente ganhou um País coberto de preto, a cor do luto.

Ainda há tempo de se refletir, Sr. Presidente. Ainda há tempo para que o Governo reconheça os seus erros, para que o PT reconheça os seus erros, que não procurem dissimular diante da Nação fatos tão graves que requerem uma apuração..

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência pede que V. Ex^a conclua.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para concluir, Sr. Presidente, que vá mostrar à população brasileira que as suas instituições estão firmes, que sabemos cumprir o nosso dever diante de uma situação tão grave por que passa a República brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por até 15 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, acabamos de ouvir o discurso, sempre bem lançado, do Senador César Borges, cuja capacidade e prestígio são indiscutíveis.

Mas, hoje, tenho razão para estar otimista, porque a chapa branca da CPI dá um sinal positivo em relação ao que vai acontecer lá.

Para surpresa geral, Sr. Presidente, todos os jornais do Brasil colocam a declaração do Relator, que é do PMDB, Deputado Osmar Serraglio, que diz: "Para Relator da CPI dos Correios, Lula pode acabar como Collor".

Em primeiro lugar, quero dizer que nós não desejamos que Lula acabe como Collor. Desejamos comprovar tudo o que for possível do Governo Lula, de seus auxiliares e dele próprio, mas não queremos *impeachment*, não queremos retirar o Presidente da República, até porque isso se reverteria em benefício para o próprio Lula. Diriam que foi golpismo, que as elites são sempre as mesmas, que não podem deixar um torneiro mecânico no Governo e que ele estava fazendo o melhor Governo do mundo. Tudo isso vão dizer. Mas, na realidade, trata-se do pior Governo, de uma equipe péssima de derrotados que não souberam fazer nada de positivo em relação a este País.

O Deputado Osmar Serraglio, Relator da CPI dos Correios, diz que a situação é grave, que os fatos são terrivelmente preocupantes e que o País vive momentos de crise tremenda. E S. Ex^a diz isso sendo do PMDB, que, segundo toda a imprensa, será altamente contemplado. Vejam V. Ex^as: vão moralizar o Governo, contemplando o PMDB. Esta é uma dúvida: não sei se vão levar o Senador Pedro Simon, mas isso não é tão provável, porque as indicações recentes do PMDB deram algum problema ao Governo – e ainda estão dando, até porque já estão até no Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o fato de esse Relator ter a coragem de dizer que as coisas são gravíssimas já nos enche de alegria, porque sabemos

que se vão apurar os fatos com imparcialidade e celeridade. O Senador Ney Suassuna, com sua autoridade de Líder, declarou que tudo deve ser apurado celeremente, porque o País está nessa crise há mais de um mês – eu diria que a crise já dura dois anos.

Que a CPI convoque todos que merecem ser convocados e que possamos – não só os membros da CPI, como todos os Parlamentares – interrogá-los, para que essa verdade que era tão contestada nesta Casa venha à lume e para que sofra punição quem merece ser punido!

Louvo adiscrição do Presidente Lula. Se o Presidente Lula disse que assinava um cheque em branco para o seu grande parceiro Roberto Jefferson, não há sentido, hoje, em dar uma declaração que venha a ofendê-lo. O Presidente está discreto nesse ponto, querendo que se apure o que Roberto Jefferson disse.

Tudo isso são sinais positivos, que estão surgindo agora, porque tudo até aqui foi negativo. O medo estampado na fisionomia dos Parlamentares do PT de que houvesse a Comissão Parlamentar de Inquérito e a tristeza deles com o depoimento, completo e arrasador, do Sr. Roberto Jefferson – que não vou dizer que é santo – dão-nos a segurança de que a consciência nacional acordou para o mau Governo existente. A consciência nacional já conseguiu mudanças no Governo, mas poucas ou quase nenhuma. Afinal de contas, este Governo mudou há um ano, para melhorar, para fazer coisas notáveis, mas o que se viu foi o Vampiro na Saúde, que continua lá, obedecendo ao Sr. Jorge Solla, que muitos aqui desejam que seja Ministro, o que é inacreditável.

Mas tudo pode acontecer neste Governo. Querem que o Sr. Jorge Solla seja Ministro, e nós, da Bahia, que o conhecemos, achamos graça na afirmativa. Mas tudo pode acontecer: muita gente pode vir a ser Ministro, até porque os bons quadros do PMDB estão recusando-se a participar do Ministério, e o PMDB não está interessado em apontá-los.

Evidentemente, fora do Partido, existem nomes muito elevados; até surgiram nomes de capitães da indústria para Ministro, mas não é essa a tese da base aliada. Essa é a tese do Lula, que não tem a coragem de fazer. Está pensando em fazer, gostaria de fazer, mas lhe falta coragem. E observa-se um contraste tremendo: um homem que veio da luta, do Nordeste, que lutou pelos sindicatos e por grandes causas, nessa situação de hoje não poder fazer aquilo que deseja, porque as bases aliadas de que necessita no Congresso não o permitem.

Ora, Sr. Presidente, quem teve a votação que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva obteve em todo o País

tem a força para fazer o Ministério dos mais capazes, mas, quando se começa um Ministério com 20 derrotados nas urnas, evidentemente, esse Ministério não representa a vontade nacional, mas sim a vontade dos sofredores da derrota, daqueles que querem vingar-se não só dos adversários, o que seria pouco, mas do País, dos seus Estados, o que é mais grave.

Por isso, Sr. Presidente, quando alguém tem a coragem de dizer que os fatos são gravíssimos e têm de ser apurados, só tenho a louvar. Nunca ouvi falar antes do Dr. Osmar Serraglio, achei que era mais uma invenção do PT, mas, na realidade, a sua entrevista nos encoraja. Mas temo que S. Ex^a, tendo dado a entrevista tão cedo, sofra pressões e mude sua linha de ação. Mantendo-se na sua linha de ação, evidentemente, o País vai aplaudi-lo, mas, se S. Ex^a aceitar as pressões, como outros tantos as têm aceitado nesta Casa e na Câmara dos Deputados, decepcionará o eleitorado da sua terra. Mas o amor próprio de cada um é maior, sem dúvida, do que o sentido de aceitar as pressões, sobretudo se elas são irresponsáveis.

Sr. Presidente, V. Ex^a está trabalhando demais nesta Casa. Sempre que falamos, V. Ex^a está na Presidência. Precisamos de pessoas como V. Ex^a no Governo. Quando digo isso, sei que o estou prejudicando: se estou elogiando V. Ex^a, eles não farão nunca o que digo. É evidente que estamos precisando de pessoas capazes como V. Ex^a, que, no Ministério da Saúde, honrariam o Governo do Presidente Lula, mas não sou hoje um otimista quanto a isso. Se souberem do que falo – e estão-me ouvindo os arapongas nesta hora –, V. Ex^a estará com o câmbio baixo. Mas fique certo de que V. Ex^a está forte em seu Estado e entre seus colegas, que o respeitam e que sabem da sua atuação.

Sr. Presidente, a crise, sendo tão séria quanto o é, exige de nós reflexões e compreensão. É muito difícil que cheguemos a dizer que este Governo mudará o método de ação; acostumou-se no caminho errado e, dificilmente, voltará a caminhar certo. Mas desejamos que acerte e escolha Ministros corretos. O número já diminuiu: primeiro, ele ia demitir todos, mas, agora, só demitirá quatro ou cinco. Mas que, pelo menos, desses quatro ou cinco, tirem os piores, aqueles que estão lesando a coisa pública, tirem aqueles que não merecem o respeito da sociedade, tirem aqueles que o meu amigo, Senador Demóstenes Torres, entende que poderiam estar em presídios e não em ministérios.

Peço a V. Ex^a, mais uma vez, que, se for ouvido, opine sempre por uma mudança mais radical. Que o

PT volte a ser aquilo que disse que era e não o que está sendo. As lutas internas do PT já o demonstram. Querem tirar o Delúbio, mas não podem tirá-lo. Caso contrário, Delúbio irá falar. Querem tirar o Silvio Pereira. Não podem tirá-lo, senão o Silvio Pereira irá falar. O Governo é refém dos seus próprios correligionários. Enquanto não se livrar disso e resolver governar para a Nação, vamos viver os dias tristes que estamos vivendo. Não é com uma ou duas modificações que o assunto será resolvido. Será, sim, com homens competentes, sérios, dignos, que possam fazer tudo o que a Nação precisa. A Nação hoje, mais do que ontem, precisa muito mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para tratar da atual turbulência no cenário político e de como isso pode afetar o ambiente econômico brasileiro. A imprensa nacional noticiou, no último dia 7 de junho, que o dólar subiu quase 1%, a Bovespa desabou e o risco-país teve alta considerável.

Os jornais de grande circulação no país mostram que o mercado aproveita qualquer momento de desestabilização política para alterar suas posições e, com base nessas oscilações, especular. Caso as denúncias de corrupção no governo, surgidas com o caso dos Correios, não sejam devidamente apuradas, o país corre o risco de enfrentar uma instabilidade econômica que, a cada dia que passa, pode ir ganhando mais força.

É nesse contexto, Sr. Presidente, que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

POR DENTRO DO MERCADO

LUIZ SÉRGIO GUIMARÃES

Crise chega a Lula e mercado sente golpe

O mercado financeiro ignorou ontem as notícias positivas do dia — como a queda na expectativa de IPCA para 2005, de 6,35% para 6,32%, relatada pelo Boletim Focus do Banco Central e o recuo do IPC-S, calculado pela FGV, de 0,99% para 0,79% — e se concentrou no novo round, bem mais feroz, da crise política que, desde a eleição de Severino Cavalcanti à presidência da Câmara, separa o Congresso e o governo Lula. A crise, agora, bate às portas do terceiro andar do Palácio do Planalto, o que é bem diferente das denúncias de corrupção anteriores. Embora enfraquecessem o governo, elas não impediam a governabilidade nas questões que mais interessam aos investidores, as políticas monetária, cambial e fiscal. Agora, pode ser diferente se a temperatura não baixar logo.

O mercado não teme, por enquanto, o afastamento de Lula — uma bola de neve incontrolável que resulte em campanhas populares do tipo "fora Lula" ou caras-pintadas na rua pedindo a moralização política do país. Para tanto, Lula teria de perder o apoio da parte mais influente dos meios de comunicação. Não

há clima político para isso. Pelas contas informais de um economista, enquanto FHC, em seus dois mandatos, foi alvo de 22 pedidos protocolados de impeachment, Lula ainda não sofreu nenhum. É claro que os tesoureiros de bancos traçam o "cenário José Alencar", mas não acreditam que, se o vice-presidente tiver de assumir, irá por em prática uma

Exportador aproveita dólar alto para vender

política econômica desenvolvimentista radical e antimercado. "Críticas de fora é fácil. Uma vez no poder, a coisa é bem diferente", diz um deles. No limite, e sem a companhia do ministro Antonio Palocci, Alencar iria executar uma política monetária mais fraca, com algum controle de capitais estrangeiros, mas sem rupturas do tipo calote das dívidas interna e externa.

O grande problema resultante do enfraquecimento político de Lula tem, para o mercado, o nome de Anthony Garotinho, o ex-governador carioca, hoje filiado ao PMDB. Dos candidatos que podem, no ano que vem, derrotar um debilitado Lula, o único temido é Garotinho. Qualquer outro, tanto do PSDB quanto do PFL, não inspira medo.

Os temores, de mais longo prazo, ficaram patentes no comportamento do mercado futuro de juros da BM&F. Enquanto os contratos curtos quase não se mexeram — para a virada do mês, a projeção se manteve em 19,80%, ainda embutindo a perspectiva de que o Copom irá, em sua reunião marcada para a semana que vem, interromper o aperto monetário —, os contratos mais longos dispararam. O referente a janeiro de 2007, o mais negociado ontem, subiu de 17,71% para 17,99%. Muitos investidores que se posicionavam em ativos prefixados de longo prazo foram forçados a inverter posição ontem.

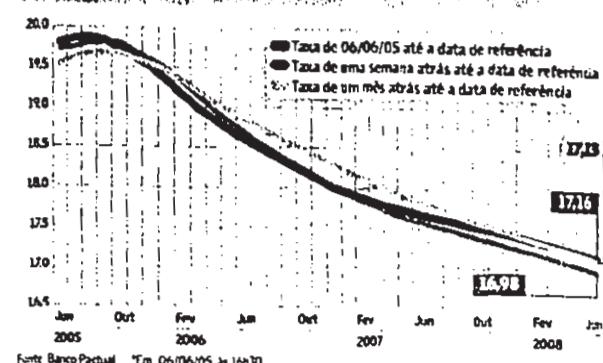
Os exportadores não apostam no acirramento da crise política. Tanto que, ontem, quando a zeragem das posições vendidas dos bancos fez a moeda subir 2,18%, para R\$ 2,48, os exportadores aproveitaram o preço forte dos fundamentos econômicos atuais e fecharam contratos de câmbio. Com essa oferta, o dólar perdeu impeto e fechou a R\$ 2,45, em alta de 0,94%. Os fundos internacionais venderam bônus da dívida externa brasileira. O risco-país, pronto de novo para testar os 400 pontos-base, e estimular nova captação externa soberana, foi obrigado a subir. Fechou a 430 pontos-base, alta de 3,37%.

Embora o mercado não tenha entrado em pânico ontem, os próximos lances da crise — sobretudo as provas de Jefferson às compras de votos — podem desencadear uma volatilidade especulativa favorável não mais à genuína zeragem de posições otimistas mas à instauração de um pessimismo interessado em lucros.

Luiz Sérgio Guimarães é repórter de Finanças
E-mail: luiz.guimaraes@valor.com.br

Estrutura do juro privado

Dívida/Swaps - em % ao ano*



Crise política pode afetar economia, diz Scheinkman

Para economista, tudo depende dos desdobramentos

EFEITO CPI

Adriana Chiarini

RIO

Os problemas políticos do Brasil podem afetar a economia, dependendo da intensidade com que aparecerem, considera o economista José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade de Princeton. "Se houver total paralisação política, é uma coisa; se houver uma crise que possa ser resolvida por negociação do governo com a oposição, é outra", disse o economista, ontem, antes de saber detalhes das denúncias do presidente do PTB, Roberto Jefferson, de que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, teria feito pagamentos mensais a parlamentares do PP e PL para que votassem com o governo.

Em entrevista no seminário Economia e Comportamento Humano, promovido pelo Ibmecc no Rio, Scheinkman disse também, quando questionado sobre como investidores internacionais veriam as denúncias, que "as pessoas entendem que os países passam por CPI, por crises; isso é normal".

Scheinkman voltou a criticar a elevada taxa de juros no País, principalmente por seus efeitos fiscais. "O custo real da nossa dívida este ano pode se aproximar de 5% do PIB (Produto Interno Bruto). É mais que o superávit fiscal (4,25% do PIB)", afirmou. "Esse é um custo pago por todos nós."

Ele considera importante que o Brasil reduza a dívida pública em relação ao PIB, hoje em cerca de 50%, para em torno de 40% até "o próximo aperto de liquidez internacional".

O professor acredita que pode haver alguma queda na taxa especulativa no mercado imobi-

liário em cidades americanas, principalmente Nova York. "Se de fato houver uma bolha e ela estourar, isso levaria a uma queda no consumo americano e teria efeito na economia mundial porque os Estados Unidos são a maior economia do mundo e, entre as economias desenvolvidas, a que mais cresce", disse.

Segundo o economista, "hoje o Brasil é o melhor lugar do mundo para investimentos de curto prazo". Consequentemente, atrai dólares. De acordo com ele, é por isso que o real está se valorizando e é injusta a acusação de que o governo está usando o dólar para controlar a inflação.

Scheinkman considera que os preços administrados devem ser retirados da medição da inflação para efeito da meta a ser atingida pelo BC, porque a política monetária não é eficaz para deter esse tipo de reajuste.

Para ele, a meta de inflação deve continuar a ser definida pelo governo. E é contra a participação de empresários e sindicatos no Conselho Monetário Nacional (CMN), que define a meta. •

Mercado reduz projeção de alta do PIB de 3,5% para 3,27%

CENÁRIOS

Gustavo Freire

BHASILIA

Os analistas do mercado financeiro continuam a projetar 3,5% de crescimento da economia este ano, de 3,50% para 3,27%. É o que mostra a pesquisa semanal Focus, feita com mais de uma centena de instituições financei-

ras e divulgada ontem pelo Banco Central (BC).

A queda coincidiu com a divulgação da informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que o PIB havia apresentado aceleração de apenas 0,3% no primeiro trimestre do ano. A mudança deixou as estimativas de mercado ainda mais descoladas das expectativas do governo de que a economia venha apresentar uma expansão de 4% neste ano.

O aumento do pessimismo do mercado quanto aos cenários de expansão da atividade econômica foi contrabalançado pela melhora das expectativas de inflação neste ano. As previsões de IPCA recuaram de 6,35% para 6,32% e passaram a acumular uma queda de 0,07 ponto porcentual num período de três semanas.

Apesar disso, o porcentual projetado ainda se encontra bastante acima do objetivo de 5,1% perseguido pelo Comitê de Política Monetária (Copom) neste ano. As estimativas de inflação para maio e junho seguiram a mesma tendência de queda e recuaram de 0,57% para 0,56% e de 0,36% para 0,35%, respectivamente.

As instituições financeiras participantes da pesquisa do BC mantiveram, ao mesmo tempo, a aposta de que a taxa de juros não subirá na reunião do Copom da próxima semana. A taxa, na visão do mercado, permanecerá estável em 19,75% e deverá começar a cair somente entre agosto e setembro. Nesta situação, os juros chegariam ao final do ano em 18%. Em 2006, o Copom terá espaço, na visão do mercado, para realizar novas reduções de juros e deixar a taxa em 16,00% ao final do período.

TURBULÊNCIA *Após acusações de Roberto Jefferson, dólar sobe 1% e risco-país aumenta; operadores vêem chance para especular*

Crise política bate no mercado, e Bolsa cai 3%

FÁBRICIO VIEIRA

DA REPORTAGEM LOCAL

Dessa vez, o mercado financeiro não deixou para segundo plano as turbulências no cenário político. As acusações do presidente do PTB, Roberto Jefferson, feitas em entrevista à Folha, de que o governo pagaria "mesada" a parlamentares da base aliada sacudiram o mercado: o dólar subiu quase 1%, a Bovespa desabou 3,07% e o risco-país teve alta considerável.

Na abertura dos negócios, o dólar chegou a ser vendido a R\$ 2,48 (valorização de 2,20%), mas perdeu força no fim da tarde. A moeda norte-americana encerrou as operações a R\$ 2,45, em alta de 0,95% diante do real.

A Bolsa de Valores de São Paulo chegou a registrar perdas de 4,35% no pior momento do dia.

Tentando acalmar a situação, o secretário-executivo da Fazenda, Murilo Portugal, disse que o mercado deve olhar mais os fundamentos da economia do que as más notícias da política.

Análistas disseram acreditar que o movimento fortemente negativo de ontem não representou uma mudança na tendência do mercado doméstico. "O mercado aproveita qualquer chance para mudar posições e especular. Foi exatamente o que aconteceu hoje [ontem], um dia marcado por um movimento de susto diante de uma deterioração no cenário político", diz Adolpho Nardó Filho, diretor de operações e finanças do banco Cruzeiro do Sul.

As projeções futuras de juros também subiram um pouco, mas nada que signifique alterações nas expectativas para a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) da próxima semana.

O volume de contratos DI — que mostram as projeções futuras de juros — no pregão da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros) de ontem cresceu 21% em relação à sexta. No contrato DI mais negociado, com vencimento na virada do ano, a taxa foi de 19,43% para 19,52%.

"Há o temor de que os ruídos políticos começem a se refletir no campo econômico. Algo assim faria o mercado realmente mudar de tendência. Mas ainda não é o caso", diz Newton Rosa, economista-chefe da Sul América Investimentos. "O mais importante, para o mercado não entrar em uma fase de grandes sobressaltos, é a inflação seguir controlada, o câmbio, livre, e a busca pelo equilíbrio fiscal não ser abandonada", completa o economista.

O risco-país brasileiro, medido pelo banco americano JP Morgan, chegou ao fim do dia em alta de 3,4%, a 430 pontos. Como o risco é apurado a partir de uma cesta de títulos da dívida brasileira negociados no exterior, quando sobe, indica que houve uma venda maior desses papéis.

No dia em que eclodiu a crise envolvendo Waldomiro Diniz, ex-assessor do ministro José Dirceu (Casa Civil), em fevereiro de 2004, o risco-país subiu quase 6%, indo aos 522 pontos.

Operadores avaliam que a elevação do dólar ontem foi impulsionada muito mais por tesourarias de bancos que pelo aumento da procura por hedge (proteção contra a oscilação da moeda). Nos momentos de crise, costuma aumentar consideravelmente as operações de hedge, impulsionadas por empresas e instituições financeiras preocupadas com o futuro da economia. Ao menos por enquanto, isso não ocorreu.

O dólar ontem fechou em seu maior valor em 20 dias. Mas a depreciação da moeda acumulada diante do real no ano ainda é bem grande, ficando em 7,7%.

No pregão da Bovespa, apenas 3 das 55 ações de maior liquidez conseguiram fugir da queda generalizada. Desses, duas foram os papéis PN e ON da Embraer, que subiram 2,26% e 0,65%, embaladas por novo acordo de venda de aviões (leia na pág. B6).

Um destaque positivo de ontem foi a divulgação do boletim semanal Focus, elaborado pelo Banco Central junto a instituições financeiras, que trouxe uma pequena redução na projeção mediana para o IPCA acumulado em 2005, que caiu de 6,35% para 6,32%.

Na sexta-feira, será conhecido um dado que os investidores consideram, ao menos neste momento, mais importante para ajustar suas posições em relação ao futuro da política monetária: o IPCA.

Se esse índice, que baliza a meta de inflação do governo, vier abaixo do esperado, a tendência é de crescerem as apostas na manutenção da taxa Selic (que está em 19,75% anuais). Por enquanto, o mercado está dividido entre os que afirmam que os juros devem ficar inalterados e os que esperam alta de 0,25 ponto percentual na taxa. Mas os desdobramentos políticos podem alterar o quadro.

Demônios Bovespa fecha com queda de 3,07%, dólar sobe 0,94% e risco-país avança 3,37%

Crise política chega aos mercados

Luiz Sérgio Guimarães
e **Janeiro Rocha**
De São Paulo

A crise política chegou ao mercado financeiro. As denúncias anteriores à revelação do deputado Roberto Jefferson — Correios, IRB, Receita Federal, Ibama, Banco Central — foram ignoradas quase por completo pelos mercados. O suposto esquema político do "mensalão", por tentar envolver o presidente Lula e o ministro da Fazenda Antonio Palocci, teve imediata e aguda reação no mercado.

Os investidores desmancharam posições otimistas, temendo os desdobramentos das denúncias, e o comportamento dos pregões agravou. A Bovespa fechou em queda de 3,07%, a maior baixa desde 28 de abril. O dólar comercial avançou 0,94%, cotado a R\$ 2,45. O risco-país subiu 3,37%, para 430 pontos-base.

Mesmo assim, não houve pânico. "Os mercados mantiveram o sangue-frio", diz o economista-chefe do Banco Pátria, Luis Fernando Lopes. Os investidores vinham ignorando os vários escândalos noticiados nas últimas semanas e concentrando as análises no ambiente externo e nos fundamentos da economia brasileira. Ambos emitiam sinais otimistas. E as posições carregadas pelos bancos, investidores locais e estrangeiros refletiam esse viés positivo.

A surpresa com a reportagem da "Folha de S. Paulo" foi grande. E, no susto, as posições — "compradas" em bolsa, em juros prefixados longos e em títulos da dívida externa brasileira; e "vendidas" em dólar — foram revistas. Os investidores não sabem a dimensão que as denúncias de Jefferson podem tomar. Mas, em princípio, destacam-se os cenários mais extremos, como mudanças de política econômica ou impeachment de Lula.

Para os analistas, não adianta mudar a política econômica para desviar o foco das atenções. O caso é típico de incompetência política. E é nesse sentido que a crise tem de ser resolvida.

O economista-chefe do ABM Amro Real, Mário Mesquita, acredita que a crise não será longa, mas pode provocar períodos de volatilidade mais intensa nos mercados. O risco maior é de paralisação das votações no Congresso. Para o analista, é baixa a probabilidade de mudanças na política econômica. As consequências podem ser de mais longo prazo, sobretudo em relação às eleições de 2006.

Conforme explicou um analista que não quis se identificar, os investidores não acreditam, no momento, em um impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua sucessão pelo vice, José de Alencar. Isso seria contrário aos interesses da oposição "mais sólida" como PSDB e PMDB, pela coincidência de "bandeiras" políticas.

O que se dizia ontem era que a continuidade da política econômica poderia estar ameaçada para as próximas eleições. "O mercado teme que essas denúncias fortaleçam a posição de um candidato populista (à presidência em 2006) como o (Anthony) Garotinho (secretário de governo do Rio e presidente regional do PMDB)", afirmou esse analista.

Newton Rosa, economista-chefe da Sul América Investimentos, disse que os investidores com quem ele conversou ontem estavam "perplexos" e "desanimados". "É um filme que nós já vimos antes e, pior, você não sabe a amplitude que pode ter", avaliava o economista, explicando a reação dos investidores. Tudo isso lembra, "em um ambiente no qual a economia se desacelera" — referindo-se à divulgação, semana passada, de um crescimento de apenas 0,3% do PIB no primeiro trimestre.

Alex Agostini, economista da consultoria GRC Visão, relatou que muitos investidores estrangeiros re-

solveram abandonar parte de suas posições em ativos brasileiros. "Ninguém quer pagar pra ver" (o resultado da crise política), disse Agostini.

Porém tanto Rosa quanto Agostini não viam motivo para pânico. "Não há motivo algum para desespero", disse Newton Rosa, lembrando que os fundamentos da economia não se alteraram. "Na nossa avaliação, muita coisa ainda pode acontecer, mas não dá para fazer uma previsão apenas a partir das denúncias apresentadas", completou Agostini. Para o economista da GRC Visão, a imagem do governo ficou arranhada e uma consequência prática das denúncias poderá ser a demissão de algum membro importante do governo. "A situação ainda é de fumaça e de fogo controlado. Até o desfecho dessa história vai haver muita volatilidade no mercado", apostou Agostini.

Mercados começam a se agitar com denúncias



Sos mercados financeiros oscilaram fortemente ontem, pela primeira vez desde que surgiram denúncias de corrupção nos Correios estreladas pelo PTB, um dos aliados da base do governo. Foi uma avant-première da instabilidade que pode ganhar força, caso todas as suspeitas não sejam rapidamente apuradas. Da forma como vem evoluindo, a crise, que a princípio poderia ser circunscrita a mais um episódio vexaminoso de roubalheira do dinheiro público causada pela uma divisão fisiológica de cargos públicos, tem agora o grave potencial de machucar seriamente a credibilidade do governo.

Ancorados nos sólidos resultados da economia, os mercados vinham passando ao largo das marolas políticas, pois não contavam com a possibilidade de que eventuais desvios de indicados políticos inescrupulosos pudessem atingir com força o governo. Os prejuízos para o governo do PT adviriam mais da má escolha dos aliados e da repetição do jogo fisiológico na repartição de cargos, que o partido um dia combateu. Além disso, uma carga adicional de desgaste era esperada, pela veracidade com que o governo se lançou na empreitada de impedir a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigasse as suspeitas. A entrevista que o deputado Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, envolvido nas denúncias de corrupção, concedeu à "Folha de S. Paulo", publicada no domingo, pode ser um divisor de águas. Jefferson acusou o tesoureiro de campanha do PT, Delúbio Soares, de pagar um "jeton" mensal a parlamentares do PP e do PL, de R\$ 30 mil, em troca de apoio político, pelo menos até janeiro. Mais ainda: segundo Jefferson, ele próprio teria relatado o caso ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após o relato ao presidente, o dinheiro teria parado de fluir, segundo o presidente nacional do PTB.

É possível que as acusações de Jefferson sejam invencionices de um político em maus lençóis, que estampa em seu currículo o fato de ter sido da base de apoio do então presidente Fernando Collor, que encabeçou um dos governos mais corruptos da história republicana recente. Mas há igualmente a chance de que as versões apresentadas por Jefferson sejam verdadeiras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 20 de maio de 2005, intitulada “Ao vencedor, os problemas”.

O Governo conseguiu recusar o nome de Alexandre de Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça, mas, ao invés de comemorar uma vitória contra a oposição, criou um problema. Agindo com imaturidade, o governo quis dar o troco quando a oposição apresentou o requerimento de CPI dos Cor-

Investigações nessa direção poderiam levar a uma devassa nas contas do tesoureiro de campanha do PT, Delúbio Soares, com desdobramentos imprevisíveis. O financiamento de campanhas, já se sabe há muito tempo, é uma caixa preta e dela sempre podem sair surpresas muito desagradáveis. Jefferson jogou uma bomba em direção ao Palácio do Planalto. Na mais branda das hipóteses, caso suas denúncias sejam verdadeiras, o presidente da República teve conhecimento de uma grave irregularidade e não teria tomado nenhuma providência contra quem agira ilegalmente ao redor do poder.

Já se disse que o PT mudou de cara e de política ao assumir o poder, que aprendeu rápido o jogo fisiológico que tanto exercava e que passara a combater CPIs com o mesmo afisco e histeria com que no passado as defendia. O impacto no jogo político e na opinião pública de manobras políticas moralmente condenáveis foi claro, mas residual até agora. Tudo poderá mudar de figura se ficar comprovado que o PT, além disso, participa de esquemas de corrupção como outro partido qualquer. Administrações honestas sempre foram a bandeira e a marca registrada do partido em todas as eleições que disputou.

Há apenas uma maneira de o governo se ver livre de aliados em apuros com a lei e de suspeitas que poderão manchar fortemente sua integridade — é apoiar que todas as investigações sejam feitas rapidamente por todas as formas, seja por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, seja pelos instrumentos de que dispõem para esses fins, como a Polícia Federal e o Ministério Públíco. É óbvio que há interesses eleitorais em jogo por parte da oposição, mas eles podem ser canalizados para uma apuração séria e responsável sobre as denúncias que vieram a público até agora. O governo já está pagando um alto preço por tentar impedir uma CPI que, a esta altura, já se tornou inevitável. Ele já perdeu a presidência da Câmara por um erro político inacreditável e cometaria outra incongruência ao manobrar contra investigações no exato momento em que as ações contra a corrupção executadas pela Polícia Federal dão seus melhores frutos. O fato de os mercados terem colocado em seus radar a crise é um dos sinal mais evidentes de que o governo, pela primeira vez, ter se mostrado vulnerável. É um péssimo sinal.

reios, mas ganhou com isso apenas mais prejuízos e crises futuras.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DORA KRAMER

dorakermer@estadao.com.br

Ao vencedor, os problemas

A recusa no Senado do nome de Alexandre de Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça é, para o governo, o tipo da vitória mal cantada: não rende benefício, traz prejuízo e mantém inalterada a situação de minoria em que está o Planalto por ora no Congresso.

Ligado ao PSDB, até recentemente era secretário de Justiça do governador Geraldo Alckmin, Moraes havia sido aprovado pela Câmara. Na quarta-feira, seu nome caiu no Senado por falta de dois votos no quórum mínimo exigido para a votação.

Tudo normal, não fosse o resultado atribuído a manobra do líder do governo, senador Aloizio Mercadante, que engracou oportunidade de se vingar das constantes derrotas que o Executivo vem sofrendo no Congresso.

Também essa reação seria muito natural e de acordo com o jogo parlamentar, não estivesse o governo na iminência de ter uma empresa estatal (Correios) e um partido aliado (PTB) virados do avesso por uma comissão parlamentar de inquérito que vai investigar corrupção.

Absolutamente nos conformes poderia ser encarado o revés do senador Mercadante, caso o Planalto não estivesse atulado em crise e confusão até as orelhas.

Sem contar o fato de que cabe e interessa a governos de um modo geral aplacar e não acirrar ânimos mesmo em cenários de vantagem política – arreganhos ficam bem na oposição, que tem pouco a perder –, a este e n particular deveria interessar a serenidade, não a agressividade.

O episódio da alegada vitória só não foi gratuito porque tudo indica custará preço alto. Por nada, aliás.

Moraes foi rejeitado em função de duas ausências. Diferente teria sido se o senador Mercadante tivesse conseguido mobilizar apoios suficientes para

derrotar a oposição nos votos e invertido o quadro atual de desvantagem política e numérica.

Objetivamente, o governo conseguiu que um integrante do Conselho Nacional de Justiça, cuja criação é bandeira levantada com orgulho pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, deixasse de ser indicado. E da?

Daí criou-se um impasse jurídico sobre a nova indicação e aumentaram as pressões políticas. A

Governo deu “troco” à oposição, nada ganhou, mas contratou prejuízos e crises futuras

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro de alguns artigos, dos muitos publicados hoje, sobre as denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson de que deputados recebiam uma mesada paga pelo tesoureiro do Partido do Trabalhador, para votar de acordo com os interesses do governo Lula.

As acusações, relatadas por dezenas de matérias em todos os jornais do país, repercutiram e ficou evidente o envolvimento do governo. Os Ministros Aldo Rebelo, José Dirceu, Antonio Palocci, Ciro Gomes e Walfrido Mares Guia, entre outros membros do gover-

oposição já avisou que não vai dar um passo para ajudar a desatar o nó da composição do Conselho. Pois o governo, cujo plantel de problemas já está bastante formado, terá mais este para resolver.

O senador pode ter se sentido vingado e emocionalmente confortado (isso para não entrarmos na questão da disputa política de São Paulo onde Aloizio Mercadante pretende se candidatar ao governo), mas em matéria de serviço prestado ao Palácio do Planalto, francamente, fez as vezes de líder da oposição.

Deu prioridade aos nervos e ao fígado, agora terá de dar tratamento ao cérebro, à mão que afaga e à coluna vertebral que se dobra para ajetar a confusão acrescida ao já bastante conturbado ambiente. O líder aplicou força onde era preciso jeito.

Justiça se faça ao senador Aloizio Mercadante, não é o único nesse diapasão.

Tem a companhia do presidente da República e de muitos outros nesse partido que até outro dia ainda achava possível eleger o presidente da Câmara ignorando a opinião do colegiado e levando em conta só suas conveniências internas para acomodação de tendências.

O PT ainda tem muito o que avançar na transição de legenda da oposição para partido de governo. Deu uma lida na carniça do poder, absorveu a primeira lição sobre as regras sem ideologia da economia, mas parece que foi só

Transparéncia-Brasil

O presidente Luiz Inácio da Silva descriminaliza a prática do fisiologismo quando diz, como disse aos líderes partidários na terça-feira, que pretende negociar “abertamente” cargos federais e emendas ao Orçamento da União.

O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, já havia enveredado por esse caminho muito antes. Ano passado, a serem contestadas suas andanças por reuniões no Palácio do Planalto e suas investidas sobre finanças de estatais a eventos em benefício financeiro do partido, o tesoureiro defendia-se dizendo que fazia tudo com “transparéncia”.

Ou seja, abertamente, na maior desfaçalé.

Na pressão

Será um milagre de de fazer inveja ao Padre Eterno o governo conseguir evitar a instalação da CPI dos Correios na base da cooperação de parlamentares para rebrarrem suas assinaturas do requerimento a ser lido na semana que vem.

Não tão difícil será a recuperação da fidelidade perdida na base de apoio no Congresso.

A chance, embora exista, é uma só: o presidente Luiz Inácio da Silva dar sinais reais e substanciais de que será reeleito para mais quatro anos em 2006. Mas tal certeza só poderá se concretizar, ou voltarizar, no ano que vem.

Daqui até lá, o caminho será de solavancos um atrás do outro. Até porque a rapaziada já descobriu, literalmente, o caminho das pedras usando a inépcia do opositor.

Aguilha no palheiro

Os artifícies da CPI têm consciência de que os nomes do presidente e do relator da comissão terão de ser escolhidos com precisão cirúrgica. De preferência entre excelências muito acima de qualquer suspeita. E imunes a pressões. •

no e da bancada, sabiam. Nenhuma providência foi tomada. Nada fizeram, foram coniventes.

Cabe a apuração, torna-se irreversível a abertura de uma CPI. O governo não pode mais deixar questões tão estarcedoras sem resposta.

Para que conste dos anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que os artigos relacionados passem a integrar este pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

CÓMO FUNCIONARIA O ESQUEMA

Segundo Jefferson, a base pedia reajuste da mesada para R\$ 50 mil ou R\$ 60 mil. A suspensão do pagamento explica a insatisfação na base:

"A insatisfação está brutal porque a mesada acabou"

PTB
Segundo Jefferson, o PTB
Delúbio procurou
José Carlos Martínez para
oferecer a mesada aos deputados
do PTB, que rejeitou a oferta.
Depois, Delúbio procurou o
deputado José Múcio, sem sucesso.

PP
Segundo Jefferson, os
deputados do PP
recebiam o "mensalão". O
presidente do PTB afirma que o
deputado Pedro Henry (PP-MT)
teria pressionado petebistas a
aceitar a mesada.

BANCADA
Deputados federais: 48
Senadores: 3
PRINCIPAIS CARGOS
NO GOVERNO LULA
■ Ministério do Turismo
■ Diretorias de estatais

BANCADA
Deputados federais: 51
Senadores: 1
PRINCIPAIS CARGOS
NO GOVERNO LULA
■ Diretorias de estatais

Delúbio

Soares

Tesoureiro do PT e membro
da Executiva Nacional do partido.
Pagava R\$ 30 mil mensais à
deputados da base aliada.
Jefferson não informou de onde
vinha esse dinheiro.



O que diz o PT

Nota divulgada pelo
presidente do PT, José
Genoino, nega as
declarações do
deputado Roberto
Jefferson, pois elas não
têm o mínimo de
fundamento na
realidade"

*"Hoje eu sei que são
R\$ 3 milhões,
R\$ 1,5 milhão mensal
para o PL e [outro]
para o PP"*

Roberto Jefferson, em entrevista
à Folha

PL
Os deputados também
recebiam a mesada.
Jefferson afirma que os
deputados Valdemar Costa
Neto (PL-SP) e Bispo Rodrigues
(PL-RJ) pressionaram José Múcio
a aceitar a mesada.

Defesa: Henry disse que
nunca fez reunião com
nenhum parlamentar para
tratar desse tipo de
pagamento.

Defesa: Valdemar disse que
as denúncias têm como
objetivo "confundir a opinião
pública e chantagear o
governo". Disse que vai
interpelar judicialmente
Jefferson.

BANCADA
Deputados federais: 50
Senadores: 3
PRINCIPAIS CARGOS
NO GOVERNO LULA
■ Ministério das Transportes
■ Diretorias de estatais

INFRAERO

Em licitação de 2004, a estatal teria beneficiado
a Assuré, do amigo de Jefferson. O fato
contrariou o próprio edital licitatório, que proibia
a contratação de corretoras de seguro. A
estimativa de lucro da empresa do amigo do
deputado é de R\$ 1 milhão ao ano.

FURNAS

Mesmo com barreiras técnicas
apresentadas pela própria estatal, a
corretora do amigo de Jefferson foi
designada pela diretoria de Furnas para
operar suas ações de resseguros. O
negócio é avaliado em R\$ 2,2 milhões.

AS DENÚNCIAS CONTRA ROBERTO JEFFERSON

CORREIOS

Estopim das acusações envolvendo
Jefferson. Segundo gravação revelada
pela revista "Veja", um diretor da estatal
aparece negociando propina com
empresários. Dizia ter o respaldo do
presidente do PTB.

IRB

Também no Instituto de Resseguros do
Brasil haveria esquema envolvendo o PTB
e Jefferson. Segundo a "Veja", o deputado
edgia, por meio da corretora de seguros
Assuré, de um amigo, mesada de R\$ 400
mil do então presidente da estatal.

ELETRONUCLEAR

A subsidiária da Eletrobras enviou carta à
sua seguradora pedindo que a corretora
do dono da Assuré fosse contratada. O
genro do deputado é assessor da
Eletrobras e já foi sócio do corretor
amigo de Jefferson.

ELETRONORTE

O presidente da estatal, que também é
citado na gravação que revelou o
esquema nos Correios, seria uma das
pessoas-chave que atuavam em favor
de Jefferson, de quem é amigo e que o
indicou ao cargo na Eletrobras.

O MENSALÃO SEGUNDO ROBERTO JEFFERSON

QUEM SABIA

LULA

Avisado por Jefferson no início deste ano, na presença de Walfrido Mares Guia, Aldo Rebelo, José Dirceu e Gilberto Carvalho:
"Não é possível isso", teria dito o presidente que, segundo Jefferson, chorou

MIRO

TEIXEIRA

(na época era ministro das Comunicações)
Avisado no final de 2003. Teria dito:

"Roberto, eu

vou denunciar o 'mensalão'. Você me dá estofo?". Jefferson disse que preferia avisar Lula
Defesa: Miro afirma que só não foi a Lula porque Jefferson se recusou, é que sem o petebista ele não teria como confirmar a existência do esquema

ANTONIO

PALOCCI

(Fazenda)
Jefferson não informou a data em que revelou o esquema ao ministro.

Ele teria dito a Palocci: *"Tem isso e é uma bomba"*

Defesa: Palocci declarou, por meio de nota, que "nunca foi abordado pelo deputado Roberto Jefferson sobre procedimentos inadequados junto à base parlamentar"

WALFRIDO

MARES GUIA

(Turismo)
Avisado no início de 2004, rejeitou a proposta:
"Em hipótese

alguma. Eu não terei coragem de olhar nos olhos do presidente Lula. Nós não vamos aceitar"

Defesa: Walfrido ainda não comentou o caso

ALDO

REBELO

(líder do governo)

Avisado quando era líder do governo na Câmara e depois no ministério da Coordenação Política, na presença de Lula
Defesa: Aldo ainda não comentou o caso

JOSÉ

DIRCEU

(Casa Civil)

Avisado por Jefferson no início de 2004, teria dado um soco na mesa:
"O Delubio está errado. Isso não pode acontecer. Eu falei para não fazer"

Defesa: Dirceu não quis comentar o assunto

CIRO

GOMES

(Integração Nacional)

Informado da existência do mensalão em

junho de 2004, declarou:
"Roberto, é muito dinheiro, eu não acredito nisso"

Defesa: Ciro Gomes está em Washington e não foi localizado para falar

Acusação de petebista de que PT pagava propina a deputados atordoa o Palácio do Planalto

LAMA EMLULA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta sua maior crise política. As denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), de que deputados recebiam uma mesada paga pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para votar conforme o interesse do Planalto, tornaram irreversível a abertura de uma CPI para investigar suspeitas de corrupção. O próprio presidente Lula manifestou a ministros e dirigentes petistas o desejo de que seja investigado o pagamento do "mensalão". E o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), quer instalar em 48 horas a CPI dos Correios.

As denúncias afetaram o mercado financeiro. Petistas ficaram atônitos e a oposição fez cobranças diretamente a Lula — e não mais a ministros ou líderes no Congresso. O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), confirmaram que Jefferson comentara com Lula a existência de boatos sobre o "mensalão" e argumentaram que o presidente mandou investigar. O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), revelou que alertara Lula para o assédio a deputados tucanos para que mudassem de partido em troca de mesada. A crise provocou ontem a renúncia do presidente da Eletrobras, Roberto Salmeron, indicado para o cargo por Roberto Jefferson.

PRESIDENTE APOSTA EM CPI

UGO BRAGA E SANDRO LIMA

DA EQUPE DO CORREIO

Ao contrário do que vinha fazendo em relação às denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, em duas reuniões internas, a abertura imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a compra de votos favoráveis ao governo na Câmara dos Deputados. A acusação sobre um suposto balcão de negócios montado pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, com os partidos aliados foi feita pelo presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), em entrevista publicada ontem pela Folha de S. Paulo.

Uma tropa de bombeiros combateu durante todo o dia a posição do presidente. Nela, perfilaram o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) e o presidente nacional do PT,

José Genoino. Eles defendem uma operação-abafa ainda mais potente do que a lançada sobre a CPI dos Correios. Acham que, ao fazer isso, o governo pagará um preço, mas que em dois meses a opinião pública terá esquecido e o jogo político recomeçará.

Essa posição anti-CPI aparece na nota oficial divulgada pelo PT logo pela manhã. Ela foi arquitetada numa reunião feita na sede do partido, em São Paulo, ao primeiro raio de sol do dia. Às 6h30, Genoino e João Paulo já faziam as primeiras avaliações e davam instruções para a redação da nota, que foi feita na sede de Brasília do partido.

A dupla e mais Mercadante trocavam opiniões pelo telefone com o presidente Lula, que estava em São Bernardo do Campo. Ao presidente, os três analisaram o cenário e sugeriram a estratégia de desqualificar as acusações e enterrar no nascêndouro qualquer idéia de CPI. Ficaram surpresos quando Lula expressou o que pensava.

O presidente deu três motivos para defender a CPI. Pensa que com ela vai se livrar de uma penca de aliados fisiológicos; acha que vai conseguir restaurar o PT e, sobretudo, acredita que a investigação tende a enfraquecer o Congresso, dando uma mais forte na caneta presidencial. Experimentados no varejo político da Câmara, os três bombeiros consideraram a análise equivocada e a estratégia suicida. E se piseram a tentar modificá-la.

A REPÚBLICA DO MENSALÃO

Ministro Alckmin confirma: Lula soube da denúncia sobre propina em março

Presidente avalia que nova CPI "pegaria" partidos, mas não chegaria ao Planalto

Quem é Delúbio Soares, o tesoureiro do PT acusado de subornar parlamentares

Denúncias do presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), reavivaram a crise política que ameaça paralisar o governo. Em matéria publicada ontem, o deputado acusou o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de pagar mensalão de R\$ 30 mil para que parlamentares do PP e PFL poussem o Planalto no Congresso. Ele disse que levou o caso ao conhecimento de Lula e de seu ministro. Desde então, o pagamento do mensalão viria tudo suspenso. E isso se não causa riscos a outras denúncias que o

governo passou a sofrer no Congresso. Até confirmar a denúncia acusada em março. Mas ressalta que as denúncias foram genéricas. A oposição quer que seja Jefferson e todos os ministros e deputados caídos por ele. E considera que o abertura da CPI para apurar as denúncias é inviável. No mercado financeiro, o dia foi marcado por risco para quem investe no Brasil aumentou, a bolsa despenhou 3,07% e o dólar, que chegou a subir mais de 2%, fechou em alto de 0,94%.

À tarde, já todos em Brasília, o gabinete da Presidência convocou o líder na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Àquela altura, Chinaglia ainda não conhecia a opinião de todos os partidos aliados. Sabia da posição do PP e do PL, que haviam divulgado nota oficial, e do PSB. Todos favoráveis à investigação, mas pela Corregedoria da Câmara, não por uma CPI.

Aldo e Chinaglia saíram da reunião da tarde no Planalto com a missão espinhosa de defender a posição pró-CPI, preferida por seu chefe, mas já atenuada pela insistência dos bombeiros. A defesa deveria ser feita de forma que não a tornasse irreversível.

De volta à Câmara, Chinaglia tratava de completar a delicada operação. Avisava ter convocado uma reunião com os líderes dos partidos aliados do governo e que a decisão final cabia a eles. "A posição do presidente é a de que o governo está aberto à CPI, desde que os deputados queiram." Os líderes foram chamados a Brasília, mas não conse-

guiram chegar a tempo. A reunião ficou para hoje.

"Nada a ver"

O vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, defendeu uma "firme investigação" das denúncias feitas pelo presidente do PTB. "Se ele (Jefferson) falou, deve ser investigado rigorosamente", afirmou Alencar, que é do PL, um dos partidos citados por Jefferson como tendo recebido "mesada" do PT para votar a favor do governo.

Ao ser questionado sobre se as denúncias abalam o governo Lula, Alencar respondeu que "o presidente Lula, na minha opinião e na dos brasileiros que o conhecem, tem um histórico de sensibilidade social e um comportamento absolutamente correto. Não acredito que possa afetar o presidente porque ele não tem nada a ver com isso", afirmou.

"Se esse cidadão traz uma informação dessa natureza, obviamente tem que ser investigada", ressaltou. Alencar disse que nunca tinha ouvido falar em "mesada" a partidos políticos e que, se soubesse, seria "óbvio e ululante" que teria tomado providências. "Isso não pode (acontecer)".

Para Alencar, se alguém recebeu a "mesada", a única forma de descobrir isso é investigando, "porque se alguém recebeu é claro que vai dizer que não". "Por isso tem que investigar", disse.

JOSÉ CRUZ

DA EQUIPE DO CORREIO

Longe da Seleção Brasileira que disputa as Eliminatórias à Copa do Mundo de 2006, o craque Ronaldo esteve ontem perto da crise política que se agravou no governo federal. Recebido no Palácio do Planalto pelo presidente Lula, Ronaldo se colocou à disposição para divulgar os projetos sociais do governo nas áreas da educação e do esporte. No encontro reservado com Lula, Ronaldo ajudou a amenizar o ambiente tenso do poder. Lula, um apaixonado por futebol, brincou ao recepcionar o ídolo: "Você até está mais gordo do que eu..." Os dois riram à vontade. Em seguida, Ronaldinho presenteou Lula com a camisa que usa da Seleção Brasileira, o de número 9.

O presidente disse que na recente visita que fez à Coreia do Sul o governo daquele país candidatou-se a receber um jogo da Seleção Brasileira.

Lula acredita que a oportunidade é para um amistoso entre as seleções da Coréia do Norte e a do Sul, reunindo pelo esporte dois países separados geográfica e politicamente desde a guerra de 1953. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deverá fazer as primeiras negociações nesse sentido, e poderá ter Ronaldo como parceiro, na tentativa de convencer os coreanos a formarem seleção única.

No encontro de Ronaldo com o ministro da Educação, Tarsó Genro, o ambiente também estava descontraído. Tarsó brincou com o auditório, em torno de 120 pessoas: "Eu sei que vocês vieram aqui para me ver..."

Ministro admite que Lula ouviu acusações do presidente do PTB sobre o "mensalão"

PLANALTO SABIA DA DENÚNCIA

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

Oministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, confirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado pelo deputado federal Roberto Jefferson (RJ), presidente do PTB, da existência de pagamento do "mensalão" de R\$ 30 mil a parlamentares do PP e do PL para que apoiassem o governo. Escalado para responder ontem às acusações que Jefferson tornou públicas, Aldo alegou que o presidente mandou investigar a denúncia.

Em tumultuada e curta entrevista, que durou apenas dez minutos, as declarações de Aldo deixaram clara a estratégia governista: jogar sobre o PT a responsabilidade por eventuais irregularidades. "Não há nenhuma acusação que relate o governo ao pagamento a parlamentares. A denúncia refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu qualquer tipo de acusação", afirmou o ministro. Aldo não quis responder às perguntas dos jornalistas sobre quais atitudes o governo tomaria em relação às denúncias e se o PT e o tesoureiro do partido, Delúbio Soares, acusado de ser o responsável pela distribuição da mesada, serão investigados.

Segundo o relato apresentado ontem pelo ministro Aldo Rebelo, durante uma reunião de Lula com o PTB Jefferson relatou o esquema ao presidente da República, que posteriormente mandou averiguar. "Em uma reunião (no Palácio do Planalto) com Roberto Jefferson; o líder do partido (PTB) na Câmara, José Múcio (PE); o ministro do Turismo, Walfrido Mares Ciuia; e o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), quando se discutia a relação entre o governo e o PTB, de passagem, durante esta conversa, o deputado Roberto Jefferson fez referência ao pagamento a parlamentares na Câmara", confirmou Aldo. De acordo com o ministro Aldo Rebelo, encerrada a reunião "o presidente (Lula) solicitou a mim e ao líder Arlindo Chinaglia informações sobre o comentário do deputado Roberto Jefferson". Segundo Aldo, o presidente Lula pediu explicações e foi informado que a Câmara já havia investigado o episódio no ano passado, durante a gestão de João Paulo Cunha, e arquivado a denúncia por falta de provas.

No dia 25 de setembro do ano passado, o então presidente da Câmara, João Paulo Cunha

(PT-SP), determinou a abertura de um processo na Corregedoria-Geral e na Procuradoria da Câmara para apurar as denúncias, motivado por uma matéria publicada no Jornal do Brasil.

Aldo disse que nenhum parlamentar da base governista lhe relatou a existência do esquema do "mensalão". O ministro disse ainda que na ocasião da conversa não se fez nenhuma pergunta mais detalhada a Jefferson porque se entendia que o deputado "teria o espaço para fazer as suas denúncias na Câmara dos Deputados". Aldo disse que a reunião de março teve como objetivo discutir a relação entre governo e PTB e, assim que foram tomadas providências de pedir que a Câmara abrisse a investigação, manteve o presidente Lula informado.

Consta na agenda oficial do presidente Lula que este encontro com o PTB ocorreu às 4h30 do dia 23 de março. Na versão de Aldo Rebelo, diferente da divulgada por Roberto Jefferson, Lula não chorou ao saber das denúncias no encontro com o PTB.

Ontem à tarde, em nota oficial, o ministro Antônio Palocci Filho (*Fazenda*) negou que tivesse ouvido do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), a denúncia de que o PT pagava uma mesada a deputados de partidos aliados. "O ministro Antônio Palocci Filho nunca foi abordado pelo deputado Roberto Jefferson sobre procedimentos inadequados junto à base parlamentar", afirmou a assessoria de imprensa da Fazenda.

Partidos de oposição querem ouvir explicações de todos os citados por Roberto Jefferson

MINISTROS DEVERÃO DEPOR

DA REDAÇÃO

Aoposição apresentou no Senado mais de 30 requerimentos para depoimentos de pessoas citadas na entrevista do presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ). Entre os envolvidos estão os ministros da Casa Civil, José Dirceu, da Fazenda, Antonio Palocci, do Turismo, Walfrido Mares Guia, da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e da Integração Nacional, Ciro Gomes. Entre os relacionados, encontram-se também 11 deputados federais e outras 14 outras autoridades.

Os convites para depor partiram do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). O parlamentar incluiu na lista 12 deputados, entre eles os líderes e presidentes do PTB, Roberto Jefferson, do PP, Pedro Corrêa, do PL, Valdemar Costa Neto, e do PT, José Genoino, o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, e o do líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Antes de Virgílio, o vice-líder do PFL no Senado, José Jorge (PE), havia apresentado requerimento para Roberto Jefferson comparecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para Virgílio e José Jorge, a CPI dos Correios ficou "pequena" para a gravidade das denúncias. O líder tucano pediu uma atitude dura do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Virgílio quer do governo uma explicação que não deixe dúvidas de que nenhum crime foi cometido. "Quem tomou conhecimento e não denunciou, prevaricou. Isso vale para o presidente Lula e para todos os demais membros do governo. Se o presidente Lula sabia e não fez nada é prevaricação, é crime de responsabilidade", afirmou.

O tucano afirma não acreditar em risco institucional e afirmou que ainda é cedo para se falar em impeachment do presidente Lula. "Ainda não é o caso de impeachment. Espero sinceramente que não seja nunca. O Brasil não pode viver essa experiência sempre. Da outra vez se provou a vitalidade das instituições, mas isso não pode virar arroz-de-festa. Além do mais, é mais fácil o presidente se livrar dos indesejáveis dele que o Brasil se livrar dele", afirmou.

Reflexão

O líder do PSDB cobrou uma reflexão do presidente Lula. Na opinião de Virgílio, está na hora de o presidente apurar os fatos e se livrar de todos aqueles que agiram mal, sob pena de não conseguir levar seu mandato até o fim. "Não se trata de

golpismo, mas o governo precisa fazer uma faxina moral", cobrou Virgílio.

José Jorge, por enquanto, pretende convidar apenas o deputado Roberto Jefferson para confirmar as denúncias feitas, só que na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. "Se o deputado confirmar as denúncias, aí partiremos para ouvir os demais envolvidos", afirmou o pefelesta.

Na opinião do deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), as declarações feitas no fim de semana não melhoraram a situação do presidente do PTB, envolvido em denúncias de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). "O que ameniza um caso de acusação de ilícito é a absolvição. O que nós e a sociedade brasileira queremos saber é se os envolvidos nos escândalos são inocentes ou culpados", disse.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (PTB-RN), recusa-se a permanecer no PTB com a legenda sob o comando de Roberto Jefferson. Foi o que o próprio senador comunicou no fim da tarde de ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Segundo um interlocutor de Renan, Bezerra estava revoltado com Jefferson e já havia começado a articular a mudança de partido.

O líder do governo não é voz solitária contra Jefferson no PTB. Desde que estourou o escândalo de corrupção envolvendo o presidente da legenda na cobrança de uma "mesada" de R\$ 400 mil do ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) Lídio Duarte, cresce no partido um movimento para forçá-lo a renunciar à presidência. Com as novas denúncias sobre o "mensalão" pago a deputados do PP e PL, as resistências a ele cresceram muito.

Prefeito José Serra diz que a oposição não deve apostar no "quanto pior, melhor"

Tucanos pedem moderação e evitam citar impeachment

DA REPORTAGEM LOCAL

Numa estratégia traçada na noite de domingo — quando já circulavam rumores sobre o teor da entrevista de Roberto Jefferson à Folha — e após a divulgação do conteúdo na internet, o comando do PSDB recomendou moderação na reação às denúncias. Dita em telefonemas que incluíram o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a ordem é sugerir investigação, inclusive a CPI, mas sem alimentar o argumento do governo de que a crise é produto da antecipação das eleições.

Os tucanos, disse um deles, não querem ser “bodes expiatórios” da crise, nem acusados de golpe. A avaliação é que, com os tremores na própria base aliada, a oposição nem precisa ser incendiária. Ontem, o prefeito de São Paulo, José Serra, e o governador do Estado, Geraldo Alckmin, seguiram a orientação.

Serra disse que a oposição deve se comportar com muita responsabilidade e não se deixar “dominar pela paixão e muito menos pela ideia do quanto pior, melhor”. Ele conta que leu a notícia à noite na internet e ficou tão preocupado que teve dificuldade para dormir: “Fiquei muito preocupado pela instabilidade que isso pode trazer para o Brasil”.

Embora tenha afirmado que “todos nós aguardamos as palavras do presidente Lula, que certamente vai dar as devidas explicações”, Alckmin evitou atacar o presidente diretamente. “Nós não vamos colaborar para criar um ambiente ainda mais tenso do que estamos vivendo”, disse.

Até o inflamado líder do PSDB no Senado, Artur Virgílio (AM), disse que esse não é um caso de impeachment. E o secretário-geral do partido, Bismarck Maia (CE), afirmou que “a determinação é acompanhar com cuidado, exigir investigação, mas sem piro-tecnia”.

Alckmin voltou a defender a CPI dos Correios. Mas ressaltou que “tudo isso deve ser apurado com serenidade, com isenção na busca da verdade”. Questionado sobre o fortalecimento de seu nome para sucessão presidencial, Alckmin — que em pesquisa Datafolha aparece disputando um eventual segundo turno com Lula —, disse que “não tem nenhuma relação com candidatura. Eleição é no ano que vem.”

As declarações foram dadas na manhã de ontem em São Paulo, durante evento no Celex (Centro de Logística da Exportação). Alckmin esteve acompanhado por Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que, no entanto, não fez comentários sobre o pagamento dos “mensalões”, afirmando que esteve fora do país nas últimas semanas e que só hoje, em Brasília, se informaria sobre a situação.

Já Serra sugeriu que o governo permita o curso das investigações. “É espantoso, mas possível é. Eu estive 16 anos no Congresso e nunca vi nada parecido”, disse, a respeito do suposto esquema de mesadas a parlamentares.

O prefeito comentou o assunto durante a assinatura de um convênio com o Rotary Club de São Paulo no prédio da prefeitura. Segundo Serra, a denúncia deve ser investigada “de maneira correta, completa e até o fundo das coisas”. Para o prefeito, o caso não chega a comprometer a governabilidade, mas “certamente não faz bem à imagem do governo”.

Em pesquisa Datafolha sobre sucessão presidencial divulgada no domingo, Serra aparece com 26% contra 36% do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos. A pesquisa Datafolha foi realizada em todo o país nos dias 31 de maio e 1º de junho.

ral Geddel Vieira Lima (PMDB) disse que o governo perdeu o controle da crise política. “As denúncias publicadas pela Folha são muito graves, gravíssimas, e envolvem prevaricação por parte do governo”. De acordo com o parlamentar, “o que não podemos aceitar é, sob o risco de manter a governabilidade, a gente observar o governo jogar toda a podridão embalado do tapete”.

“Na entrevista à Folha, o deputado Roberto Jefferson disse que o presidente Lula tinha conhecimento do caso. E sabemos que ele não fez nada. E agora, o que temos de fazer? Não existe outra alternativa, a não ser uma investigação imediata, a não ser uma CPI. Não podemos mais perder tempo com tanta lama”, disse. (CATIA SEBRA, LUIZA BRITO E VICTOR RAMOS)

Colaborou a Agência Folha, em Salvador

PSDB paulista chama governo de ‘Cosa Nostra’

DA REPORTAGEM LOCAL

Nota divulgada pela Executiva estadual de São Paulo destoa ontem da prudência do PSDB nacional. Sob o título “PT transforma governo Lula em Cosa Nostra”, o documento diz que o “PSDB de São Paulo continua estarrado com a onda de graves denúncias de corrupção envolvendo o governo Lula, atingindo seus quadros próximos e de confiança”.

“Receamos que o governo Lula esteja querendo transformar a República, ‘República’ (coisa pública) em ‘Cosa Nostra’ (coisa nossa).” A nota afirma ainda que as denúncias “têm origem entre os seus próprios aliados, que já sepultaram discursos sobre modelos históricos de ética e moral”.

PMDB

Em Salvador, o deputado fede-

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar o artigo do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 31 de maio de 2005, intitulado “Revelou-se?”

No artigo, ele comenta a entrevista que Frei Betto concedeu ao mesmo jornal, enumerando as críticas, em sua avaliação, ao governo Lula: “O PT continuará a ser vítima de seus equívocos enquanto não se adequar, no poder, ao discurso que fazia na oposição. Contar entre seus coligados com o PP e o PTB é favorecer o pragmatismo em detrimento dos princípios. Isso tem preço”.

Já para o colunista, frei Betto “Será acusado pelos petistas hidrófobos de fazer parte da conspiração da elite para desestabilizar o governo Lula”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Revelou-se?

SÃO PAULO - Fico imaginando o que frei Betto estava querendo dizer quando escreveu (para a Folha de ontem) que “as pessoas não mudam quando chegam ao poder. Elas se revelam”.

Será que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está entre os que “se revelaram”? Deve estar, porque frei Betto não faz exceções na sua frase e ainda acrescenta os seguintes comentários sobre o governo de seu amigo e de seu partido:

1 - Critica “um executivo que excluiu do alicerce de sua governabilidade os movimentos sociais, dos quais deveria ser a expressão política, e optou por ampliar a base aliada no Congresso sem indagar dos partidos coligados se há entre eles um projeto comum para o Brasil”.

2 - “A Fazenda corta dos ministérios — vide o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a reforma agrária —, mas jamais do Legislativo”.

3 - “O PT continuará a ser vítima de seus equívocos enquanto não se

adequar, no poder, ao discurso que fazia na oposição. Contar entre seus coligados com o PP e o PTB é favorecer o pragmatismo em detrimento dos princípios. Isso tem preço”.

Nada que seja especialmente novo para quem tem olhos de ver. Mas, vindo de quem continua sendo leal amigo do presidente da República, é todo um manifesto, ainda que escrito em linguagem cautelosa.

Escrever que coligar-se com PP e PTB é apenas “favorecer o pragmatismo” é coisa de amigo, não é?

Pobre frei Betto. Agora será acusado pelos petistas hidrófobos de fazer parte da conspiração da elite para desestabilizar o governo Lula, conforme a esdrúxula teoria petista.

Ou de participar da montagem de um esquema para eleger alguém do PSDB/PFL em 2006, como dizem os hidrófobos de todos aqueles que mostram que o PT rifiou princípios.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB –AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Brasil, entre tantos problemas, há um que mereceria um pouco mais de atenção. É a questão dos transplantes de fígado, um problema realmente muito grave na área da saúde.

O que ocorre é que os transplantes de fígado obedecem a uma fila cronológica, em princípio válido. O paciente que precisa de um transplante de fígado entra na fila e fica no aguardo da vez. Em muitos casos, a vez chega tardivamente.

Em razão desses aspectos, a Câmara Técnica de Fígado criou novas regras em março último, estabelecendo que em caso de comprovada gravidez, o paciente passaria à frente.

Essas normas deveriam ter entrado em vigor em 15 de maio, mas, até hoje, a decisão desta engavetada no gabinete do Ministro da Saúde, Humberto Costa. E ali permanece.

Isso faz lembrar a frase que, em Minas, foi atribuída ao escritor Otto Lara Resende: *o mineiro não é solidário nem no câncer*. Otto passou a vida desmentindo ser o autor da frase. E morreu sem conseguir desfazer o equívoco.

No caso presente, o mínimo que se pode dizer dessa omissão do Ministro da Saúde é que ele *não é solidário nem com os dos transplantes de fígado*. Nem precisa ser o autor da frase. Até quando vai durar esse pouco caso do Ministro?

Lembrei-me desse assunto ao receber um desse assunto ao receber um e-mail da Sra Maria Inês G. Assumpção, de algum lugar Brasil adentro.

Ela narrou o fato e o drama dos pacientes que não podem esperar na fila. E indaga, aflita: “Para que a novas normas entrem em vigor é preciso o aval do Ministro. E cadê? Tem muita gente morrendo por causa dessa omissão” – diz D. Inês.

Morrendo, completo, porque o Ministro da Saúde não é solidário com os pacientes que precisam de transplante de fígado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 14, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhetos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica*.

Relator revisor:

Prazo final: 1-8-2005.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação adiada, em virtude de requerimento

aprovado em 23-2-2005)

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no artigo 60*

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26-4-2005)

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa*.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renomeia e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.*

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 11 minutos.)

OS Nº 13870/05

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SÉSÃO DO DIA 17 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, quero inicialmente, somar-me a essa manifestação.

A força dessa manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra está exatamente na organização, no caráter massivo, na longa marcha a que procederam atravessando vários Estados da Federação. Mostraram-nos a força de um movimento pela reforma agrária, em defesa da agricultura familiar e de uma plataforma de reivindicações que está sendo apresentada.

É verdade que estamos aquém da expectativa do movimento e da população do campo quanto à reforma agrária. Também é verdade que no primeiro ano assentamos trinta e uma mil famílias e foram desapropriados apenas quatro ou cinco milhões de hectares. Mas no segundo ano de Governo, o número de assentados subiu para mais de oitenta e três mil famílias e foram desapropriados mais de 9 milhões de hectares.

O concurso para técnico do Incra permitiu reaparelhar a instituição que, basicamente, não possuía capacidade operacional para dar prosseguimento à meta ambiciosa da reforma agrária, que é compatível com um País que ainda possui muita terra ociosa e uma capacidade de produção agrícola absolutamente espetacular. Por isso, quero me somar a todos aqueles que reconhecem as justas reivindicações apresentadas por meio de uma manifestação organizada, legítima, forte, relevante, que seguramente só ajuda a impulsivar a luta pela reforma agrária e pelo apoio à agricultura familiar. Portanto, parabenizo todos aqueles que procederam a essa marcha, bem como o Congresso Nacional por acolher essas reivindicações, que, tenho certeza, serão analisadas com muito carinho pelo Governo Lula, na busca de atender à expectativa de todos aqueles que lutam por essa justa e histórica reivindicação, que é modificar a estrutura fundiária, altamente concentrada e perversa, que nós ainda temos em nossa sociedade.

Queria, igualmente, Sr. Presidente, tratar de outros assuntos que foram expressos desta tribuna. Vi as Lideranças da Oposição cobrando providências, o que é absolutamente legítimo e indispensável à função do Legislativo e da Oposição. Só não posso compartilhar de colocações, segundo as quais, em relação a episódios anteriores, o Governo não adotou as providências

necessárias por meio dos instrumentos de fiscalização e controle da sociedade.

Vamos ao caso Waldomiro Diniz, que foi aqui manifestado hoje. Assim que foi publicada a denúncia, que dizia respeito a um episódio anterior ao Governo Lula e que havia ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, antes, repito, da posse desse Governo, imediatamente o Sr. Waldomiro Diniz foi afastado da sua função. Não apenas foi exonerado, como foi aberta sindicância por parte da Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República. A Advocacia-Geral da União entrou imediatamente com um processo contra o Sr. Waldomiro Diniz por atos de improbidade administrativa. Ao mesmo tempo, o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal, instaurou um processo de investigação para apurar todas as denúncias que diziam respeito à trajetória desse funcionário na administração pública do Estado do Rio de Janeiro e na de nível federal.

Foram criadas, ao contrário do que se diz, duas CPIs: uma na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e uma na de Goiás. A CPI da Loterj, no Rio de Janeiro, apresentou seu relatório em 26 de outubro, no qual, em conclusão, pede o indiciamento e a prisão preventiva do Sr. Waldomiro Diniz e do Sr. Carlos Cachoeira, enquadrando ambos em dez crimes praticados naquele processo de corrupção.

Esse relatório foi entregue ao Ministério Pùblico estadual, que, no dia 13 de janeiro deste ano, desencadeou vinte ações cíveis públicas por improbidade administrativa contra três ex-presidentes da Loterj, inclusive o Sr. Waldomiro Diniz; contra 47 pessoas envolvidas no processo de corrupção; e contra 43 bingos que foram arrolados nessas ações por improbidade administrativa. Vinte ações civis públicas foram encaminhadas à Justiça do Rio de Janeiro.

O Procurador-Geral da República também abriu sindicância para apurar o comportamento dos Sub-procuradores José Roberto Santoro, Marcelo Serra Azul e Mário Lúcio Avelar naquele episódio aqui na Procuradoria-Geral da República, absolutamente incompatível com o desempenho da função dos procuradores, desrespeitando os princípios do promotor natural, extrapolando as responsabilidades do Ministério Pùblico. A Caixa Econômica Federal encaminhou um processo licitatório, acabando com o monopólio da GTech, que era a origem dessa denúncia, herdada do Governo anterior. Foi suspenso o processo de contrato com a GTech e aberta uma sindicância para substituir os fornecedores.

Portanto, a única decisão que precisa agora ser tomada – e o Ministério Pùblico Federal também solicitou novas investigações pela Polícia Federal para

concluir o processo –, a única coisa que aguardamos agora são os procedimentos por parte da Justiça, culminando com a punição exemplar do Sr. Waldomiro Diniz e de todos os demais envolvidos nesse episódio.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – É de fundamental importância, além do detalhamento que V. Exª apresenta, no caso específico Waldomiro Diniz, que é recorrente neste plenário – é sempre Waldomiro, Waldomiro, Waldomiro, Waldomiro –, deixar registradas todas as ações tomadas em prol do combate à corrupção que este Governo vem desenvolvendo ao longo desses quase dois anos e cinco meses. Nunca a Polícia Federal desenvolveu ações tão irrepreensíveis no combate à corrupção, inclusive com a prisão de todo tipo de agente público, seja quem for – agentes do aparelho do Estado, de todos os Poderes, com políticos sendo investigados e até presos em flagrante –, numa demonstração clara de que aquilo que se diz – “este Governo não rouba nem deixa roubar” – se dá na prática, por intermédio dos aparelhos do Estado, comandados pelo Governo. Além das ações da Polícia Federal, também é o exemplar o trabalho desenvolvido pela Controladoria-Geral da União, com os sorteios mensais das prefeituras, nas quais, após minuciosas auditorias, foram descobertas as mais diversas fraudes, falcatrusas e desvios de finalidade. Assim, não consigo entender como tentam transformar determinadas situações em crise institucional, quando nós temos tido, ao longo desses mais de dois anos, ações concretas e efetivas de combate à corrupção exemplarmente executadas pelos órgãos de Governo. Então, eu queria apenas trabalhar um pouco mais na lógica do que vem sendo feito no geral, além daquelas explicações que V. Exª está detalhando no caso recorrente do Waldomiro Diniz. E, no caso atual dos Correios, não será diferente, pois já foram afastados os envolvidos, foram instaurados os inquéritos e abertos os processos. Está aí o Ministério Público para acompanhar. O Deputado Roberto Jefferson vai fazer um pronunciamento na Câmara – não sei até se já não o fez –, trazendo esclarecimentos. Portanto, é nessa lógica que nós devemos trabalhar e não na lógica daqueles que estão sonhando com uma crise institucional, quem sabe para, nesse devaneio, terem a perspectiva de voltar ao Poder de onde saíram.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu queria concluir, Sr. Presidente, primeiro, reforçando que a Polícia Federal tem, de fato, se havido como uma polícia de Estado, uma polícia republicana de grande competência, com métodos científicos de investigação, com muita agilidade, com total independência, demonstrando muita eficiência no combate à

corrupção, ao narcotráfico, ao contrabando, ao crime organizado. Mais de seiscentas pessoas foram presas nas operações Anaconda, Vampiro, Zaqueu, Gafanhoto e em tantas outras. Houve afastamento de governadores de Estado, de administradores públicos, de policiais federais, de fiscais da Previdência e de outros órgãos, mostrando que esse trabalho permanente de luta pela ética, pela transparência na gestão do setor público é uma grande contribuição que este Governo tem dado para a construção de um Estado que possa ser controlado pela sociedade, com transparência e controle na gestão da coisa pública. E essas instituições, eu diria, têm contribuído de forma decisiva para isso, especialmente o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal.

Esse processo de trabalho, de luta, de combate à corrupção tem que estar permanentemente atento para evitar qualquer tipo de tolerância em relação a esse tipo de prática recorrente que nós temos, infelizmente, em nossa sociedade.

No episódio recente, em que tivemos um gerente de terceiro escalão dos Correios, um funcionário com 28 anos de carreira, recebendo uma propina de R\$3 mil, vendendo, portanto, o interesse público – um fato lamentável que agride todo cidadão desta República –, a providência foi imediata: não só o indivíduo foi exonerado, como o diretor foi afastado e foi instaurado inquérito. A Polícia Federal já entrou no circuito para investigar a fundo esse episódio, a fim de verificar todo e qualquer tipo de envolvimento nesse ilícito. Tudo tem que ser investigado, todas as figuras que foram mencionadas por esse sujeito, que, em princípio, pelo que vi naquela fita, não merece crédito. E, por isso mesmo, as providências estão sendo tomadas. O Procurador-Geral da República disse que aguardará o inquérito da Polícia Federal para ver as novas iniciativas que deverão ser tomadas. E creio que foi uma manifestação de equilíbrio e de competência.

A mesma recomendação faço a esta Casa: vamos aguardar o desempenho da Polícia Federal nesse episódio, e os esclarecimentos que, tenho certeza, serão prestados por algumas pessoas – particularmente o Deputado Roberto Jefferson, que já o faz, neste momento, da tribuna da Câmara dos Deputados – para verificarmos outras providências que venham a ser necessárias.

Sr. Presidente, para concluir, chamo a atenção para a ligeireza com que a Oposição trata de alguns assuntos. Fala dos problemas das estatais. Hoje, as manchetes dos jornais dizem que a Petrobrás está alcançando a auto-suficiência na produção de petróleo. O que está nos jornais é que as plataformas e os navios – que eram todos importados e com índice de

nacionalização de 14% –, hoje, têm um índice de nacionalização de 75%; que o Banco do Brasil bate recorde em rentabilidade no setor, mostrando a eficiência, a competência da gestão; paralelamente, o Banco do Brasil, junto com a Caixa Econômica Federal, está abrindo contas à população de baixa renda – quatro milhões e seiscentos mil brasileiros que não tinham acesso à conta bancária –, além de permitir o crédito consignado em folha para aposentados e assalariados, alavancando o crédito, reduzindo o **spread** e, por conseguinte, permitindo o crescimento econômico.

Portanto, aquelas estatais que não foram vendidas pelo Governo anterior – porque 76% das empresas foram privatizadas, liquidadas do patrimônio público – as que sobreviveram, as que resistiram são indispensáveis à construção de um projeto, como é o Banco do Brasil, o financiamento público e a Petrobrás. Estamos vendendo neste início de século uma guerra pela disputa do petróleo entre nações poderosas, como a Europa – o Velho Continente – e os Estados Unidos, que praticamente não têm essa reserva estratégica. O Brasil tem e está se transformando em um País auto-suficiente. Não temos mais problemas com o impacto do preço de petróleo em nossa balança de pagamentos, pela eficiência, pelos investimentos, pelo desenvolvimento e pelo impulso ao crescimento.

Por tudo isso, espero podermos fazer uma discussão séria sobre a necessidade da fiscalização, do controle, da transparência, mas, na proporção dos fatos, sem as generalizações apressadas, sem o julgamento prévio...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ...e respeitando, portanto, toda a eficiência do trabalho de combate à corrupção que temos hoje em nossa sociedade.

A Polícia Federal tem apenas sete mil homens e tem dado um exemplo de eficiência, de competência, de isenção, de profundidade e, portanto, de credibilidade nesse combate. O mesmo ocorre com o Ministério Público. Vi hoje fatos e ouvi elogios à Procuradoria-Geral da República. E faço aqui também os meus elogios ao desempenho do Procurador-Geral da República, pelo trabalho que o Ministério Público vem fazendo junto ao Tribunal de Contas da União e todas as outras instituições de fiscalização e controle do Estado brasileiro. Por isso, acredito na eficiência dessa investigação. E temos de aguardar esses passos que estão sendo dados, para verificar a necessidade de novas iniciativas por parte do Poder Legislativo.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SÉSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, queria, inicialmente, retomar a intervenção do Senador Tião Viana. Não me parece que seja essa a única incorreção da matéria publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, com o perdão da interrupção, eu queria designar os Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma e Luiz Otávio para coordenarem o processo de votação da escolha de três nomes oriundos do Ministério Público Estadual.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O jornal expressa a manchete “Empresa de amigo de Lula é citada em vídeo” e diz que a empresa Novadata é mencionada por ter firmado um termo aditivo de contrato da ordem de R\$5,5 milhões referentes à compra de equipamentos de informática. Em seguida, a manchete diz assim: “Reajuste de contrato com Correios rendeu à empresa R\$5,5 milhões”. Menciona ainda: “Empresa de amigo de Lula faturou R\$273 milhões desde o início do mandato”.

Quando lemos a matéria, vemos que as manchetes não são propriamente a expressão do seu conteúdo, porque a matéria diz que o contrato fundamental foi feito em junho de 2002. Portanto, três meses antes das eleições, o Governo anterior assina um contrato de US\$98 milhões para a compra de equipamentos a um dólar de R\$2,60. Com a desvalorização do Real, um ano depois, chegando a quase R\$4,00 o dólar, houve o pagamento de uma parte do prejuízo que a empresa teria tido pela desvalorização cambial, que alterou o equilíbrio contratual. A perda seria estimada em R\$11 milhões, e houve uma repactuação de R\$5,5 milhões. Portanto, o contrato é anterior ao Governo Lula.

A matéria também diz que essa empresa, a Novadata, foi o maior fornecedor do Governo Fernando Henrique Cardoso. E, embaixo, diz que faturou R\$273 milhões, mas diz que 95 milhões são fruto de três pregões eletrônicos, que é a forma mais transparente, mais competitiva e mais eficiente de licitação de qualquer coisa relacionada ao Poder Público. E não apenas isso. A matéria diz assim:

Os negócios com a administração direta registraram um aumento no segundo ano do mandato de Lula, mas ainda assim ficaram aquém do volume de negócios fechados pela

Novadata no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Ou seja, o Governo anterior foi quem contratou; o Governo anterior contratou muito mais do que o novo Governo; o Governo anterior fez um contrato três meses antes das eleições; no entanto, as manchetes tentam fazer uma associação indevida. Eu realmente estranho esse tipo de manifestação, que não ajuda a informação, não ajuda na discussão e não ajuda no papel de fiscalização da imprensa, sobretudo quando, associado a isso, sequer houve compra de material por parte do Governo do Acre, como atesta a matéria.

Mas eu queria aproveitar o pouco tempo que tenho para dialogar com algumas intervenções que estão sendo feitas aqui e que me preocupam. Eu assisti, em primeiro lugar, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso dizer que há risco de uma crise institucional. Agora, assisti ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com sua experiência e sua vivência, lembrar do episódio da deposição de Getúlio Vargas e *en passant* falar de *impeachment* e dizer que ele se daria na urna.

Há umas três semanas ou um pouco mais, no dia 14 de abril, portanto, há um mês, o Senador Antonio Carlos Magalhães termina seu pronunciamento dizendo o seguinte: "Ou ganha autoridade moral, ou este Governo, que já se julga reeleito e até perpetuado no poder, irá se decepcionar. Será apeado do poder pelo voto". Considero absolutamente democrático que a Oposição manifeste sua tendência, seus desejos; mas do que uma tendência, um desejo. Mas continua o Senador: "Se não for pelo voto, por aqueles que têm dignidade de reagir, de qualquer maneira, para que o Brasil não viva na desordem que vive". Aí eu não posso aceitar. Afastar um Governo de qualquer maneira, a pretexto de que vivemos uma desordem, é uma manifestação antidemocrática, absolutamente infundada, improcedente e que não corresponde aos fatos.

O País não apenas vive uma situação de Estado de Direito, de plena liberdade de manifestação e opinião, com as instituições democráticas funcionando com toda a sua plenitude, como, mais do que isso, vivemos um momento de intenso debate político, do contraditório, da discussão. A Oposição tem as suas iniciativas, acha que as medidas que são tomadas em referência ao combate à corrupção são insuficientes, mas poucas vezes na história tanto tem sido feito no combate à corrupção.

Basta ver cotidianamente, semanalmente, a atitude da Polícia Federal, desmontando todo e qualquer esquema de corrupção, como aconteceu agora nessa nova operação e em tantas outras iniciativas que foram feitas. Pelo menos, o Ministério Público Federal, ao contrário do que ocorria no Governo anterior, não

engaveta processos ou procedimentos. Imediatamente, encaminha-os à Justiça para o processo de apuração e de investigação. E o Governo toma todas as medidas de ...

(*Interrupção do som.*)

O SR ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...afastamento imediato de quem quer que seja, de qualquer indício relacionado à corrupção e toma as providências cabíveis, que é a abertura de inquérito, a Corregedoria-Geral da União, por sua vez, tomando seu pulso firme na investigação de qualquer indício de corrupção, e o Ministério Público, que tem absoluta independência, eficiência, liberdade, atuando com bastante presteza. Por isso, não apenas no combate à corrupção, mas sobretudo nos resultados do País, nós encontramos realmente um País ameaçado: a dívida externa, a crise na balança de pagamentos, a falta de reservas cambiais, o crescimento medíocre que vimos há muito tempo, as demandas sociais, o endividamento público, a venda de patrimônio público, o aumento de carga tributária. Tudo isso gerava um ambiente de muito insegurança.

No entanto, o resultado, em dois anos e cinco meses de Governo, é um crescimento maior do que o ocorrido em qualquer ano do Governo anterior. A criação de empregos é três vezes superior à média do período anterior: são dois milhões e quatrocentos e cinqüenta mil empregos – em abril batemos novo recorde de empregos no País – contra apenas 740 mil empregos no Governo anterior. São três vezes mais empregos.

Portanto, temos crescimento e as políticas sociais avançando. E é por isso que a Oposição concentra a sua força no Parlamento, onde o setor conservador tem mais força, onde essas idéias infelizmente às vezes ainda se manifestam.

Mas a sociedade civil brasileira sabe o valor que tem a democracia e o respeito que tem o resultado das urnas. Todas as pesquisas de opinião mostram o reconhecimento dos resultados do trabalho deste Governo, do prestígio do Presidente, e a dificuldade que a Oposição tem, hoje, de encontrar um pólo de aglutinação para lançar um candidato competitivo. Ela está dividida, não encontra um nome que tenha popularidade e estatura, com condições de enfrentar o Presidente. Portanto, ela tenta ...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...ela busca acirrar o debate político e criar, por meio do Parlamento, um clima de impasse, de tensão, de instabilidade que absolutamente não é o que vemos

nas ruas do País, no trabalho, na produção, na indústria, na agricultura, nos resultados.

É evidente que o País tem imensas demandas sociais e há dificuldades econômicas, mas o resultado do trabalho deste Governo é reconhecido por qualquer instituto de pesquisa, que mostra a evolução fantástica que nós tivemos ao bater todos os recordes de exportações, de saldo comercial, de crescimento da economia e da agricultura, de geração de empregos e as políticas sociais inovadoras, como o Programa Bolsa Família. Essas realizações mostram a força popular do Presidente Lula, o respaldo, o apoio, o respeito, especialmente por parte daqueles que menos têm. E esta é a maior dificuldade deste Governo: inverter prioridades, distribuir renda, riqueza, poder e cultura.

Não é fácil fazer um programa como o ProUni para criar cento e dez mil vagas gratuitas no ensino público superior. Não é fácil dar prosseguimento ao Bolsa Família, que atende a doze milhões de crianças hoje, que têm uma complementação de renda, o que nunca foi feito nessa amplitude e com esse valor para combater a pobreza e a exclusão social.

Não é fácil avançar na desapropriação de terra. Nós dobramos o volume de desapropriação de 2003 para 2004 e o volume de assentamentos para avançarmos a reforma agrária e a agricultura familiar. São essas estruturas antigas e arcaicas que precisam ser superadas, mas é no campo da democracia, do debate político do Estado de Direito e da legitimidade das urnas. Esse é o único caminho de alternância que a sociedade permite. Portanto, espero que isso tenha sido apenas um arroubo no pronunciamento e que, de fato, não haja nenhuma intenção do setor oposicionista de criar tal ambiente no País, porque seguramente será rechaçado pela opinião pública e pelas instituições democráticas.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 17 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR). Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu ia pedir a metade do tempo que teve o Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a terá o tempo necessário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, mas não vou usar tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero dizer que hoje, sexta-feira, a sessão poderá ir até o anôitecer, portanto, temos tempo suficiente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenho a impressão de que o País será diferente depois desses dias traumáticos que estamos vivendo. Esse é o meu desejo. Temo estar confundindo desejo com previsão, mas espero que a previsão e o desejo caminhem juntos para que possamos, dos escombros da credibilidade pública, provocados pelas estocadas da corrupção, construir uma nova imagem para a instituição pública brasileira.

Temo, exatamente, que ocorra o que ouvi ao final do discurso do Senador Delcídio Amaral: S. Ex^a afirmou que assumiu a Presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para defender o Governo. Esperamos que se defenda a investigação completa, a investigação eficiente que possa oferecer ao País a verdade. A manipulação dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito será mais uma afronta às aspirações da sociedade que deseja a construção de uma nova imagem para o poder público no País.

Sr. Presidente, vou esperar terminar a discussão aqui atrás para que eu possa falar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Presidência solicita aos Srs. Senadores atenção. Há orador na tribuna.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou mudar de lugar para que eles possam continuar a discussão interna do PT, esse assunto de economia doméstica do Partido dos Trabalhadores. Vou-me deslocar até a tribuna para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Ex^a que ocupe a tribuna, ao tempo em que solicito aos Srs. Senadores atenção ao orador, Senador Alvaro Dias, que faz brilhante pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Efraim Morais, imagino que essa briga interna do PT, que hoje veio à tribuna do Senado Federal, exija do Senador Tião Viana que guarde flores, porque S. Ex^a terá que usá-las certamente por várias vezes. Não vejo como esse episódio possa encerrar a disputa interna que há no Governo e no Partido dos Trabalhadores, diante de tantas contradições que atormentam o País neste momento.

Eu dizia, Sr. Presidente, que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem enorme responsabilidade, e é preciso que ela diga a que veio desde o início. Por essa razão, apresentamos ontem alguns requerimentos, já protocolados na Secretaria da CPMI. Creio que esses requerimentos poderão revelar as reais intenções daqueles que a dirigem, em nome do Governo, como disse aqui o Senador Delcídio Amaral. Nós saberemos se querem realmente a investigação para valer ou se desejam distinguir determinados seto-

res do Governo que podem ser investigados de outros setores que devem ser blindados, acobertando fatos e protegendo pessoas.

Não há como, Senadora Heloisa Helena, não sentir uma predisposição para efetivamente se distinguir entre aqueles que podem ter as suas cabeças entregues numa bandeja e aqueles que devem ser protegidos até as últimas consequências. Ou seja, que a investigação alcance a Câmara dos Deputados e puna alguns dos Parlamentares, alcance até o Poder Executivo em escalões inferiores, mas não chegue ao núcleo central do poder. Essa, lamentavelmente, é a constatação que esses primeiros momentos de trabalho nos permitem fazer, que, aliás, reflete na opinião pública do País.

Veja, por exemplo, entre centenas de *e-mails* que recebi na manhã de hoje, vou destacar o de um cidadão de São Paulo que afirma o seguinte:

Hoje de manhã, no jornal da Rádio Jovem Pam, deram uma notícia que me fez pensar muito durante o meu café e que ainda não consegui entender. Gostaria que o senhor me ajudasse a destravar o cérebro. [Aí ele fala daqueles que foram demitidos nos Correios que foram nomeados consultores na mesma empresa.] Depois de ouvir isso, o meu cérebro travou agora cedo, e por isso lhe peço ajuda no destravamento. [Infelizmente, não sei como destravar o cérebro desse brasileiro, que certamente reflete a opinião de muito brasileiros.] Quer dizer que corrupto pego com a mão na massa agora vira consultor da empresa que traiu?! Isso não é o mesmo que colocar presidiários armados como guardas nas muralhas das prisões ou traficantes como consultores das delegacias de narcóticos? O senhor já pensou no Fernandinho Beira-Mar dando consultoria para a polícia?

Caro Senador, isso é o fundo do poço moral, pois quando corrupto ganha cargo de consultor é porque a coisa nos bastidores deve estar ainda muito pior!

É apenas, Senador Alberto Silva, um retrato dessa onda de indignação avassaladora que toma conta do nosso País.

É por essa razão que é preciso investigar pra valer. Por isso, apresentamos ontem dois requerimentos, os quais quero justificar. Um deles propõe a convocação do Sr. Waldomiro Diniz para depor na CPMI dos Correios.

O que tem a ver o Sr. Waldomiro Diniz com os Correios? Tem muito a ver, Sr. Presidente Mão Santa. O Sr. Waldomiro Diniz, até pedir demissão, era Sub-chefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República. Portanto, todas as nomeações para cargos comissionados passavam pelo Sr. Waldomiro Diniz, que era o articulador parlamentar da Presidência da

República, que percorria os gabinetes dos Srs. Deputados e recolhia as indicações dos Partidos da Base aliada para a composição dos quadros administrativos do Governo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Sr. Waldomiro Diniz é a ponta desse *iceberg* de corrupção que queremos desmoronar. O Sr. Waldomiro Diniz é peça chave para as investigações.

Quando eclodiu o escândalo Waldomiro Diniz, vieram à tona diversos nomes, que ressurgem agora no escândalo dos Correios.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São os mesmos nomes daquela cúpula que arquitetou toda a estratégia de captação de recursos para sustentação do Partido dos Trabalhadores ou de Partidos da Base aliada, conforme as denúncias dos últimos dias. Nomes como o do Ministro José Dirceu, como do Tesoureiro Delúbio, como de Marcelo Sereno, de Sílvio Pereira, os mesmos nomes que surgiram naquele episódio e são repetidos agora, porque artifícies dessa estratégia que levou o Poder Executivo a manter uma relação de promiscuidade com o Poder Legislativo, ou com parte do Poder Legislativo.

Esta é a razão...

(*Interrupção de som.*)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, não vou usar o tempo usado pelo Senador Delcídio Amaral, mas preciso de um pouquinho mais de tempo apenas para concluir meu pronunciamento. Vou respeitar as inscrições e não vou abusar do tempo nem do Regimento.

Vou aproveitar para deixar uma sugestão. É preciso discutir mudança do Regimento. Ou nós mudamos o Regimento ou assumimos publicamente que o Regimento é uma peça de ficção, que nunca é respeitado. Nada a ver com o discurso do Senador Delcídio, a quem respeito pela postura cordial e elegante no trato com os seus colegas do Senado Federal, mas imagine, Senador Mão Santa, se todos os acusados no Congresso Nacional tiverem, a cada acusação, o tempo que teve o Senador Delcídio para se defender. Os que não são acusados jamais falarão. Muitos aqui ficaremos oito, dez mandatos sem nunca nos pronunciar.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Imagine, Sr. Presidente, se os 300 picaretas acusados pelo Lula fossem ter o mesmo tempo que teve o Senador Delcídio para se defenderem das acusações do Presidente Lula! A Câmara dos Deputados ficaria paralisada durante muitos mandatos. Portanto, ou respeitamos o Regimen-

to e o mudamos, ou então é preciso anunciar que o Regimento é peça de ficção no Senado Federal.

Sr. Presidente, um outro requerimento que apresentei diz respeito à quebra de sigilo. Entre outros, estamos sugerindo para esclarecer, não há nenhum prejulgamento, não estamos denunciado absolutamente nada, não estamos condenando ninguém, estamos apenas pretendendo esclarecimentos.

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em respeito a V. Ex^a e de acordo com o Espírito das Leis, de Montesquieu, entendemos que o Regimento nasceu para servir o Parlamento, e não os Parlamentares para servir o Regimento.

V. Ex^a representa essa grandeza e o nosso pensamento. E o povo quer ouvi-lo e, por isso, V. Ex^a tem, de chofre, cinco minutos. Se quiser mais, terá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a é a generosidade explícita.

Quero justificar a apresentação desse requerimento, que espero possa ser acolhido pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Solicitei a quebra de sigilo bancário do PT e do PTB. Por que, Sr. Presidente? Por que houve uma denúncia de que o PT repassou R\$4 milhões ao PTB na campanha, e que deveria repassar R\$20 milhões. E me parece que o saldo ficou pelo caminho, não chegou até os cofres do PTB, segundo denúncias do seu Presidente, Deputado Roberto Jefferson.

É uma denúncia do Presidente do PTB, assumindo, portanto, responsabilidade em relação a esse ilícito praticado. Hoje, o jornal **Estado de S. Paulo** – e o Líder José Agripino já fez referência – anunciou que, lá em São Paulo, mais R\$4 milhões teriam sido oferecidos. Nesse caso, apenas oferecidos e não transferidos ao PPS.

A Nação tem direito ao esclarecimento. Quer saber se, realmente, houve esse repasse e se esse repasse foi oficial, se está contabilizado, se faz parte ou não da movimentação bancária do Partido dos Trabalhadores ou se teve como fonte um caixa 2, no estabelecimento de mais uma irregularidade.

Refiro-me, Sr. Presidente, a esses dois requerimentos apresentados, que têm o objetivo da investigação, como disse o Presidente Lula, “doa a quem doer”, para que “não fique pedra sobre pedra”.

Acho que não dá para aceitar o cinismo oficial. Um discurso tão enfático, contundente e uma ação escusa, uma ação de manipulação que não chega a ser na clandestinidade, mas passa a ser visível na medida em que o próprio Presidente da CPI diz,

aqui da tribuna, como disse há pouco, que aceitou a Presidência da CPI para defender o Governo. A CPI não é instrumento para defender o Governo. A CPI é um instrumento da Minoría. Investigar e fiscalizar são responsabilidade primacial das Minorias. A Minoría foi expulsa do comando dessa CPMI. Por que razão se afrontou a tradição? Por nada? É evidente que por nada não se afrontaria a tradição para assumir um desgaste político de proporções.

Na verdade, há, sim, subentendido, implícito, ou até de certa forma explícita, uma intenção predeterminada de proteger alguém, de proteger pessoas, de blindar setores do Poder Executivo, para que as investigações não cheguem à profundidade que se deseja, para se promover uma verdadeira assepsia no poder público do nosso País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Brilhante o pronunciamento de V. Ex^a, que tem sido um guardião das coisas públicas neste País. Permita-me V. Ex^a apenas lembrar que o Senador Delcídio, ao citar o ataque que sofreu na mídia hoje, disse que assumiu a Presidência da CPI, que caberia ao Partido ou ao Bloco de apoio ao Governo, a pedido do Governo. Na verdade, o que todos nós sabemos é que S. Ex^a lá está para investigar. Defender o Governo é defender o que o Presidente Lula disse nos jornais: “doa a quem doer” e “corto a própria carne”. É isto que S. Ex^a está defendendo: as diretrizes do Governo Lula. Gostaria apenas de deixar isso esclarecido a V. Ex^a, para que tenha tranqüilidade e possa nos ajudar nessa CPI.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Marcelo Crivella, obrigado pelo seu aparte.

Esse mecanismo novo aqui...

(Interrupção de som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse mecanismo precisa ser mais adequado, mais eficiente, para não perturbar tanto os oradores.

Mas eu quero agradecer o aparte de V. Ex^a, Senador Crivella, também um homem cordial e elegante, embora eu tenha que discordar, porque não caberia ao Governo assumir a parte executiva de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o próprio Governo.

Na linguagem popular lá do interior do Piauí, certamente diriam que é o cabrito cuidando da horta, não é, Senador Mão Santa? Na verdade, é o Governo que está sendo investigado. Por que o Governo,

ao ser investigado, comanda a investigação? O opositor seria o correto: a Oposição deveria comandar as investigações.

Enfim, esperamos que essas preocupações sejam desmentidas pelos fatos no decurso dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Que ela possa cumprir o seu dever e possa, realmente, ser a ferramenta política capaz de determinar a construção de uma nova imagem para as instituições, os partidos

políticos e os políticos de forma geral, iniciando um novo tempo no Brasil, com maior credibilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a usou o tempo que quis.

Há uma passagem bíblica que diz: “Passarão o céu e a terra, mas as minhas palavras não passarão” (*). Também as palavras do Senador Alvaro Dias ficarão. Ele, como Cristo, falou sob a forma de parábola: “Imaginai Beira-Mar consultor das polícias para combater o narcotráfico”.

P O R T A R I A
Nº 088 , DE 2005

O SENHOR DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

Designar os servidores **WILSON PEREIRA FALCÃO**, Analista Legislativo, matrícula 2721-SEEP, **WILSON PEREIRA DE CARVALHO FILHO**, Técnico Legislativo, matrícula 3743-SEEP e **RENATA DE CAMPOS ÁBREGO**, Técnico Legislativo, matrícula 3803-SEEP, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 001270/04-4 (SEEP).

Senado Federal, 20 de junho de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2605 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 50, de 2004,

R E S O L V E:

Designar o servidor **CLEBER DE AZEVEDO SILVA**, matrícula 41420, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Diretor da Subsecretaria Administrativa e Financeira – DAF, da Secretaria Especial de Informática, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 20 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2606 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 45527 e, GOULART COSTA MARQUES, matrícula nº 22357, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 009.520/05-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

de 2005.


ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2607 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º 009.685/05-7,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **VALÉRIA VIEIRA DE MORAES**, matrícula n.º 180789, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 20 de junho de 2005.

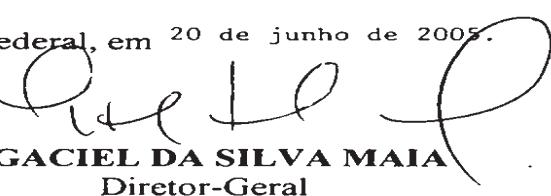

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2608 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.688/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALBERES BATISTA DO NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 20 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
		PMDB	Garibaldi Alves Filho
		PFL	José Agripino
		SANTA CATARINA	
BLOCO - PT	RIO DE JANEIRO	PFL	Jorge Bornhausen
PL	Roberto Saturnino	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Marcelo Crivella	PSDB	Leonel Pavan
	MARANHÃO	P - SOL	ALAGOAS
PMDB	Sérgio Cabral	PMDB	Heloísa Helena
	Antonio Leite	PSDB	Renan Calheiros
PFL	Edison Lobão	PFL	Teotônio Vilela Filho
PFL	Roseana Sarney	PSDB	SERGIPE
	PARÁ	PFL	Maria do Carmo Alves
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Almeida Lima
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PSDB	Flexa Ribeiro	PMDB	Gilberto Mestrinho
		PSDB	Arthur Virgílio
		PDT	Jefferson Peres
		PSDB	PARANÁ
BLOCO - PT	PERNAMBUCO	PDT	Alvaro Dias
PFL	José Jorge	BLOCO - PT	Flávio Arns
PFL	Marco Maciel	PDT	Osmar Dias
PSDB	Sérgio Guerra		ACRE
		BLOCO - PT	Tião Viana
	SÃO PAULO	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	BLOCO - PT	Sibá Machado
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PDT	MATO GROSSO DO SUL
PFL	Romeu Tuma	BLOCO - PT	Juvêncio da Fonseca
		PMDB	Delcídio Amaral
		PMD	Ramez Tebet
		DISTRITO FEDERAL	
	MINAS GERAIS	PMDB	Valmir Amaral
PL	Aelton Freitas	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PSDB	Eduardo Azeredo	PFL	Paulo Octávio
PMDB	Hélio Costa	PSDB	TOCANTINS
		BLOCO - PSB	Eduardo Siqueira Campos
	GOIÁS	PMDB	Nezinho Alencar
PMDB	Maguito Vilela	PMDB	Leomar Quintanilha
PFL	Demóstenes Torres	PMDB	AMAPÁ
PSDB	Lúcia Vânia	BLOCO - PSB	José Sarney
		PMDB	João Capiberibe
		PMDB	Papaleó Paes
		PMDB	RONDÔNIA
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Amir Lando
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Fátima Cleide
PFL	Jonas Pinheiro	PMDB	Valdir Raupp
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PTB	RORAIMA
		PDT	Mozarildo Cavalcanti
		PMDB	Augusto Botelho
			Wirlande da luz
	RIO GRANDE DO SUL		
PMDB	Pedro Simon		
BLOCO - PT	Paulo Paim		
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi		
	CEARÁ		
PSDB	Reginaldo Duarte		
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes		
PSDB	Tasso Jereissati		
	PARAÍBA		
PMDB	Ney Suassuna		
PFL	Efraim Morais		
PMDB	José Maranhão		
	ESPÍRITO SANTO		
PMDB	João Batista Motta		
PMDB	Gerson Camata		
PL	Magno Malta		
	PIAUÍ		
PMDB	Alberto Silva		

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095
----------	------------------------------------	---------------------------------

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calháo Irani Ribeiro dos Santos Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 3508) (Ramal: 3514) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Hermes Pinto Gomes Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3502) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CFC CI CRE CLP	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Celso Antony Parente Maria Lúcia Ferreira de Mello Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 4354) (Ramal: 4777) (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfiliou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcem@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS